



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NATALIA ROSS NAZARÉ MARQUES

**VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: É CASO DE POLÍCIA? A PARCERIA ENTRE
ESCOLA E POLÍCIA NO COMBATE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA ZONA
NORTE DE MACAPÁ**

FORTALEZA - CEARÁ

2019

NATALIA ROSS NAZARÉ MARQUES

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: É CASO DE POLÍCIA? A PARCERIA ENTRE ESCOLA
E POLÍCIA NO COMBATE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA ZONA NORTE DE
MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Marques, Natalia Ross Nazaré .

Violência nas escolas: é caso de polícia? a parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da zona norte de Macapá [recurso eletrônico] / Natalia Ross Nazaré Marques. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 148 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo.

1. Violência escolar. 2. Policiamento Escolar. 3. Escola. 4. Políticas públicas. I. Título.

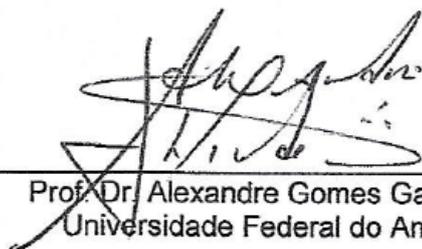
NATÁLIA ROSS NAZARÉ MARQUES

VIOÊNCIA NAS ESCOLAS: É CASO DE POLÍCIA? A PARCERIA ENTRE ESCOLA E POLÍCIA NO COMBATE A VIOÊNCIA NAS ESCOLAS DA ZONA NORTE DE MACAPÁ

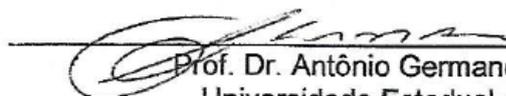
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 03/07/2019

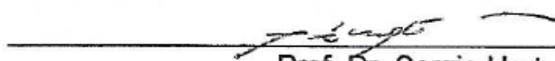
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo (Orientador)
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP



Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Junior
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Sergio Horta Mattos
Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA

Aos meus pais Luzignan Amaral Marques e Marília Rossana Nazaré Marques. A minha fonte de força e motivação por desejar fazer do mundo melhor, minha amada filha Maria Luiza Marques Carmo e a todos os buscam construir uma sociedade mais justa e digna para se viver.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por estar comigo a todo instante e fazer de mim uma fortaleza para que não haja desânimo nem falta de fé para enfrentar os percalços da vida. Em seguida, a minha família em especial meus pais, Luzignan Marques e Marília Marques, a eles todo meu agradecimento pela força e proteção, pela criação que me deram, para que hoje eu possa estar neste curso, eles foram meus mais perseverantes incentivadores para que eu olhe sempre pra frente. Meus irmãos, cunhadas e sobrinhos (as) que estiveram na torcida acompanhando toda minha trajetória, me dando toda força possível para que não houvesse desânimo.

Ao meu amado esposo Alex da Silva Carmo, que foi meu parceiro de vida nesse momento, pela paciência e todo suporte afetivo, equilibrando a minha ausência com nossa filha. A ela minha amada filha, Maria Luiza Marques Carmo, minha inspiração é por ela que tenho forças para buscar ser cada vez melhor, de superar todos os obstáculos e ter no seu olhar meu maior incentivo e alegria.

Aos meus amigos que foram partícipes nessa caminhada, desde o início, não permitindo que o cansaço fosse motivo de desânimo nessa luta, em especial Rosiane Menezes, Rosineide Monteiro e meus colegas de trabalho, os que conquistei durante o curso Agnaldo Silva, Rosileia Pelaes e Joelma Santos esse grupo que permanece junto até o final. Meus mais sinceros agradecimentos ao ilustre orientador Alexandre Galindo, profissional admirável se dispondo incansavelmente em orientar e garantir a qualidade do trabalho.

Também agradecer a Instituição da Polícia Militar do Estado do Amapá, em especial aos atuantes no Policiamento Escolar do 2º Batalhão, pelo trabalho digno e admirável que desempenham, não medindo esforços para ajudar as escolas a enfrentarem o dilema que vivem diariamente de violência escolar.

Ainda a toda comunidade escolar que colaborou para a realização desta pesquisa, estes foram peças fundamentais para a elaboração dessa dissertação. Por fim, sinto-me feliz em concluir este estudo, e por ter a graça de ter ao meu lado pessoas especiais que me ajudaram a enfrentar mais esse desafio, sem dúvidas cada um de vocês foram essenciais para que eu pudesse trilhar um novo caminho e me apaixonar por exercer a pesquisa, enriquecendo meu conhecimento e me dando um suporte num olhar diferente em ver o mundo.

RESUMO

A violência escolar tem se tornado um fenômeno constante e cada vez mais intenso nas rotinas das escolas. Sua recorrência preocupa e o seu enfrentamento é considerado um desafio que se impõe aos pais, educadores e autoridades. É um desafio social compreender a complexidade das suas manifestações e representações presentes nas escolas. Houve a intencionalidade de compreender por que educadores e gestores educacionais perdem o espaço no debate público sobre o tema, ganhando desta forma, espaço para atuação policial. O objeto está circunscrito à parceria Polícia e escola no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá. A demarcação temporal para essa pesquisa decorreu no levantamento de informações a respeito da relação polícia e escola nos anos de 2017 a 2019, para que assim possibilite à categorização das ações do Policiamento em decorrência as ações das unidades de ensino. O objetivo desse estudo foi investigar como essa parceria elucida soluções sobre atos de violência que afetem negativamente a escola e os meios a ela relacionados. As fontes da pesquisa foram: estudo bibliográfico, visita de campo, análise documental, observação, entrevistas e aplicação de questionários. O referencial teórico-metodológico se fundamentou nas manifestações de violência e as implicações no cotidiano escolar, sobre a ótica de alguns autores como Bourdieu, Foucault, Rolim, Bayley, Paulo Freire, Abramovay, Oliveira, entre outros que associados a suas idéias interligam as discussões acerca do tema. A pesquisa mostrou que essa relação polícia escola é necessária, porém deve haver uma presença maior dos demais setores que articulam ações nesse contexto para que cada caso seja abordado de forma sistêmica nas especificidades das atuações.

Palavras-chave: Violência escolar. Policiamento Escolar. Escola. Políticas públicas.

ABSTRACT

The school violence has become a sustained phenomenon and it is growing more intense in scholar routine. Its recurrence it is a cause for concern and its confrontation is a challenge for parents, educators and authorities. It is a social challenge to understand the manifestations' complexity and the representations in the school. The intention was to comprehend why educators and education managers have lost space in the public debate about the topic; therefore, the police action have gained strength. The object covers the partnership between the Police and the school in the fight against the violence in the schools in the North Zone of Macapá. The time boundary for this study was the information gathering about the relationship between the police and the school from 2017 to 2019, so that it is possible the police actions' categorization as a result of actions in the learning unites. This study's objective was investigate how that partnership elucidates solutions about actions of violence that adversely affect the school and the related spaces. The research sources were: bibliographic study, field visit, document analysis, observation, interviews and questionnaires. The theoretical and methodological benchmark are based on the expressions of violence and the implications on school routine, under the viewpoint from Bourdieu, Foucault, Rolim, Bayley, Paulo Freire, Abramovay, Oliveira, among others that use their ideas to interconnect the discussion on this topic. The study shows that the relationship between police and school is necessary; however, it should be a bigger presence of other areas that articulate actions in this context, so that each case is addressed in a systemic way, respecting the actions specificities.

Keywords: School violence. School policing. School. Public Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Visita de campo.....	70
Gráfico 2 -	Você se sente seguro na escola?.....	75
Gráfico 3 -	Você acredita que a escola é um local favorável a aprendizagem e a convivência?.....	75
Gráfico 4 -	As manifestações de violência na escola são?.....	76
Gráfico 5 -	De que forma a violência é expressa?.....	77
Gráfico 6 -	Você participa ativamente das decisões da escola?.....	77
Gráfico 7 -	Já foram vítimas de alguma violência na escola?.....	78
Gráfico 8 -	Já presenciou alguma cena de violência na escola?.....	78
Gráfico 9 -	Como você classifica a atuação do Policiamento Escolar em sua escola?.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Siglas de identificação dos sujeitos da pesquisa.....	65
Quadro 2 -	Projetos existentes em Macapá no combate a violência escolar segundo o programa EPAZ da Secretaria de Educação do Estado.....	88
Quadro 3 -	Levantamento do registro de violência da E.E Antonio Munhoz Lopes.....	90
Quadro 4 -	Levantamento do registro de violência da E.E Antonio Ferreira Lima Neto.....	92
Quadro 5 -	Levantamento do registro de violência da E.E Maria do Carmo Viana dos Anjos.....	93
Quadro 6 -	Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Antônio Munhoz Lopes nos anos de 2018/2019.....	94
Quadro 7 -	Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Antônio Ferreira Lima Neto nos anos de 2017/2018/2019.....	94
Quadro 8 -	Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Maria do Carmo Viana dos Anjos nos anos de 2017/2018/2019.....	95
Quadro 9 -	Recomendações aos Órgãos Institucionais na prevenção e combate a violência escolar.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIODES	Centro de Integração de Defesa Social
CPE	Companhia de Policiamento Escolar
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EDUCAPAZ	Programa de educação para Paz
EE	Escola Estadual
EUA	Estados Unidos da América
FETRAN	Festival de Trânsito
FLASCO	Faculdade Latino- Americana de Ciências Sociais
IFAP	Instituto Federal do Amapá
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MPAP	Ministério Público do Amapá
NPS	Escola Naval de Pós-Graduação dos Estados Unidos
NUPEMEC/	Núcleo Permanente dos Métodos Consensuais e Soluções de
TJAP	Conflitos
OAB	Ordem dos Advogados do Amapá
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização dos Estados Interamericanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCE	Policiamento Comunitário Escolar
PEE	Plano Estadual de Educação
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PMAP	Polícia Militar do Amapá
POP	Procedimento Operacional Padrão
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SEAFRO	Secretaria Extraordinária de Políticas para os Povos Afrodescendentes
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDEL	Secretaria de Desporto e Lazer
SEED	Secretaria Estadual de Educação

SEJUSP	Secretaria de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESA	Secretaria de Saúde
SESI	Serviço Social da Indústria
SIAVE	Sistema de Informação de Agressão e Violência das Escolas do Estado do Amapá
SIMS	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
2.1	VIOLÊNCIA E OS CONFLITOS NA ESCOLA: DESAFIO À SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	18
2.2	VIOLÊNCIA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR.....	23
3	REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA.....	29
3.1	RELAÇÕES DE PODER E A ESCOLA.....	29
3.2	VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	31
3.2.1	Violência Na Escola, Da Escola, Contra A Escola.....	35
3.3	O PAPEL DA ESCOLA.....	39
4	POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EM ÂMBITO ESCOLAR.....	43
4.1	POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL.....	43
4.2	A PRESENÇA DA POLÍCIA NAS ESCOLAS.....	47
4.3	O POLICIAMENTO ESCOLAR DA ZONA NORTE DE MACAPÁ.....	50
5	PERCURSO METODOLÓGICO	58
5.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....	60
5.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	61
5.2.1	No Policiamento Escolar.....	61
5.2.2	Nas Escolas.....	62
5.3	APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS.....	63
5.4	VISITA DE CAMPO.....	64
6	ANÁLISE DAS DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	65
6.1	CONCEITUALIZAÇÃO.....	66
6.2	CLIMA ESCOLAR: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	68
6.3	PARCERIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLA E POLÍCIA.....	79
6.4	ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DA POLÍCIA.....	83
6.5	CAPACITAÇÃO.....	85

6.6	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	88
6.7	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	89
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICES.....	109
	APÊNDICE A- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM POLICIAMENTO ESCOLAR.....	110
	APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTAS NAS ESCOLAS.....	112
	APÊNDICE C- ROTEIRO DOS QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS.....	115
	APÊNDICE D- ROTEIRO DAS OBSERVAÇÕES DE CAMPO.....	116
	ANEXOS.....	117
	ANEXO A- CERTIFICADO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	118
	ANEXO B- MODELO DA CARTA DE ANUÊNCIA.....	119
	ANEXO C- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	120
	ANEXO D- MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	124
	ANEXO E- OFÍCIO ENCAMINHADO AO POLICIAMENTO ESCOLAR.....	125
	ANEXO F- RESPOSTA DO OFÍCIO 001/2019 DO POLICIAMENTO ESCOLAR.....	126

1 INTRODUÇÃO

A finalidade principal dessa trajetória que se inicia é trazer para discussão a relação entre os atores da educação e os da segurança pública diante do enfrentamento da violência. Ademais, nossa realidade local não se diferencia do que vem ocorrendo nos demais estados brasileiros, ampliando o leque de discussões, promovendo a troca de experiências e propondo formulações de ações governamentais mais contundentes para a superação da violência em nossas escolas.

Analisar a violência num contexto social perpassa por questões de ordem econômica, social e política, expressa na função do Estado em garantir a segurança pública, e atribui-se a temática a ação policial. Para entendermos melhor sobre o tema, foi agregada as percepções dos autores como Bourdieu (2004), Foucault (1999), Rolim (2006), Bayley (2001), Paulo Freire (2011), Abramovay (2002), Charlot (2002), Oliveira (2008), entre outros que associados a suas idéias interligam as discussões acerca do tema. Assim, indaga-se: Como se manifesta a violência e a insegurança nas unidades de ensino estaduais da Zona Norte de Macapá? Como se dá o processo de implementação da parceria polícia X escola para a consolidação desse tipo intervenção de Segurança Pública? De que forma se prepara a polícia para atender as necessidades da escola? De que forma a comunidade escolar reconhece a importância da ação do policiamento escolar e sua efetividade? Quais políticas públicas contemplam as escolas no combate a violência.

Contudo, como se manifesta a violência nas escolas, despertando atenção de pesquisadores e especialistas do mundo inteiro, em especial a esta pesquisa, pois com as ações cada vez mais corriqueiras e nenhum alcance de políticas públicas ofertadas pelos órgãos mantenedores de Ensino, faz-se uma análise particularmente profissional que uma das estratégias mais adotadas pelas unidades de ensino de Macapá, em especial da zona norte para solucionar o problema de insegurança e de violência, tem sido recorrer à polícia.

Partindo dessa premissa é que o desafio desta pesquisa tem como eixo norteador compreender com se dá esse enfoque que situa a violência em meio escolar no campo da segurança pública a parceria entre polícia e escola na busca de elucidar soluções sobre atos de violência que afetam as rotinas das escolas e

reflete nas práticas pedagógicas a ela relacionadas. Nesse sentido, o fenômeno da violência associada ao ambiente escolar começa a tomar maior destaque quando estudos mostram o aumento da violência nas instituições de ensino associada ao aumento da criminalidade urbana, que agrava a vida coletiva, gerando um profundo sentimento de insegurança e de impotência nas pessoas, modificando o cotidiano das escolas suas práticas educativas.

As categorias de estudo centrais desta pesquisa são Violência Escolar, Segurança Pública, Educação, Juventude e Sociedade. Nesse sentido se fazem necessário conceituá-las e discuti-las a partir da pesquisa bibliográfica que nos apontara os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema, bem como a organização do referencial teórico preliminar, que será permanentemente construído ao longo de todo o processo de investigação.

Nos estudos ao qual abordamos a categoria Violência Escolar, os principais debates sobre o tema trazem uma discussão no anseio de que, quais foram os tipos de manifestações, as violências nas escolas representam uma ameaça a princípios internacionalmente reconhecidos sobre educação. Para Sposito (2004), perante esse quadro, se torna relevante adotar novos desafios à modelagem de saberes, comportamentos e convívio social, também seguindo essa linha, Abramovay e Rua (2002), afirmam que a violência nas escolas tem identidade própria, ainda que se expressem sobre formas comuns, ou como incivildades, preconceito, desconsiderações com os outros e à diversidade, também se expressam no plano simbólico. Assim, percebemos que a abrangência do fenômeno é ampla e que praticamente todas as relações possíveis no ambiente escolar são afetadas.

Na categoria Segurança Pública, autores como Bayley (2001) e Rolim (2006) abordam nessa temática a mediação da polícia para a promoção de uma cultura de segurança, bem-estar e paz, e tais estratégias se constituam prioritária nas escolas, por meio de ações inerentes ao policiamento comunitário escolar. Couto (2003) e Oliveira (2008) fazem uma análise da relação polícia e escola, abrindo um leque para a discussão da relação entre os atores da educação e os da segurança pública diante do enfrentamento da violência em meio escolar.

Na Educação, entre vários autores destacamos a idéia de Paulo Freire (2011), e sua crença na educação e nos seres humanos, o qual defende a idéia de que devemos começar pela conscientização dos problemas que, nós mesmos, antieticamente instalamos na convivência social, para isso educar é “construir gente”, humanizar os humanos na luta em denunciar e superar os elementos desumanizadores. Seguindo essa linha, Demerval Saviani (1995), nos apresenta sua visão acerca de uma educação para a emancipação humana.

Na categoria Juventude, Groppo (2000), trata o tema como uma constante preocupação da sociedade moderna e contemporânea, uma permanente questão pública, vista que trata-se de um grupo em constante transformação e que está ligado aos processos históricos, comportamentais e sociais, como elemento estrutural importante dentro da sociedade, e que as contradições da sociedade moderna sob a égide do capitalismo, torna esse grupo vulnerável aos crescentes níveis de violência. O escritor Dayrell (2007) discute as relações entre juventude e escola, problematizando o papel que a escola ocupa na socialização da juventude contemporânea, em especial dos jovens das camadas populares. Entre tantos autores, destacamos a obra da autora Del Priore (1999) que traz a história das crianças no Brasil, sua obra faz uma análise de memórias da infância na história brasileira e esse legado histórico de exploração e violência deve ser precavido sobre a observação da situação atual.

Para categoria Sociedade, destacamos teóricos como Bourdieu (2004), que traz o conceito de poder simbólico, um poder invisível que condiciona a forma de como os sujeitos de uma determinada sociedade interpretam a realidade, o poder simbólico exerce assim, a função social de tornar possível o “consensus” acerca do sentido do mundo social. Também evidenciamos a teoria de Émile Durkheim (2005), que alega que o homem é coagido a seguir determinadas regras em cada sociedade, estas que são exteriores e anteriores ao indivíduo que controlam sua ação perante aos outros membros da sociedade, chamando a isto de Fato social. Também Karl Marx (1984), para este, a sociedade é constituída por classes sociais que se mantêm por meio de ideologias dos que possuem o controle dos meios de produção, ou seja, as elites. Numa sociedade capitalista, o acúmulo de bens materiais é valorizado, enquanto que o bem-estar coletivo é secundário.

O estudo da questão da violência escolar exigiu estabelecer um percurso ousado e pleno de desafios, o percurso metodológico proposto para pesquisa foi um estudo de caso de caráter qualitativo que consistiu no levantamento de informações e estudo a respeito da relação polícia e escola. Para Goldenberg (2004) o estudo de caso concentra o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o propósito de perceber a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

Foram observados aspectos tais como, de que forma o Policiamento Escolar contribui para redução dos casos de violência nas escolas estaduais da Zona Norte de Macapá, os efeitos percebidos pelos alunos e demais funcionários das escolas pesquisadas, o contexto de violência ao qual estamos inseridos e as medidas utilizadas para superar essa problemática. Sob o ponto de vista dos objetivos a pesquisa é descritiva, visto que para fazer o levantamento da relação polícia e escola foi necessário o registro, observação dos fatos sem interferir neles. Assim, a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV 2013, p.52).

Sendo assim, esta dissertação está organizada em sete capítulos, o primeiro repassa pela introdução do tema, trazendo características necessárias para se compreender o enfoque da pesquisa. O segundo capítulo agrega a perspectiva das representações da violência escolar no debate de políticas públicas, como desafio para sociedade e administração pública. O terceiro capítulo vem enveredar as perspectivas conceituais do tema e suas representações no contexto escolar. O quarto capítulo apresenta políticas de enfrentamento a esse problema, abrangendo as peculiaridades do nosso contexto, numa análise a atuação do Policiamento escolar como parceiro das escolas no combate à violência. O quinto capítulo traça o percurso metodológico utilizado na pesquisa e descreve a abordagem escolhida, as categorias de análise, as estratégias da pesquisa, bem como todo caminho desenhado para o objeto de estudo. O sexto capítulo traz a análise da pesquisa as subjeções tiradas das coletas de dados, bem como as percepções analíticas do campo. Por fim, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais com reflexões sobre a temática e o que foi absorvido da experiência no sentido de trazer futuras discussões e ações mais incisivas sobre a realidade que se apresenta.

2 VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 VIOLÊNCIA E OS CONFLITOS NA ESCOLA: DESAFIO À SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao longo do tempo as questões que afetam a sociedade são discutidas nas concepções de Políticas Públicas. Para Dias e Matos (2012), tanto política como políticas públicas estão relacionadas com poder social, para os autores política é um conceito mais amplo, relacionado com poder, e políticas públicas são soluções específicas de como desempenhar assuntos políticos, remediar conflitos, fortalecendo a sociedade pela ação institucional associada à ação do governo, atendendo a demanda de diversos interesses da comunidade, ou seja, no âmbito de políticas públicas, a política profere relações de poder, poder este que deve ser exercido com ética e parcialidade de forma conciliadora.

Os conceitos *politics*, que são ações que definem inúmeras estratégias para atores que consiste em melhorar seu rendimento para alcançar seus objetivos, já o termo *policy*, é entendido como ação do governo que se propõe a assegurar os direitos e atender as necessidades da sociedade (DIAS E MATOS, 2012). Na língua portuguesa, existe somente um termo para definir o conjunto dessas ações, este que substitui o termo *policy* por “políticas públicas”, atividade que busca através da ação institucional, sanar com conflitos e estabilizar a sociedade através da autoridade, que permite conciliar diferentes interesses, garantindo assim um elemento comum. Portanto, torna-se necessário compreender que o Estado é um elemento importante para que a política possa ser entendida pelo consenso de todos.

Dessa forma, ao falarmos em Estado, estamos nos referindo à totalidade da sociedade, ou seja, o conjunto de instituições que compõem a sociedade juridicamente organizada, assim, a principal função do governo é aplicar as leis e políticas públicas atender as necessidades da sociedade. A sociedade civil engloba todas as relações sociais à margem do Estado exercendo influencia sobre o mesmo, configurando assim, outros arranjos no qual o Estado não tem exclusividade na tomada de decisões, compartilhando as ações e atribuindo maior participação no desenvolvimento de políticas públicas.

Contudo, ao entrarmos no mérito da discussão em políticas públicas, devemos entender que o público compreende aquele domínio da atividade humana, onde a intervenção governamental não pertence ao interesse particular, mas sim para propósitos públicos, ou seja, a administração pública surge como meio de garantir os interesses em comum a todos ao invés dos interesses privados. Logo, o termo “público” associado a política, não deve ser tratado como exclusividade de ações do Estado, mas sim de todos, sob a égide do mesmo interesse, de modo que a política pública expresse a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que alcance a todos.

A concentração institucional da política remete ao Estado a função de administrar e aplicar os mecanismos que garantam a execução das políticas, e a sociedade civil, formas de participação e relacionamento com o poder público, exercendo a democracia participativa. No Brasil, esta passa a ganhar maior espaço com a constituição de 88, trazendo um novo parâmetro sociopolítico, eminentemente social, tendo o cidadão como foco central nas tomadas de decisões, assegurado o direito público subjetivo, ou seja, por lei. Dessa forma, as políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

Para Secchi (2012), Políticas Públicas é uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público, um conjunto de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As relações antagônicas e contraditórias que se constroem nas relações sociais reduzem o homem a determinados objetivos postos pelo modo de produção, surgindo mecanismos cruéis de exclusão social e de tratamento diferenciado dos indivíduos a partir da divisão social do trabalho, que produziram divisões sociais caracterizando as sociedades pré-capitalistas. Para Marx e Engels (1998), o capital pode-se considerar como uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que lhe empresta um caráter social

específico, no qual os meios de produção monopolizados por uma determinada classe da sociedade, que explora o trabalho de outras classes sociais.

A transformação do homem em mercadoria, isto é, em objeto, é a primeira forma de violência e o fundamento de todas as outras violências que se instituem na história da modernidade. Ao entender como o fundamento de toda violência a exploração do trabalho, pode-se definir vários aspectos pertinentes a este, tais como o desemprego, a miséria, a fome, isto é, todas as formas de redução do homem a coisa, todas as formas que lhe retiram a dignidade humana. Neste sentido, Weber afirma que:

O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer as suas necessidades materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, quando ela é estranha a todos os povos fora da influência capitalista. (WEBER, 1982, p.184).

As transformações que a sociedade vivencia refletem no contexto escolar, nas diversas interações que ocorrem na escola e tem tornado cada vez mais complexa as relações que se estabelecem no cotidiano delas. Para Bauman (2007), as relações entre os humanos vêm tornando-se muito mais complexas e problemáticas, entre outras e dilui-se muito rapidamente. A educação relaciona-se dialeticamente com a sociedade e mesmo em condição de determinada, não deixa de ter influências sobre o determinante e ser um instrumento importante de transformação social e a escola, por estar inserida neste universo social reflete todas essas mudanças.

Para Bourdieu (2004), o processo educacional apresenta dois mecanismos destinados à consolidação da sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução das estruturas de classes, que por sua vez reproduz por meio de uma violência simbólica as relações de dominação, reproduzindo a estrutura das relações de poder entre as classes que participam da estrutura da distribuição do capital cultural.

O fenômeno da violência associada ao ambiente escolar começa a tomar maior destaque quando estudos mostram o aumento da violência em meio às instituições de ensino associadas ao aumento da criminalidade urbana, agravando a vida coletiva, gerando um profundo sentimento de insegurança e de impotência nas pessoas, modificando com isso o cotidiano das escolas e suas práticas educativas.

As escolas têm sido assoladas pela violência, há uma onda crescente de atos de indisciplina que culminam, em última instância, em homicídios em ambiente escolar, uso indiscriminado de entorpecentes o que faz a escola recorrer à polícia em situações em que a segurança está em risco.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desperta a iniciativa de uma série de pesquisas concentradas nos temas de “Juventude”, “Violência” e “Cidadania”, destacando a importância de políticas públicas e a parcerias com instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e entidades de profissionais da educação como alternativas de enfrentamento da violência. Durante o Simpósio Internacional sobre Violência Escolar e *Bullying*: das Evidências à Ação, o Relatório da UNESCO e do Instituto de Prevenção à Violência Escolar da Universidade de Mulheres Ewha (em Seul, na República da Coreia) apresentado no ano de 2017, aponta em seus estudos que em cada ano há 246 milhões de crianças e adolescentes submetidos a uma forma de violência no ambiente escolar. O Relatório tem por objetivo de apoiar os esforços globais para garantir que todas as crianças e adolescentes se beneficiem do direito fundamental à educação em um ambiente de aprendizagem seguro.

Em um estudo divulgado pelos meios de midiáticos (PORTAL G1)¹ revela-se que o Brasil está no topo do ranking de violência contra professores, de acordo com uma enquete da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi uma pesquisa global feita com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos) as estatísticas mostram que 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. Trata-se do índice mais alto entre os 34 países pesquisados - a média entre eles é de 3,4%, o que coloca o Brasil nessa posição desagradável.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE 2012, realizada com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, investigou vários aspectos relacionados a violência nas escolas, dentre eles o uso de drogas, os dados

¹ PORTAL G1. Brasil está no topo do ranking de violência contra professor. Edição do dia 27/08/2017 Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/08/brasil-esta-no-topo-do-ranking-de-violencia-contra-professor-diz-estudo.html> Acesso em: 12 dez de 2018.

evidenciaram que 7,3% dos escolares já usaram drogas ilícitas, sendo estes do sexo masculino, com 8,3%, foram mais frequentes no uso de drogas, entre os escolares do sexo feminino, o percentual foi de 6,4%. A mesma pesquisa também se refere às brigas com arma branca, 7,3% dos escolares declararam envolvimento, sendo este mais frequentes entre alunos do sexo masculino (10,1%) do que do sexo feminino (4,8%). Isso mostra que há uma utilização de armas e drogas pelos jovens e que elas adentraram no ambiente escolar, causando desestruturação na vida estudantil, possibilitando situações de violência, seja contra os colegas, como também contra o professor.

Deve-se salientar que muitos estudos associam a violência escolar como um processo que começaria no âmbito familiar, como a falta de limites e referências da maioria dos adolescentes, a desestruturação familiar, as relações socioeconômicas, a exclusão social, ou melhor, a falta de acesso, o tráfico de drogas, a falta de oportunidades, o rápido crescimento biológico, o tempo livre e ocioso, falta de perspectivas, falta de um sonho. Com isso, aumento dos índices de violência suscita desafios à sociedade civil e aos governantes para desenvolverem políticas públicas que abrangem novas formas de pensar e enfrentar esse fenômeno, buscando apresentar alternativas estratégicas para a solução de tal problema visando a sua redução. Compreender o fenômeno da violência no contexto escolar, exige também, daqueles que se dedicam à esfera educacional, um olhar mais atento e observador, relacionados aos comportamentos estudantis, suas manifestações e consequências para cotidiano escolar. A escola passa a não representar mais um lugar seguro de integração e formação social, e torna-se um cenário de ocorrências violentas, incorporadas a violência cotidiana do espaço urbano. Nesse sentido Bourdieu & Passeron, (1995) afirmam que:

É preciso pois construir o sistema das relações entre o sistema de ensino e os outros subsistemas, sem deixar de especificar essas relações por referência à estrutura das relações de classe, a fim de perceber que a autonomia relativa do sistema de ensino é sempre a contrapartida de uma dependência mais ou menos completamente oculta pela especificidade das práticas e da ideologia permitidas por essa autonomia. (BOURDIEU; PASSERON, 1995, p. 206-207).

Diante da complexidade do assunto, autores trazem para o cenário discussões que tentam identificar as causas da violência escolar, bem como conceitos que classificam essa relação, a necessidade analisar esse contexto, que

não esta restrita somente ao ambiente escolar, mas também passa a ser associada pela ação de Segurança Pública, e as demais atores sociais. Um desafio que busca contribuir para que as relações sociais e principalmente as que se desenrolam no âmbito escolar, prescindam do uso da violência e devolva ao espaço escolar sua essência que é um espaço destinado ao conhecimento, do exercício da aprendizagem, da formação do ser, da ética, da comunicação por diálogo representaria um ambiente adverso ao exercício da violência, ações contundentes que requer parceria em conjunto com a formulação de políticas públicas.

2.2 VIOLÊNCIA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Para que possamos discutir a cerca dos conceitos sobre violência, se faz necessária uma análise sobre suas formas de expressão em diferentes espaços, sua multiplicidade e seus contornos. Apresentamos aqui, alguns conceitos usados para que possamos entender as formas distintas de violência e como tais se manifestam no contexto escolar, compreendidas a partir das relações sociais vividas nas escolas. Práticas agressivas têm sido relatadas em escolas de todo mundo em um relatório divulgado em 2018 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)², através das mídias, mostra que em todo o mundo, metade dos estudantes entre 13 e 15 anos de idade – cerca de 150 milhões de jovens – já foram vítimas de violência por parte de seus colegas, episódios de agressão aconteceram dentro e fora do ambiente escolar, o relatório observa que a violência envolvendo armas nas escolas, como facas e revólveres, continua a tirar vidas. A análise explica ainda que, em um mundo cada vez mais digital, os agressores estão disseminando conteúdo violento, ofensivo e humilhante com o toque de uma tecla. Dessa forma, essa realidade cada vez mais intensa em nossos ambientes escolares, nos remete a necessidade para a discussão sobre o tema, inicialmente discutido como segurança nas escolas e atualmente é mais conhecida com o tema “violência escolar” (ASSIS *et al.*, 2010).

² UNICEF. Metade dos adolescentes no mundo são vítimas de violência na escola. Edição do dia: 10/09/2018 Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/unicef-metade-dos-adolescentes-no-mundo-sao-vitimas-de-violencia-na-escola/>> Acesso em: 22 dez de 2019

É na infância e adolescência etapas da vida vividas intensamente na escola, que são fases de desenvolvimento contínuo e de intenso processo de maturação e costumam deixar marcas importantes que perpetuam para o resto da vida (PRIOTTO, 2008). Os efeitos da violência decorrem mais da combinação do contexto em que as relações são vividas, isso acarreta efeitos negativos para criança e adolescente com forte impacto em suas vidas e em seu desenvolvimento, refletindo na interação escolar. A grande relação da violência com as emoções, com o comportamento e com a cognição se torna um grande desafio para a escola, esses reflexos se manifestam nas interações interpessoais que nelas, se expressam por atitudes de hostilidades, rejeição, crítica ao comportamento, a aparência, estes são tipos de violência que mais influenciam no quadro de depressão, hoje muito diagnosticado entre nossos jovens, também relacionado aos casos de bullying.

Os meios de comunicação têm cada vez mais noticiado fatos relacionados a temática de violência escolar, uma pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI), divulgada em 2016 pela Revista Época³, mostra que em 129 escolas de sete capitais brasileiras, num demonstrativo de 6.709 alunos, revela que 70% dos alunos, houve algum tipo de violência na escola em que estudam e que entre os violentados, 65% apontaram um colega como agressor. Mais de 15% alegaram que a agressão partiu dos próprios professores. Entre os tipos de violência praticada, o *cyberbullying* – que engloba intimidações na internet e em aplicativos de conversa – representa 28% dos casos. Roubo e furto representam 25% dos casos e ameaças, 21%, a pesquisa foi realizada entre janeiro e novembro de 2015, ouviu estudantes de 12 a 29 anos, em sete capitais brasileiras.

A depressão em crianças e, mais ainda, em adolescentes, é mais comum do que imaginamos e deve ter um olhar atento pelos profissionais de educação, estes que convivem com os alunos diariamente, de forma que se possa observar sinais que podem expressar esse quadro. Disseminado através das redes

³ REVISTA ÉPOCA. Violência atinge 42% dos alunos da rede pública. Edição do dia: 25/03/2016 Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/03/violencia-atinge-42-dos-alunos-da-rede-publica.html> Acesso em: 23 jan de 2019

mediáticas, o Portal G1⁴ publica em 2017 que, de acordo com as últimas estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 300 milhões de pessoas vivem com depressão, um aumento de mais de 18% entre 2005 e 2015. Nos casos mais graves, a depressão pode levar ao suicídio e entre jovens de 15 a 29 anos, já representa a segunda principal causa de morte no mundo.

A agressividade e a transgressão na infância e na adolescência são preocupações para pais e professores, pois geralmente se associa com a presença de conflitos no contexto de vida, o que já mencionamos anteriormente, assim a repercussão da violência no desenvolvimento cognitivo são alvos de evidente preocupação. Dentre as discussões sobre as representações da violência no contexto escolar, também se faz necessário apresentar os termos incivildades, intimidação e indisciplina. Para Debarbieux e Blaya (2002):

‘Incivildades’: atos que vão da indelicadeza e má-criação das crianças ao vandalismo. São resultantes da pequena delinqüência e estão relacionados a formas de relações humanas e à cidadania. ‘Indisciplina’: indicação de negação ou privação de disciplina; noção de desordem, descontrole e falta de regras. (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002, p.37)

Dentre as formas de violência que ocorrem nas escolas pelas relações interpessoais, falamos as que se manifestam com os alunos, no entanto, vale ressaltar que existem aquelas vividas pelo aluno contra professor, do professor contra aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola, entre outras. No entanto, vamos nos deter as modalidades mais freqüentes que afetam o cotidiano em nossas escolas.

Inúmeros problemas vividos pela escola perante o quadro de violência enfrentado pelas instituições segundo a autora Arendt (2005), se devem à crise de autoridade na sociedade contemporânea, devido o enfraquecimento da tradição que assegurava a transmissão de conhecimentos, dos valores fundamentais para a vida em sociedade, tradição esta enraizados pela família e valores fortalecidos pela escola. Para a autora, a perda da autoridade que se iniciou na esfera política afetou a esfera privada, e por essa razão a autoridade foi contestada, primeiro na família e

⁴ PORTAL G1. Depressão cresce no mundo, segundo a OMS; Brasil tem maior prevalência na América Latina. Edição do dia: 23/002/2017 Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghtml> Acesso em: 17 jan de 2019.

posteriormente na escola, além da crise de autoridade e de valores, outros aspectos também desencadeiam representações de atitudes violentas na escola, fatores exógenos favorecem o contexto. No contexto escolar essa realidade se percebe pela precariedade de recursos materiais, físicos e humanos existentes em muitas escolas, principalmente a fragilidade do ensino público oferecido à população, essa diferença entre as condições de aprendizagem e estrutura entre os alunos do ensino público e privado ilustram uma violência também chamada de violência estrutural.

As relações de poder vividas na escola também exercem práticas de violência ocorridas no contexto escolar, dentre estas, a chamada violência simbólica, tratada por Bourdieu (2004), que ocorre por símbolos, sinais de poder, essas que por sua vez ocorre dentro das instituições por meio de regras, normas de funcionamento, relações burocráticas e estruturas que reproduzem políticas sociais injustas. A violência simbólica se manifesta quando não há diálogo na construção dos aspectos organizacionais no funcionamento da escola. Segundo Castro (1998), nessa ordem hierárquica, as exigências são externas aos atores, vindas de normas regimentais, de leis e ordens dos órgãos administrativos do sistema de ensino, sem que se priorize a realidade a qual a escola está inserida. Quando na relação professor-aluno as situações de confronto se impõem condições arbitrárias, cria na sala de aula um ambiente pouco favorável a aprendizagem, e na esfera pública torna-se um fator de agravamento de evasão escolar.

Também tratamos aqui a violência contra o patrimônio público, esta por sua vez envolve furto de materiais e equipamentos, quebra de instalações, pichações e falta de cuidados e manutenção. Estas são praticas mais freqüentes no sistema público, visto que diferentemente no sistema privado, a escola pública esta bastante vulnerável a esse tipo de ação.

O aparecimento de armas e drogas no ambiente escolar têm preocupado os órgãos envolvidos no sistema de ensino que a partir desse contexto, toma parceria com os órgãos de segurança pública. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PENSE 2015), mostra que houve um aumento no percentual de estudantes do 9º ano que já experimentaram drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança-perfume, ecstasy etc.), passando de 7,3% em 2012 para 9,0% em 2015.

Cada vez ganhando mais destaque na mídia, em 2019 fatos ocorridos nas Instituições escolares brasileiras ganharam destaque na mídia nacional e

internacional. O site Folha de São Paulo (2019)⁵ mostra que em desde 2002 ao menos oito escolas brasileiras sofreram atentados em que alunos ou ex-alunos armados abriram fogo contra estudantes e funcionários. A matéria mostrou também que o caso ocorrido em março de 2019, na escola Estadual Prof. Raul Brasil na cidade de Suzano- SP, onde dois jovens adentraram na escola e dispararam tiros e através de machados deixaram 10 mortos e 11 feridos, o caso ganhou bastante repercussão nas mídias de todo o país e no mundo.

Segundo o site, entre 2002 e 2019, período em que foram registrados os oito casos de ataques as escolas brasileiras, os Estados Unidos da América (EUA) registraram 660 episódios em que armas foram disparadas dentro de escolas ou contra elas, segundo levantamento da escola Naval de Pós-graduação dos Estados Unidos (NPS, na sigla, em inglês). A revista Brasil Escola⁶ também trouxe para sua matéria casos de lamentáveis de violência em meio as escolas brasileiras, em 2017, outro caso deixou o país de luto, um jovem de apenas 14 anos levou uma arma para a escola, em Goiânia (GO), matou dois estudantes e deixou mais quatro feridos, de acordo com as informações da Polícia Militar, ele estaria sofrendo bullying, se revoltou, e cometeu o atentado. Em 2011, em Realengo (RJ), houve outro caso semelhante, um homem de 23 anos invadiu uma escola e deixou 12 alunos mortos, ele também era ex-aluno do colégio e, segundo os depoimentos das investigações, ele tinha distúrbios psicológicos e sofria *bullying* nos anos em que estudou no local.

Quando o assunto é drogas prevalecem os estigmas e os preconceitos e isso prejudica as ações de orientação e prevenção, faz-se necessário desprende-se da idéia de aderir a culpa ao estudante, no caso de uso de drogas, e considerar que esse fator e causa de problemas tanto pessoais como também sociais. É importante tornar a escola um ambiente protegido e estimulador de outras fontes de prazer e conhecimento para que nossos estudantes busquem alternativas que dignifiquem sua vida individual e despertem a responsabilidade social (ABROMOVAY & CASTRO, 2005).

⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Em metade dos ataques contra escolas no país, armas vieram das casas dos atiradores. Edição do dia: 18/03/2019 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/em-metade-dos-ataques-contras-escolas-no-pais-armas-vieram-das-casas-dos-atiradores.shtml> Acesso em: 12 mai de 2019.

⁶ BRASIL ESCOLA. Tragédia nas escolas brasileiras: a importância da psicologia no ambiente educacional. Edição do dia: 9/04/2019 Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/blog/tragedias-escolas-importancia-psicologia-no-ambiente-educacional.htm> Acesso em: 14 de abr de 2019.

Em 2002, a UNESCO divulga o livro 'Drogas nas Escolas' de Mary Garcia Castro e Mirian Abromovay que traz para discussão dados de uma pesquisa realizada em escolas públicas e privadas de 13 capitais (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá e Goiânia) e do Distrito Federal as representações de alunos, professores, diretores, membros corpo técnico-pedagógico das escolas e pais sobre o envolvimento dos jovens com drogas e suas repercussões no cotidiano escolar. A pesquisa mostra que o número de alunos que afirmam ter presenciado o uso de drogas na escola é duas vezes superior ao de membros do corpo técnico-pedagógico: 23,1% (1.070.393) dos alunos dizem existir drogas nas escolas ante a 10,8% (338) dos professores constatam o mesmo, no tocante aos pais, uma média de 3,4% (454) fez tal afirmação. Os resultados do estudo mostram que a busca de soluções para o problema das drogas não pode ser associada somente à adoção de medidas unívocas e de caráter repressivo - como a instalação de câmaras e detectores de metais nas escolas. Devem-se desenvolver estratégias de prevenção de longo prazo com o apoio da escola, da família e da comunidade, associadas às instituições governamentais.

A promoção da saúde e qualidade de vida nas escolas deve estar muito além da idéia de prevenção da violência, deve fortalecer os fatores de proteção perante as adversidades da vida, requer que os indivíduos, a família, os grupos e a sociedade se responsabilizem com suas obrigações (ASSIS *et al.*, 2007). A existência de um espaço afetivo e de apoio, que tenha uma estrutura adequada, é um dos aspectos mais importantes para proteger o estudante que enfrenta violência e outras adversidades. Quando a escola e as pessoas nela envolvidas estão envolvidas nesse propósito, os efeitos nocivos do contexto de violência podem ser reduzidos, assim, crianças e adolescentes que passam por situações de violência conseguem ter suporte para enfrentar tais aspectos e constroem caminhos positivos, isto é um sinal de que estão dispostos de fatores internos que estimulem seu potencial de resiliência ao longo da vida.

3 REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA

3.1 RELAÇÕES DE PODER E A ESCOLA

Na escola as relações sociais são institucionalizadas, é onde se deveria vivenciar o mais amplo exercício da convivência social, onde se pratica o diálogo, a tolerância e se reforça valores éticos, morais e cívicos, valores que são historicamente produzidos pela sociedade. Entretanto, o que se percebe é uma permanente relação de poder, que desencadeia o controle dos indivíduos e a dominação pela disciplina.

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, não para o cuidado físico ou estético e biológico em tratar do corpo, mas de exercer sobre este o controle, ligados ao comportamento, linguagem, reflexo social. Daí surge o controle, método de disciplina, relações de força que tornam-se processo de dominação, o que para Foucault (1999), a era clássica não inventou essas novas relações de poder, mas sim aflorou, acelerou o que já estava enraizado na sociedade que imperava a punição como forma de poder. Surge dessa forma, as relações políticas das coerções que para o autor:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT 1999, p.164)

Esse novo enfoque social conduz mecanismos para a atuação do recente aspecto político de controle e submissão dos homens, traz um conjunto de técnicas e processos que apresentam o surgimento do humanismo moderno. Para que a disciplina dos corpos assuma sua posição no espaço, a educação institucional, ou seja, a escola assume o papel de instrumento de controle e o modelo de convento se instala aos poucos:

O internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório em Louis-le-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégio-modelo. (FOUCAULT 1999, p.168).

Além das escolas, também quartéis, hospitais, fábricas, porém, o princípio da clausura não é suficiente, nem imprescindível nos aparelhos disciplinares, também é preciso o princípio da localização, o espaço disciplinar, que requer cada indivíduo no seu lugar. Estabelecer controle de comportamentos para revoltas, antiaglomerações, e assim, manter a cada instante o controle de indivíduos.

Esses mecanismos disciplinares fazem emergir uma evolução em termo de “gêneses”, uma manobra para repartição dos indivíduos ligados a atividade de controle orgânico. Também se tornou necessário a estruturação da sociedade em classes, o surgimento de grupos etários semelhantes que a partir dessa delimitação orientam o comportamento social entre estes, nessa contextualização a juventude, passa a esta intimamente ligada a delinquência e problemas indisciplinados e passam a ser doutrinados pela instituição escolar, “juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres”(GROPPO 2004, pg.11).

A escola socializa o indivíduo de maneira coercitiva, reprimindo determinadas idéias e comportamentos, reproduzindo idéias e normas sociais condicionantes à classe dominante, para Groppo (2004) a violência simbólica esta enraizada no sistema escolar, e a autoridade pedagógica, a dinâmica da escola e a estrutura do sistema de ensino são instrumentos massificantes para a legitimação deste poder.

O jovem e a juventude foram marcados pela dinâmica da industrialização e da qualificação da mão de obra, que terá na escola o processo de disciplinarização para o mercado. Diante disso, os jovens tornam-se um tipo social, que dependendo da sua classe precisaria ser protegido, no caso dos jovens oriundos da elite, ou apresentar-se-ia como ameaça, os advindos da periferia, e em função do contexto, o campo escolar assumem formas de controle sociais cruéis para juventude, que passa a considerar como critérios de julgamento, atributos étnicos e raciais, de classe e/ou geográficos. De acordo com Moraes (2005), são abundantes os casos em que jovens e adolescentes são tomados como “ameaça à sociedade” ou “vítimas dela”, porque, estando em formação, seriam mais facilmente influenciáveis, inclusive com vulnerabilidade para o mundo do crime.

Na escola se reflete a violência vivida na sociedade, oriundos da dinâmica social, do processo de desigualdade, o que torna cada vez mais complexo as

relações que se estabelecem no seu cotidiano. Para Bauman (2013) a sociedade de consumo, ao qual estamos inseridos, esta intimamente ligada em nossas relações sociais, ela incentiva ao rápido descarte, e a vontade frenética de consumo, o que conceitua uma cultura líquida moderna, onde o conhecimento é desvalorizado, a educação não mais fundamental para ascensão social, e a influência midiática, as redes sociais são mecanismos poderosos para essa lógica de consumo, ao alcance maior para a juventude.

A escola deve ser um espaço de construção de saberes, de convivência e socialização, onde jovens devem buscar desenvolver suas habilidades, expandir suas relações sociais, realizar e construir desejos, impulsos que colaboram para formação e construção de identidades. Contudo, as desigualdades sociais, econômicas e culturais têm reflexos no universo escolar, e a escola não só as reflete, mas também as reproduz. Assim, torna-se *locus* de produção e reprodução de violências nas suas mais variadas formas, na medida em que sua estrutura, seu modo de organização, acaba impossibilitando que ela cumpra o seu papel, que é o de formar, de maneira positiva, crianças e jovens promover a estes a formação ética e intelectual das novas gerações, sendo o lugar precípua onde se dá a educação formal.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa educação é proferida pela escola, que tem o papel de transmissão e construção do saber, formação de cidadãos que sejam capazes de respeitar o direito das demais pessoas e contribuir com a comunidade.

3.2 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

A violência é um fenômeno que atinge a todas as classes sociais, a todos os gêneros e gerações, ultrapassam fronteiras geográficas, diferenças étnicas, políticas, culturais. É enganoso pensar que se trata de um fenômeno exclusivo de alguma localidade ou espaço social, de algum segmento ou classe, devido sua forma multifacetada trata-se de um fenômeno de difícil de conceituação.

De acordo com Abramovay e Castro (2005), a pluralidade de concepções contribui para que não exista um consenso em relação ao que se define como violência, apesar disso, existe uma tendência na literatura de conceituá-la de uma forma mais ampla, entendendo-a como todas as práticas que afetam fundamentalmente os direitos humanos e de cidadania. Conceituar violência se torna complexo, pois se expressa sob características cujas especificidades se dão pelo contorno que suas formas se expressam, e pela experiência de vida de cada indivíduo. A OMS utiliza a seguinte definição para violência:

“Uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (KRUG *et al.*, 2002, p. 5)

Também se classificam, segundo a OMS de acordo com a natureza dos atos cometidos. Citados por Assis (2010, p. 43):

‘Violência física’: uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades.

‘Violência psicológica’: agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a pessoa, restringir sua liberdade, ou ainda isolá-la do convívio social.

‘Violência sexual’: ato ou jogo sexual que ocorre nas relações hétero ou homossexuais e visa a estimular a vítima ou a utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.

‘Negligência ou abandono’: ausência, recusa ou a deserção da atenção necessária a alguém que deveria receber cuidados. (ASSIS apud KRUG *et al.*, 2002, p.15)

A OMS utiliza o modelo ecológico para definir o entendimento sobre os aspectos da violência e leva em consideração o nível individual, que relaciona-se com os fatores históricos, sociais, biológicos e pessoais que uma pessoa possa ter para ser vítima ou causador da violência. Já o nível relacional, considera as relações sociais próximas, para a vítima da violência. O nível comunitário, analisa os contextos das relações, por exemplo, escolas, locais de trabalho, vizinhança, assim, através do contexto busca definir as características associadas as ações praticadas por violência através do cenário. O nível social diz respeito aos fatores sociais que mais influenciam os índices de violência, como por exemplo, normas culturais que fundamentam atos de violência com soluções para conflitos, domínio masculino para

opressão de mulheres e crianças, normas que subsidiam o uso abusivo da força policial e outras (ASSIS, 2010).

Figura 1- Modelo ecológico para compreender a violência



Fonte: Krug *et al.*, 2002:13.

Percebe-se através da figura que os níveis se entrelaçam, são interligados e determinantes em cada processo. Vale ressaltar a variedade de definições, tipologias e manifestações da violência, e que diferentes áreas do conhecimento apontam diferentes estratégias para a discussão. Na educação também não é diferente, o conceito de violência na educação é hoje um campo de debates em vários países do mundo, na França Dupâquier (1999) analisa violência escolar como uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade. Enquanto na Inglaterra, Irlanda, Japão, Estados Unidos, Canadá e Espanha estudos definem o fenômeno da violência no meio escolar, intitulando-o como “intimidação” e “vitimização”, ficando ressaltado que a família, a escola e a sociedade em geral poderiam ser consideradas os fatores que influenciam diretamente o fenômeno da violência escolar nos demais países (ORTEGA, 2002). Nesse sentido, Chenais (1981) salienta que existem várias concepções de violência, as quais devem ser hierarquizadas segundo seu custo social.

As diferentes modalidades de violência que se fazem presentes no ambiente escolar são: a violência física, aquela que consiste em ferimentos, roubos, golpes, vandalismo, tráfico e uso de drogas, violência sexual, homicídios e crimes de uma forma geral. Considera-se que existe tanto a violência na escola como violência da escola, a primeira refere-se às violências produzidas fora da escola e que atravessam seus muros, chegando ao seu espaço. A segunda diz respeito às práticas efetivadas pelos próprios atores escolares (agressões morais, psicológica e física, discriminação racial e de gênero, política, estereótipos, institucionalização de avaliações predominantemente ou apenas quantitativas e com estímulo à mera competição; depredações do prédio e equipamentos escolares).

A análise das causas e das relações que geram condutas violentas no interior da instituição escolar impõe alguns desafios aos pesquisadores e profissionais do ensino, pois demanda tanto o reconhecimento da especificidade das situações como a compreensão de processos mais abrangentes que produzem a violência como um componente da vida social e das instituições, em especial da escola, na sociedade contemporânea. (SPOSITO 2004, p.163).

Nesse sentido alguns conceitos utilizados para compreender as formas de violência que ocorrem no ambiente escolar partem a do conceito de violência interpessoal, esta que é caracterizada pela violência de uma pessoa contra outra e ocorre em nível familiar e comunitário. O nível comunitário inclui estabelecimentos como prisões, locais de trabalho, abrigos e escolas (KRUG *et al.*, 2002).

Outro tipo de violência que faz simbiose com a violência escolar é a violência familiar que se compreende por maus-tratos e abusos que ocorrem no contexto, nas inter-relações e na comunicação da família (MINAYO, 2009). Esse tipo de violência acarreta práticas disciplinares inconsistentes ou excessivamente rígidas pelos envolvidos; dificuldades em ensinar mediação de conflitos para as crianças e adolescente que são grandes vítimas dessa prática.

Outro tipo de violência muito comum é a ‘Violência cultural’ que corresponde a todas as formas naturalizadas na cultura familiar, comunitária e institucional de uma sociedade. A violência cultural se apresenta também sob a forma de discriminações e preconceitos, destacando-se como culturais: a violência de gênero, a violência conjugal, a violência contra crianças e jovens, a violência racial, a violência contra pessoas com deficiência e contra outros grupos etários vulneráveis como os idosos (MINAYO, 2009).

Também que atualmente está em índices cada vez mais crescentes no meio de nossos jovens no ambiente escolar é a Violência autoinfligida: violência autodirigida, que se manifesta de duas formas – comportamento suicida (pensamentos suicidas, tentativa de suicídio e suicídio) e atos de violência contra si próprio, como é o caso das mutilações (KRUG *et al.*, 2002). Entre outras temos Violência institucional: ocorre dentro das instituições, sobretudo por meio de regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas que reproduzem estruturas sociais injustas, a fragilidade de recursos materiais, físicos e humanos, existentes em muitas escolas e a precária qualidade do ensino público oferecido à população é uma forma de violência institucional existente em muitos países e ocorre no Brasil. A violência simbólica falada por Bourdieu (2004) é aquela

que ocorre por símbolos e sinais de poder, de distinção, de discriminação e de dominação, para o autor ela é a principal violência promovida pela escola, tal afirmação se pensada na área educacional, evidencia a ausência de democratização dos sistemas educacionais das sociedades capitalistas. Também, a violência simbólica ou institucional, que se revela nas relações de poder e na violência verbal entre professores e alunos, ou seja, a violência escolar não pode ser considerada somente fatos agressivos, mas comportamentos que quebram regras de convivência social e promovem insegurança nos ambientes escolares.

A violência escolar se expressa em várias modalidades: violência entre alunos, violência de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola (deprecação) e outras. Muitos dos problemas enfrentados pela escola se devem à crise da autoridade na sociedade contemporânea, perdendo-se o elo da tradição que assegurava a transmissão de conhecimentos técnicos e, principalmente, dos valores fundamentais para a vida em sociedade. A perda da autoridade que se iniciou na esfera política afetou a esfera privada, e por essa razão a autoridade foi contestada, em primeiro lugar, na família e na escola (ASSIS, *et al.*, 2010).

Nesta perspectiva, a escola é percebida como um espaço onde se reflete as violências presentes na sociedade e no seu entorno, considerando-se que existem diferentes modalidades de violências das e nas escolas, levando em consideração a violência urbana. A violência constatada no âmbito escolar pode ser indiretamente considerada como um dos desdobramentos do processo de desigualdade social, ou seja, oriundos da dinâmica social que se refletem nas instituições escolares.

3.2.1 Violência Na Escola, Da Escola, Contra A Escola

Para que possamos fazer uma reflexão sobre essa complexa relação entre violência e escola, faremos uma abordagem aos aspectos que tornam o ambiente escolar um espaço propício para essas ações. Como já discutidos anteriormente, as representações da violência no espaço escolar se dão em inúmeros aspectos, porem existem diferentes modalidades para análise dos

impactos da mesma no âmbito escolar. A partir dessas características os autores Charlot e Émim (1997) e Abramovay (2003) classificaram os atos e as ações de violência na escola em dois níveis: a incivildades, a violência simbólica ou institucional. Em 2002, novamente Charlot (2002), traz para discussão outra ótica para classificação dos episódios de violência na escola na qual identificam três tipos de manifestação como: violência na escola, violência da escola, violência contra a escola.

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e as atividade da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Violência da escola esta ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas). (CHARLOT, 2002, p. 434).

Porém, Abramovay (2005) considera essa classificação insuficiente para certos tipos de manifestações de violências existentes na escola como: brigas entre alunos ou as discussões entre professores e alunos que se dão na sala de aula ou no pátio da escola. Para o autor esse contexto de análise ajuda a compreender o fenômeno na medida em que considera manifestações de várias ordens. Contudo, mostra-se ineficiente quando há a necessidade de se compreender certos tipos de manifestações de violência associadas a problemas internos de funcionamento, de organização e de relacionamento. Dessa forma, é importante compreender violência escolar como uma construção social, que se dá em meio a interações entre sujeitos no espaço escolar, relacionar as manifestações de violência no espaço escolar como um processo social que compreende tanto relações externas como internas a escola, e institucionais, em particular no que tange às relações sociais entre sujeitos diversos.

Priotto (2008) com base em sua pesquisa intitulada “Violência escolar: Políticas públicas e práticas educativas” ampliou a classificação de violência escolar apresentadas por Charlot (2002) e Abramovay (2003) de forma a ficar mais abrangente, propondo uma diferenciação entre violência na escola, violência da

escola, e contra a escola. No que diz respeito à violência na escola, esta se caracteriza por diversas manifestações que acontecem no cotidiano da escola, praticadas pelas relações interpessoais existentes no contexto escolar. Definem-se como atos ou ações de violência: Física – contra o(s) outro(s) ou contra o grupo, contra si próprio (suicídios, homicídios, espancamentos, deferimentos, roubos, assaltos, ferimentos, golpes, estupro, agressões sexuais, exibicionismo, porte de armas que ferem, sangram e matam; uso e oferta de drogas e bebidas alcoólicas. Incivildades - desacato, palavras grosseiras, indelicadeza, humilhações, falta de respeito, intimidação ou *bullying*, que se percebe com maior frequência entre os alunos e evidencia a grande diversidade de suas formas e as consequências danosas para todos os que nele estão envolvidos, atualmente o *cyberbullying* é uma modalidade do *bullying* que utiliza os meios de comunicação mais modernos, atuais e avançadas tecnologias da informação para constranger, humilhar e maltratar suas vítimas.

Esses tipos de violência são multiplicadores do sofrimento de suas vítimas, pois extrapolam os muros da escola e estão presentes nas relações sociais como festas, cinemas, shopping, entre outros, trazendo consequências psicológicas graves às vítimas. Fukui (1991), reforça que a violência entre os alunos costumam ocorrer: dentro da escola (pátio, quadra, salas de aula); portão de entrada da escola e na via pública em frente à escola. Com efeito, esses atos de violência sempre envolvem indivíduos pertencentes à escola, como vítimas ou como agressores.

Casos de agressão de alunos contra professores e funcionários também estão se tornando corriqueiros no cotidiano escolar, tornando-se objeto de estudo de varias pesquisas como é apontado por Sousa (2016) que afirma que a violência contra o professor se apresenta em várias situações, não só na violência física e, por conseguinte, na psicológica, mas que também é vivida diariamente através de agressões verbais, nas respostas desdenhosas, na prática de afrontar o professor, na constante indisciplina às normas da escola e até no descaso ao patrimônio público.

Também há perspectiva da violência que ocorre na relação professor-aluno, evidenciado pelo poder simbólico, o que para Bourdieu (1998), torna-se eficiente quando se define por meio de uma relação determinada, exemplificada aqui por Ristum (apud ASSIS, 2010) como:

expulsar da sala, mandar para a coordenação ou para a direção da escola, chamar os pais para conversar, deixar sem recreio e retardar a saída. Embora pouco frequentes, foram observados castigos diferentes desses, como mandar o aluno sentar-se na cadeira do 'bobo' ou colocar o aluno na frente da sala, em pé, com o rosto voltado para o quadro, de conotação claramente humilhante, configurando-se como violência psicológica (RISTUM, apud ASSIS, 2010, p.85-86)

A violência na escola em alguns casos deve ser analisada como a violência da escola, pois quando caracteriza-se uma violência gerada pela instituição escolar e seus agentes os através do trato a partir de regras e normas estabelecidas. Em vários estudos se faz referencia à violência simbólica na perspectiva de Bourdieu (1998), como a principal violência promovida pela escola, esse questionamento demonstra a ineficiência no processo de democratização dos sistemas educacionais das sociedades capitalistas e a ausência da participação da comunidade escolar na tomada de decisões e implementação de políticas publicas na resolução de problemas.

Quando falamos em violência da escola, esta se evidencia quando todo tipo de ato praticado pela instituição escolar que prejudicam seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). Também a indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores, exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim, a marginalização, a desvalorização do profissional professor, a insatisfação, indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional, falta de estímulos e interesse em educação continuada, discriminações diárias, se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força. Outra problemática classificada como violência da escola é a da exclusão social, a produção da exclusão no âmbito da sociedade é, também, praticada no âmbito da educação causada pela evasão escolar.

Violência contra a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses atos de violência implicam tanto aos membros da

escola como à comunidade e estranhos à escola. A desvalorização social e o empobrecimento do professor também são categorizados como violência contra escola. Também o aumento do número de alunos, salas superlotadas, a discrepância sociocultural em uma sala de aula, a necessidade de se atender a novas demandas de escolarização sem que se dê a devida importância a estrutura física e os recursos humanos para o ensino, essas novas concepções do ensino e de formas de lidar com o conhecimento, não têm sido acompanhadas pela implementação de políticas educacionais capazes de enfrentar os desafios e de valorizar os profissionais de ensino, desencadeando uma forma de violência do sistema que rege o ensino, contra as instituições que acatam essas regras sem que a sociedade reconheça a importância do papel da educação na construção país (GATTI, 1996).

3.3 O PAPEL DA ESCOLA

A Constituição de 1988 torna-se um marco legal para o início do processo de expansão do processo educacional, com temáticas para inclusão, diversidade e pluralidade, um amplo acesso aos segmentos da sociedade até então mais excluídos. Diante dessa perspectiva, tem-se, a escola como instrumento para promover a formação ética e intelectual das novas gerações, conforme o artigo 205 da Constituição Federal. Além de responsável pela transmissão e construção do saber, a escola vem com a responsabilidade de favorecer a formação de cidadãos capazes de contribuir para a comunidade em um ambiente de aprendizagem com diferentes saberes e formas de socialização, um local de construção de normas e valores sociais.

Assim, torna-se importante compreender essa relação de como o sistema escolar tem servido a função de reproduzir a ordem social, transformando-se num instrumento de transformação e mudança, contribuindo para a construção do homem e do meio social, Candau (2001), reforça essa idéia quando afirma que a escola deve ser um espaço onde se formam as crianças e os jovens para serem construtores ativos da sociedade na qual vivem e exercem sua cidadania.

Entretanto, o fenômeno da violência vem alterando o papel da escola frente esta realidade, interferindo na dinâmica do processo de aprendizagem. A

violência é um fenômeno que se apresenta de forma generalizada em nossa sociedade, e esta cada vez mais crescente no cotidiano de vários espaços sociais atingindo suas instituições, inclusive o ambiente escolar que é um espaço destinado ao conhecimento, do exercício da aprendizagem, da formação do ser, da ética, da comunicação por diálogo e, portanto adverso ao exercício da violência. É importante compreender como se manifesta a violência nas escolas, despertando atenção de pesquisadores e especialistas do mundo inteiro, pois acarreta mudanças enfrentadas pela instituição, apresentando contornos e modos específicos de manifestação no âmbito escolar, assim, o fenômeno da violência deve partir do reconhecimento de sua complexidade (CANDAUI, 2001).

De fato o caráter multifacetado da violência no ambiente escolar impõe uma série de desafios no que tange a identificar os tipos de violência gerados nas escolas e as obrigações da escola diante do contexto. Percebe-se que os conceitos de violência descrevem-se como um fenômeno humano, culturalmente pelas civilizações, permeadas em suas modulações, tanto por fatores psicológicos como sociais e culturais, em todo caso, entende-se o termo violência escolar como um problema que acomete o dia a dia da escola, assim, denominamos violência escolar: todos os atos ou ações de violência comportamentos agressivos e anti-sociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos a escola) no ambiente escolar, entendendo a escola como sistema e espaço físico que causa (atos de agressões e violências) é o local onde se acentuam os problemas individuais (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Outro ponto da discussão sobre o papel da escola passa pelas condições do corpo docente, a política de formação de professores para se adequar ao contexto ao que se refere a prevenção e manejo da violência escolar. Sabemos que a violência nas escolas aumentou nesses últimos anos, dados da UNESCO (20017) e do Instituto de Prevenção à Violência Escolar apontam que em cada ano há 246 milhões de crianças e adolescentes submetidos a uma forma de violência no ambiente escolar.

Diante desse contexto, se preocupa em saber como o sistema educacional, em especial a escola, prepara seus agentes para que saibam e

entendam como os comportamentos agressivos se desenrolam nas unidades de ensino, afim de que a escola não seja um espaço onde a violência se desenvolva e tenha continuidade. Frente a esse quadro, é importante intervir de forma ativa e objetiva, pois devido a diversidade dos problemas relacionados a violência nas escolas, tais como incivildades, danos contra o patrimônio, e as diversas manifestações que ocorrem nela, trazidas de fora para dentro, como as gangues, o tráfico de drogas, bem como a entrada de armas, ou seja, compreendendo o contexto para que as intervenções sejam formuladas específicas para cada caso. Contudo, não se deve negligenciar a participação da família, formando parcerias onde se torne necessário uma análise funcional do contexto à luz da compreensão do desenvolvimento da violência.

Para que haja o controle e evite as práticas de violências, escolas se utilizam de mecanismos de intervenção, há escolas que punem e outras que educam, utilizando-se de projetos e mediações, as regras são produzidas pelas instituições para que sejam cumpridas, é importante que estas sejam elaboradas “democraticamente e revisadas por todos os membros da comunidade” (ORTEGA, 2002). Também, as escolas possuem instrumentos que orientam e regularizam suas praticas pedagógicas, tais como o Projeto Político Pedagógico, a construção do Regimento Escolar, estes que são documentos construídos pela comunidade escolar, e que define e organiza as atividades e projetos de uma instituição.

Destacamos a importância do olhar individualizado às manifestações de violência, para que se direcionem as práticas de intervenção, logo, o diagnostico é fundamental ao contexto, a formulação de intervenções sob medida, os agentes educacionais devem ser devidamente preparados para lidar e diagnosticar o problema. Para que isso ocorra, a escola deve ter o alcance de políticas de formação, de capacitação, que garanta a estas instituições, subsídios para prevenir e diagnosticar o problema, que oriente em tomada de decisões e ações inerentes a violência escolar, do mesmo modo, é fundamental que o Estado garanta a autonomia pedagógica perante mecanismos jurídicos e institucionais, não basta a simples experiência para lidar com o contexto da violência nas escolas, é necessário o suporte legal a ação da mesma com a devida formulação de políticas públicas que garantam esse demanda.

Segundo Royer (1995 *apud* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002) é importante que se promova uma formação onde se inclua conhecimentos baseados nos resultados de pesquisa, fornecendo real apoio e aparato teórico aos educadores que trabalham na prevenção e no trato com a violência escolar, isso já é utilizado na medicina, na aeronáutica, e deve valer também para a educação. O despertar da análise científica, irá ajudar aos professores a desenvolverem capacidades sólidas no diagnóstico dos problemas e uma intervenção mais objetiva.

É necessário identificar com clareza os campos de ação, no que tange a prevenção e as medidas de colaboração, compreender que a escola não age sozinha no combate a violência escolar, diante da complexidade do contexto, existe situações que são resolvidas pelo professor, outras tratadas pelo gestor, até pelos próprios agentes de segurança pública. Desde então, muitas iniciativas estão em desenvolvimento, buscando contribuir para que as relações sociais e principalmente as que se desenrolam no âmbito das escolas, prescindam do uso da violência e estejam sob o viés de formulação de políticas públicas que assegurem a formação plena dos nossos cidadãos.

4 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA EM ÂMBITO ESCOLAR

4.1 POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Em diversas partes no mundo e no Brasil, pesquisadores têm procurado aprimorar o conceito de violência considerando a população-alvo, os jovens e o lugar da escola como instituição. A literatura nacional não contempla apenas a violência física que ocorre no ambiente escolar, mas evidencia a ética, a política e a preocupação em dar visibilidade às violências simbólicas. Adverte Spósito (apud OLIVEIRA, 2008):

Nos vinte últimos anos acumularam-se um expressivo número de iniciativas brasileiras que demandam análises e estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e orientar novas proposições, pois ainda há carência de estudos sistemáticos sobre a violência e sua relação com a escola (SPÓSITO apud OLIVEIRA, 2008, p. 34)

Os primeiros grandes estudos nacionais da década de 90 não se detiveram especificamente sobre o tema. De certa forma, a violência ocorrida tanto no espaço interno dos estabelecimentos de ensino quanto no seu entorno é alvo de análises para a contenção de comportamentos agressivos por parte dos alunos que frequentam a escola, embora haja diferença entre a violência originária do interior da escola e aquela proveniente do mundo exterior. No entanto, percebemos que a violência no âmbito escolar começa a assumir proporções cada vez mais graves, algumas dessas preocupantes mudanças caracterizam-se pelo surgimento de armas nas escolas, a disseminação do uso de drogas, a expansão do fenômeno das gangues, observando-se crianças e adolescentes cometendo infrações que se caracterizam por agressões verbais, físicas, danos ao patrimônio e furtos, dentre outros tipos de comportamentos.

No Amapá, o aumento desses casos reuniu políticas para o enfrentamento desse fenômeno, uma problemática que envolve diferentes dimensões como a política, a econômica, a social, o judiciário e cultural. Sob vistas na lei nº2.024 de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre o estabelecimento de regras para o combate a violência física ou moral promovida contra membros da comunidade escolar do Estado do Amapá em seu Art. 3º parágrafo único considera

que a Secretaria de Estado da Educação, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Defensoria Pública e Ministério Público órgãos permanentes de combate à violência escolar. Também a lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015 do Plano Estadual de Educação (PEE), para o decênio 2015-2025 estabelecem: metas e estratégias, tais como meta 6:

6.5) fomentar a articulação da escola com outras instituições e entidades de natureza educativa, esportiva e cultural, além de estabelecer parcerias com unidades de saúde e de policiamento comunitário, visando à ampliação de espaços para plena execução da educação integral.

De acordo com os dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2017, em uma pesquisa feita com 2000 mil professores, no estado do Amapá 86,7% foram ameaçados por algum aluno, destes, 48,2% de professores ou funcionários da escola sofreram agressão verbal e física de alunos, os índices mostram também que de 2030 alunos entrevistados 13,7% frequentaram a escola sob efeito de drogas ilícitas, 13,4% portando arma branca e 1,4% arma de fogo. E de 300 escolas pesquisadas, 47% apresentam sinais de depredação (vidros, portas, janelas e lâmpadas quebradas).

Com o objetivo de promover a cultura da paz e a prevenção da violência para a melhoria da convivência nas unidades educacionais, o Governo do Amapá, em parceria com o Ministério Público do Estado (MP-AP) e Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), aprova em 20 de Dezembro de 2017 pela Assembléia Legislativa o Programa Educação para a Paz (EDUCAPAZ), projeto de autoria da deputada estadual Marília Góes (PDT) que visa fomentar a promoção da vida, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação com a valorização do diálogo, o programa será medido e acompanhado pelo Sistema de Informações de Agressões e Violência na Escola (SIAGE), desenvolvido pela SEED e acompanhado pelo Ministério Público. Na efetivação do Programa Educação para a Paz⁷, segundo informações disponíveis no site do programa, foram admitidas parcerias, cooperação técnica e financeira com agentes públicos e privados para contribuição na edificação de políticas públicas de promoção, integração e desenvolvimento dessa cultura. Parcerias estas com projetos e ações desenvolvidos acerca da cultura da paz e da

⁷ Site do Programa e-PAZ. Disponível em <http://epaz.seed.ap.gov.br/> Acesso: 22 maio 2019

cidadania nas escolas, tendo como parceria principal da campanha o Projeto Escola Restaurativa feita com o MP e TJAP.

A exemplo desses projetos e parcerias no combate a violência nas escolas do estado e considerando os preocupantes índices de crime e conflitos nas instituições escolares, órgãos públicos e privados apresentam execução de ações estratégicas que visam contribuir na redução das ocorrências de atitudes violentas em nossas escolas, dessa forma o Ministério Público do estado através Projeto Escola Restaurativa busca a resolução de conflitos na comunidade escolar utilizando valores como o diálogo, a tolerância, a solidariedade, a compreensão, o respeito à dignidade da pessoa humana, para que os prejuízos causados pela conduta lesiva possam ser restaurados por meio de ações positivas, implementando uma prática educativa cidadã voltada para a cultura de paz. Também o Tribunal de Justiça do Amapá, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC/TJAP), com ações da Justiça Restaurativas do Brasil traz práticas socioeducativas com ações do programa de Mediação Escolar implantado em instituições de ensino, este programa trabalha na formação de coordenadores dos núcleos de mediação de conflitos, onde diretores, coordenadores de ensino e professores avaliam e planejam execuções e ações estratégicas que venham contribuir para a o combate a violência em nossas escolas.

Os órgãos de Segurança Pública apresentam os projetos como através da Polícia Rodoviária Federal, traz o projeto Festival de Trânsito (FETRAN) pedagógico, que tem o objetivo de atender escolas com palestras, Feira de Trânsito na Escola e Festival Estudantil Temático de Trânsito. Também o Projeto de Combate às Drogas da Polícia Federal este que visa trabalhar a temática do combate as drogas no espaço escolar. A Polícia Militar (PMAP) além do policiamento escolar, também através do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), lançado em 2002, constitui uma medida preventiva, complementar às ações de repressão ao uso indevido e tráfico de drogas no Estado do Amapá, sendo uma forma de atuação da PMAP voltada para a prevenção ao consumo de drogas. O Batalhão do Exército Brasileiro apresenta o Programa forças no Esporte (PROFESP), que desenvolve atividades esportivas com crianças na faixa etária de 10 à 13 anos, do sexo masculino, este que visa trabalhar através do esporte respeito e cooperação entre os alunos para amenizar os conflitos interpessoais dos mesmos

no espaço escolar. A Secretaria de Segurança Pública (SEJUSP) através do “Programa Alozinho” visa sensibilizar e esclarece a sociedade, mais precisamente alunos do ensino fundamental e médio, da rede pública e privada da sociedade amapaense, quanto aos prejuízos socioeconômicos acarretado a partir de um trote telefônico ao Centro de Integração de Defesa Social – CIODES.

A Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS) têm o projeto “Criança Feliz”, que traz com objetivo promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil, através de visitas periódicas de profissionais de saúde e da vara da infância na casa de famílias carentes cadastradas no programa, o mesmo leva em consideração o desenvolvimento pedagógico da criança na escola, também a SIMS através do projeto “Namoro sem violência”, visa prevenir a violência nas relações afetivas entre os alunos no ambiente escolar. A Secretaria de Saúde (SESA) trabalha o programa Saúde na Escola, projeto este que visa trabalhar a prevenção da saúde do educando. Temos também a SEDEL (Secretaria de Desporto e Lazer), apresenta o programa “Capoeira na escola”, que atua na perspectiva do fortalecimento de uma cultura de paz na escola através da capoeira. A Fundação dos Palmares (SEAFRO) traz o projeto “Conhecendo nossa história: da África ao Brasil, que trabalha com fortalecimento das raízes africanas no combate ao preconceito e discriminação racial, estas que se expressam no ambiente escolar como formas de violência cultural.

As ações das instituições privadas no combate a violência em nosso Estado, surgem através das ações do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que apresenta o Programa Nacional de Educação Empreendedora, que busca disseminar a educação empreendedora nas escolas públicas por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação, desenvolvendo desta forma, competências empreendedoras nos alunos e professores, despertando a proatividade, criatividade e trabalho em equipe. O Serviço Social de Indústria (SESI), traz o “Projeto Cozinha Brasil”, o projeto atua em 29 escolas quilombolas promovendo ações de educação alimentar, objetiva elevar o nível de saúde e qualidade de vida, respeitando as diversidades regionais e culturais, com o maior aproveitamento de recursos naturais locais das escolas contempladas, está ligada a

situação de exclusão social da população quilombola, diretamente associada à violência estrutural. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) através do Programa “OAB vai à Escola”, leva informações aos alunos e professores na busca promover ações que inibam atitudes de violência nas escolas. A igreja Universal do Reino de Deus trabalha o Projeto “Namoro Blindado”, que trabalha a prevenção de drogas e violência nas escolas e a Associação LGBT do Amapá, através do projeto “Combate a homofobia” trabalha no enfrentamento à homofobia e a diversidade de gênero e o combate à violência auto infligida, aquela que se manifesta pelos atos de violência contra si próprio.

4.2 A PRESENÇA DA POLÍCIA NAS ESCOLAS

O agravamento das práticas de violência, a transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade, o atentado direto, físico contra a pessoa cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outros, demanda a necessidade da parceria da Segurança Pública, situações que estão cada vez mais corriqueiras em nossas escolas, e é a partir desse contexto que cada vez mais as ações de combate e prevenção da violência em âmbito escolar se encontram em parceria com os atores da segurança pública.

Sob os paradigmas do policiamento comunitário é que atende o policiamento escolar onde, que ao invés de se entender o muro da escola como uma barreira intransponível à presença policial, o desafio está em estabelecer canais de comunicação para que os diversos sujeitos possam coordenar suas competências objetivando a solução de problemas. O Policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas, com o objetivo de melhorar a qualidade da vida na comunidade (CAPPI, 2001). O Policiamento Comunitário Escolar é o processo de policiamento que trabalha em cooperação preventiva com a comunidade escolar para identificar, priorizar e resolver os problemas existentes nos conflitos de violência em nossas instituições de ensino, assim, ação do Policiamento Comunitário Escolar surge como uma política pública da Segurança Pública no combate à violência em nossas escolas.

Para Bayley (2001) o relacionamento entre polícia e sociedade é recíproco - a sociedade molda o que a polícia é, e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar-se, ele aponta elementos-chave para um projeto de policiamento comunitário: organizar a prevenção do crime tendo por base a comunidade; reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar serviços não-emergenciais; aumentar a responsabilização das comunidades locais e descentralizar o comando. A polícia nem sempre utiliza a força para regular as relações interpessoais, ainda que esteja autorizada a fazê-lo. A responsabilidade implica controle, e o controle gera responsabilização, Foucault (2008) delimita o papel da polícia como garantidora da ordem interna e técnica de controle populacional, dotada de saberes específicos, constituindo-se, junto com segurança e a Economia Política, naquilo que o autor denominou de biopolítica.

É possível destacar muitas formas pelas quais as escolas podem contribuir com os esforços de prevenção à criminalidade e à violência, através dessa parceria, a polícia normalmente não vai a lugar algum se não contar como apoio da população. De fato, uma comunidade relativamente organizada e disposta a agir em prol de sua própria segurança pode fazer muito, evitando a prática de vários tipos de crimes.

Por outro lado, quando as pessoas demandam algum tipo de proteção à polícia e se percebe que o problema, mais do que um risco objetivo de vitimização, refere-se a uma “sensação de insegurança”, é preciso que a resposta seja dada de tal forma que o medo seja aplacado. Essa resposta se faz necessária ainda que, para isso, seja preciso tomar alguma atitude de caráter simbólico como, por exemplo, aumentar a presença física dos policiais nas ruas. Se isso ocorrer, a medida não tende a surtir efeitos concretos quanto à redução das taxas de criminalidade, mas poderá se justificar caso promova maior sensação de proteção. (ROLIM, 2006. p. 76)

Construir práticas comprometidas com os direitos humanos a favor da promoção da vida e da saúde e contra toda forma de discriminação e violência precisam ser debatidos e superados, isso é um grande desafio para nossas escolas. A escola tem que ser inclusiva deve criar mecanismos para nossos alunos busquem no sistema escolar desenvolver suas habilidades, expandir relações sociais, realizar e construir desejos, impulsos, que colaboram na formatação de suas respectivas identidades.

Para Charlot e Émin (1997), a escola possui grande margem de ação em relação às violências da e na escola, oscilando entre a chamada violência simbólica e a violência física. Porém, se a instituição tem poucos recursos para solucionar os

problemas de violência que não estão ligados às atividades da instituição, ou seja, se a violência vem de fora, ela deve buscar auxílio de outras agências públicas. Tomadas de decisão envolvendo políticas públicas com o objetivo de combater o referido fenômeno implicam, por exemplo, a avaliação do grau de consciência que cada nação tem da gravidade do problema (OLIVEIRA, 2008). No entanto, há um aspecto comum em todas as propostas e iniciativas governamentais, a de relacionar a violência na escola como problema de segurança pública, o que também teve forte apoio da mídia. Acompanhamos nos noticiários nacionais e internacionais eventos esporádicos de atos brutais de violência em meio escolar envolvendo crianças e adolescentes ao mesmo tempo, como vítimas ou agentes do ato violento e a intervenção da polícia na solução desses conflitos.

Também surge a perspectiva da polícia no Brasil se atentar sobre seu novo papel em uma sociedade democrática, esse processo de transformação passa pela educação de operadores e sociedade através da sinergia entre o meio acadêmico-científico, a experiência prática dos operadores da segurança pública e a sociedade, na sua mais ampla diversidade. Concebe-se assim, uma nova filosofia de segurança, não somente pública, mas voltada para cidadão, ou seja, uma segurança cidadã que rompe com a estrutura cindida que existe entre polícia e comunidade buscando transformar numa única força estes dois elementos. É nessa filosofia que se fundamenta a Polícia Comunitária, que foi introduzida no Brasil a partir da década de 80 quando as polícias militares estaduais buscavam a reestruturação de seus processos com base na Constituição Federal de 1988 (PRONASCI, 2008).

Como discutido anteriormente, é nesta premissa que atua o policiamento escolar, este que vêm com o objetivo de contribuir para que a promoção de uma cultura de segurança, bem-estar e paz, se constituam como uma estratégia prioritária nas escolas. Assim, torna-se necessário compreender esse novo enfoque que situa a violência em meio escolar no campo da segurança pública a parceria entre polícia e escola no combate a violência escolar. É importante distinguir a violência das escolas da violência nas escolas, com a finalidade de perceber nas práticas escolares as ações e os procedimentos que a polícia pode ensejar em ambiente escolar e até que ponto cabe a intervenção policial. É certo que a Constituição Brasileira discrimina o papel e a Função da Polícia Militar quando reza em seu artigo 144, "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade

de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)” e, no § 5º, “Às polícias militares cabem à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

Essa temática desperta atenção de estudiosos e pesquisadores e muitas discussões a cerca do tema com pensamentos difusos e contundentes. Há autores que como Guimarães (1996), afirmam que a inserção de policiais dentro das escolas é uma estratégia polêmica, outros como Borges (2003) avaliam que o constrangimento gerado pela presença do policial é menos nocivo do que o sentimento de impotência em relação à violência. É sabido que as escolas, nos últimos anos, enfrentam vários acontecimentos violentos, essa análise sobre o aspecto que tais problemas afetam a dinâmica escolar e suas implicações na prática pedagógica não pode passar despercebido, e que diante de tantas possibilidades, é importante não abrir mão, sobretudo da discussão do fenômeno violência dentro das escolas, com naturalidade, propiciando a interação de todos, contribuindo para uma tomada de consciência, de reflexão, sobre o que pode ser feito, e sobre a complexidade que o fenômeno constitui.

4.3 O POLICIAMENTO ESCOLAR DA ZONA NORTE DE MACAPÁ

Em decorrência dos crescentes casos, as instituições de Segurança Pública bem como a Polícia Militar dispõem do Policiamento Escolar que atua na cidade de Macapá com ações preventivas e de combate ao problema da violência nas escolas. Outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Belém, e demais estados brasileiros utilizam dessas iniciativas, que em parceria com os estabelecimentos de ensino visam orientar a comunidade escolar sobre o enfrentamento à violência, apresentando práticas que possibilitem mediar conflitos e minimizar os problemas sobre as formas de violência em nossas escolas.

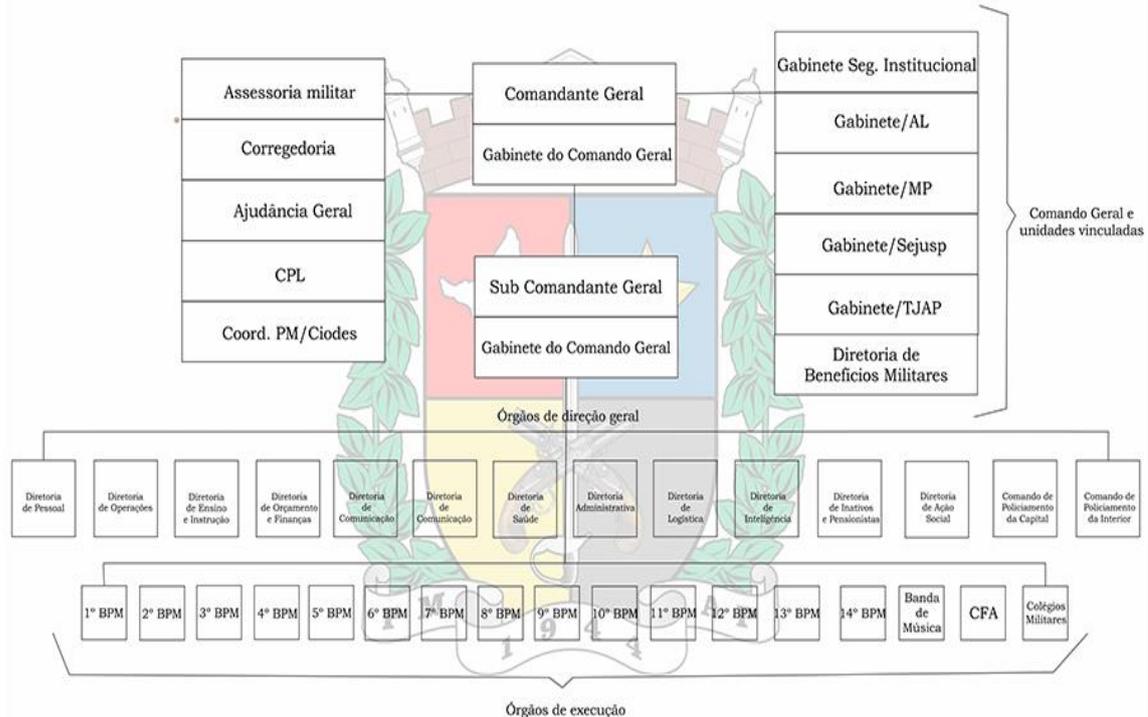
Devido aos crescentes casos de apreensões de armas e drogas e de agressões dentro de escolas, uma das estratégias adotadas pelas escolas de Macapá para solucionar o problema de insegurança e de violência tem sido recorrer à polícia. Segundo o Sistema de Informação de Agressão e Violência das Escolas do Estado do Amapá (SIAVE), do banco de dados da polícia, no ano de 2016, do

total de ocorrências, 6% foram de porte de drogas, 5% relacionadas ao uso de arma branca e 2% foram de jovens com armas de fogo. Números da Polícia apontam que no primeiro semestre de 2016 a metade das 54 escolas só da Zona Norte sofreu intervenção em decorrência de roubos, tráfico de drogas e brigas dentro dos prédios. Nos seis primeiros meses, os policiais realizaram mais de 200 intervenções nas escolas, sendo 70% de atendimento a ocorrências e 30% palestras, tanto dentro quanto no entorno das instituições.

Vale ressaltar que com o encerramento do contrato com as empresas de vigilâncias também no ano de 2016 e sem qualquer tipo de vigilância fixa nos prédios, as escolas da rede pública estadual viraram alvos fáceis para ações de furtos, as seguranças nas escolas ficaram através do auxílio da Polícia Militar até a tomada de decisão da Secretaria Estadual de Educação implementar o sistema de monitoria por vídeo segurança, o que não inibiu a ação de vândalos nas escolas, como mostram os dados de 2017 do 2º Batalhão de Polícia houve um aumento de 34% de ocorrências em 2017 relativas ao ano de 2016 (SIAVE). Na esteira dessas ocorrências, nota-se que a presença da organização policial no interior e no entorno da escola e isso é uma realidade tanto para a instituição Polícia Militar quanto para a instituição Escola, o que no Amapá não se difere dos demais estados brasileiros que também aderem essas parcerias .

A Polícia Militar do Estado do Amapá (PMAP), criada pela Lei n.º 6.270, de 26 de novembro de 1975, pelo Presidente da República Ernesto Geisel, com a finalidade destinada à manutenção da ordem pública, com base aos preceitos de disciplina e hierarquia. Essa lei determinava a criação das Polícias Militares nos Territórios Federais, que na época eram os estados do Amapá, Rondônia e de Roraima. A Guarda Territorial era que garantia a ordem e manutenção pública antes criação da polícia militar, assim, a alteração da data de aniversário da Polícia Militar do Amapá para o dia 17 de fevereiro de 1944, representa um resgate à história da instituição e o reconhecimento da importância da Guarda Territorial em proporcionar o bem estar da população através da prestação do policiamento ostensivo (LIMA;PEREIRA, 2014). A Lei Complementar nº 105, de 22 de Setembro de 2017, organiza a Polícia Militar do Estado da conforme imagem abaixo:

Figura 2- Organograma Geral da Polícia Militar do Estado do Amapá



Fonte: Site da PMAP <https://pm.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/organizacao>

A necessidade de ampliar as discussões sobre a parceria das Instituições de ensino com as de Segurança Pública na tentativa de combater as práticas de violência em nossas escolas, e as tentativas de se implantar uma modalidade de policiamento que busque a aproximação com a comunidade, fez com que a Polícia Militar do Estado da Amapá desenvolva em quatro áreas de Batalhões distintos, sendo estes o 1º, 2º, 4º e 6º Batalhões, uma companhia responsável pela modalidade de Policiamento Comunitário Escolar.

O 2º Batalhão PM foi criado pelo Decreto N° 0080, de 31 de maio de 1991 - publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá n°. 0102, de 03 de junho de 1991, ao qual foi atribuído o Policiamento da Zona Norte do Município de Macapá posteriormente batizado de Batalhão Veiga Cabral. O Batalhão é responsável pela Segurança Pública de 27 bairros da Zona Norte da capital e mais o Conjunto Habitacional Macapaba, conta hoje com um efetivo de 247 policiais militares atuando nas diversas modalidades de policiamento, tendo por base a filosofia de polícia comunitária. Além do policiamento ostensivo fardado, tanto motorizado quanto a pé, o 2º Batalhão também adota a modalidade do Policiamento Escolar, abrangendo 51 escolas de toda a zona norte de Macapá (AMAPÁ-PMAP, 2019).

O 2º Batalhão da Polícia Militar, através da Companhia de Policiamento Escolar (CPE), visa prevenir a violência e a prática de atos infracionais que possam ser cometidos por crianças e adolescentes, objetivando assim, a aproximação e a construção de uma cultura de paz junto à comunidade escolar. A companhia é composta por 3 equipes, há uma equipe que trabalha das 7h às 15h e outra de 15h às 23h. A área de atuação compreende toda a área da Zona Norte de Macapá, atualmente existem cerca de 47 instituições de ensino, incluindo particulares e federais, nessas são 17 escolas municipais com 3 anexos, 21 escolas estaduais, o Instituto Federal do Amapá IFAP e 8 escolas particulares. Conforme observamos segundo imagem abaixo:

Figura 3 - Mapa de atuação do Policiamento Escolar da Zona Norte de Macapá



Fonte: Companhia de Policiamento Escolar do 2º Batalhão

A Companhia de Policiamento Escolar atua de maneira específica, isto é, com a comunidade escolar, portanto, se em um bairro não há escola, não receberá esta modalidade de policiamento. As ações realizadas pelo Policiamento escolar do 2º Batalhão (CONFORME ANEXO F) correspondem a um conjunto de ações que visam combater as práticas de violência em meio escolar. Uma delas se dá através dos Ciclos de visitas técnicas de segurança, nessa visita é preenchido um relatório em que se atualiza o nome da coordenação pedagógica e direção e verifica-se como estão os aspectos relacionados à segurança da escola e do perímetro escolar,

dessa maneira, o policiamento objetiva conhecer mais a comunidade escolar e otimizar a aplicação do policiamento para assim, buscar diminuir a criminalidade, vez que se colhem informações mais precisas sobre delitos nas proximidades, também através do cadastramento dos estabelecimentos comerciais que ficam no perímetro escolar.

Também é realizado o Ciclo de palestras nas escolas, este que tem a pretensão de estreitar a relação com a comunidade, através de conversas sobre as drogas, *bullying*, suicídio, envolvimento da família na escola, funções da escola, vários tipos de violências, etc. Nessas ações, além dos próprios policiais palestrarem, são realizadas parcerias fim de envolver outros profissionais como psicólogos, os professores, delegados, conselheiros tutelares, e outros. Também as atividades desenvolvidas pela CPE do 2º Batalhão são as mediações de conflitos em ambiente escolar, este se dá através da solicitação das escolas através do número disponibilizado para comunidade escolar que entra em contato diretamente com a equipe de plantão, ou chamada via CIODES, além de serem realizadas rondas nas intermediações das escolas, principalmente as com maiores registros de acionamento.

Há diversas ações de cunho preventivo e repressivo desenvolvidas pela Companhia de Policiamento escolar. Uma delas no intuito de perceber como os alunos reconhecem o trabalho do policiamento escolar, e como ambos podem colaborar para a solução de problemas inerentes a violência na comunidade e também na escola, foi criado um concurso de redação chamado “Aluno Padrão escrevendo o futuro”, que traz como tema: Qual a importância da Polícia Militar e da escola em minha vida, a primeira edição foi realizada no Bairro Brasil Novo (Zona Norte da Cidade de Macapá-AP), em três escolas que apresentavam um índice de criminalidade muito alto. Envolveu alunos na faixa etária de 11 a 13 anos, pais, professores, diretores, coordenação pedagógica, acadêmicos de universidades locais, sobretudo, do curso de Letras, pois auxiliam na correção das redações. Entre os participantes são selecionados 30 alunos, 10 de cada escola, sendo que os 3 primeiros recebem uma premiação, e há uma solenidade para a entrega das comendas e os alunos participantes visitam a sede do 2º Batalhão, para que dessa forma, possam conhecer o trabalho preventivo da Polícia e sentir-se familiarizado com o espaço do 2º Batalhão que oferta vários cursos a comunidade.

As ações do Policiamento Escolar buscam também parcerias através do projeto “Amigos do Policiamento Escolar”, trata-se de um reconhecimento àqueles membros da comunidade escolar que desenvolvem projetos junto às escolas e colaboram com o Policiamento, como forma de reconhecimento pela parceria estes são convidados a ir até o batalhão e são premiados com um certificado de Amigo do Policiamento Escolar.

Devido à demanda de composição e competências dos órgãos do sistema de segurança escolar nas ações de enfrentamento da violência junto com as necessidades das escolas, o Policiamento Escolar teve a necessidade de organizar o I Seminário de Gestão Integrada de Segurança Pública, realizado em 2017, no auditório do Instituto Federal do Amapá (IFAP) onde foram convidadas várias lideranças comunitárias e autoridades de órgãos como Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, imprensa, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação, Bombeiros Militar, Polícia Civil, Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Guarda Municipal, representantes do Conselho Comunitário de segurança, comerciantes, gestores, coordenadores, professores e alunos de escolas públicas e privadas da Zona Norte de Macapá, todos envolvidos no combate as ações de violência escolar. Cada órgão apresentou suas atribuições na solução dos problemas oriundos a violência no contexto escolar, no intuito de orientar e estimular a comunidade escolar a procurá-los para solução dos problemas de forma objetiva. Por fim, depois da elaboração do primeiro seminário o policiamento desenvolveu uma cartilha em que, constam todos órgãos envolvidos, desde a Polícia Militar até a Vara da Infância e Juventude, com uma breve descrição das funções e a disponibilidade dos telefones de contato dos órgãos. O resultado foi a maior integração entre os órgãos do sistema de segurança escolar e da comunidade na solução de problemas locais.

Também é realizado o projeto “Ônibus seguro” e “Praça Segura” devido aos constantes roubos a coletivos e a usuários de transporte coletivo, e também devido a constantes roubos e intenso consumo e venda de drogas nas praças, principalmente aquelas próximas às escolas a equipe de policiamento realiza abordagens nos coletivos e em praças. O Projeto “Guardião Escolar”, voltado para a

repreensão de crimes e atos infracionais, por meio da intensificação de abordagens, averiguações de suspeitos, apreensões e rondas no perímetro escolar que também são reforçadas através da ação de “Saturação e reforço do Policiamento”.

O projeto “Amigos do esporte” este que, escolas são convidadas a participar de uma modalidade desportiva junto coma equipe do policiamento. O objetivo é incentivar a prática de atividades físicas e estreitar a relação com a comunidade escolar. Também o Projeto de Apoio à Segurança nas escolas, se dá através de reuniões comunitárias que podem ocorrer quinzenalmente ou semestralmente, com parcerias entre Gestores, professores, pais e alunos, e órgãos envolvidos na segurança das escolas, criança e juventude, tais com: policia Civil, através da DEIAI, Juizado de Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar e Lideranças Comunitárias, para juntos buscar alternativas para a promoção de uma Segurança com cidadania.

Os órgãos de execução que possuem Policiamento Escolar, utilizam-se do Procedimento Operacional Padrão (POP) nº010, criado em 2017, porém anualmente revisado, este documento tem o objetivo de padronizar os procedimentos quanto ao Policiamento Comunitário Escolar e suas operações no Ambiente Escolar, tal ações são elaboradas sob o amparo legal do Art. 144, da Constituição Federal de 1988, Art. 78 do Código Nacional Tributário – Poder de Polícia Art. 169 – Código de Processo Penal ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente Curso de Policiamento Comunitário Escolar/SENASP Curso de Policiamento Comunitário Escolar/ PMAP. O documenta orienta as ações da policia nas intervenções junto às escolas, o que é de sua competência e as ocasiões que possam intervir com realização de prisões em flagrante, busca pessoais e outras. E como proceder, caso não se insira no âmbito de sua competência, ao encaminhar o caso para a direção da escola para ser resolvido administrativamente de acordo com o regimento escolar, disponível em (ANEXO F)

Para atuarem no policiamento escolar, os policiais participam do curso de Policiamento Escolar, este com o objetivo de capacitar os policiais militares que atuam diretamente no Policiamento Escolar, visto a especificidade da atividade e clientela a ser atendida, o curso tem por finalidade contribuir para que a promoção de uma cultura de segurança, bem-estar e paz, se constituam como uma estratégia prioritária nas escolas, por meio de ações inerentes ao policiamento comunitário

escolar. Contém os procedimentos a serem adotados pelos principais órgãos governamentais que compõem o sistema de proteção das escolas, bem como a tipificação de crimes, contravenções e atos infracionais que possam ocorrer no ambiente escolar. O conteúdo curricular do curso compreende nos conceitos, desenvolvimento e normas gerais de Policiamento Escolar da PMAP, também apresenta os fundamentos éticos, princípios e valores de Justiça Restaurativa; metodologias restaurativas e a pacificação de conflitos comunitários. As práticas de mediação na resolução de conflitos e técnicas para falar em público (abordagem individual e coletiva).

Também através do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) se torna um curso fundamental para os que estão a frente do comando do Policiamento Escolar, este tipo de aperfeiçoamento visa complementar o currículo do profissional que direciona e comanda esse perfil de atuação da polícia, também no intuito de capacitar para à docência em Cursos de Polícia Comunitária nos Estados e Municípios. No capítulo seguinte, enveredaremos na trajetória de campo, que nos levou a ir a locus, as instituições envolvidas na pesquisa em busca de informações.

5 PERCURSO METODOLÓGICO PARA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Embora a ciência, tradicionalmente, venha sendo definida como um processo permanente de busca da verdade, de sinalização sistemática de erros e correções, predominantemente racional, também pode ser entendida como uma construção que revela nossas suposições acerca do que se está construindo. A atividade básica da ciência é a pesquisa, que pode ser conceituada como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. E seu objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de distintos procedimentos metodológicos (TEXEIRA, 2003). Neste capítulo abordaremos os aspectos metodológicos referentes à realização da pesquisa, com seus respectivos fundamentos teóricos, no intuito de atingir os objetivos estabelecidos no estudo.

Nesse sentido, a presente pesquisa realizou um estudo de caso de caráter qualitativo e quantitativo, que consistiu no levantamento de informações e estudo a respeito da relação polícia e escola no combate a violência no âmbito escolar, a tabulação quantitativa têm o objetivo de analisar como a comunidade escolar percebe o trabalho do Policiamento Escolar. O que para Dalfovo *et al;* (2008) a integração de dados qualitativos com dados quantitativos não é negada, e sim a complementaridade desses dois modelos é estimulada.

Para Goldenberg (2004), o estudo de caso concentra o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o propósito de perceber a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Foram observados aspectos como: Como se constrói a consolidação da parceria do trabalho do Policiamento escolar junto as escolas estaduais da zona Norte de Macapá, como a Polícia se prepara para agir com a especificidade dessa clientela, os efeitos percebidos pelos alunos e demais funcionários das escolas pesquisadas, bem como de que forma a comunidade escolar absorve as ações da polícia no combate a violência nas escolas.

Sob o ponto de vista dos objetivos a pesquisa é exploratória, visto que para fazer o levantamento da relação polícia e escola foi necessário o registro, observação dos fatos e levantamento bibliográfico. Para Prodanov (2013, p.52), a

pesquisa exploratória visa descrever as características de determinado fenômeno com a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto, possibilitando sua definição e delineamento. A presente pesquisa envolve técnicas padronizadas para coleta de dados, e para efetuar a coleta de dados utilizamos técnicas como entrevistas, questionários, observação e coleta documental.

Utilizamos a entrevista do tipo padronizada ou estruturada. De acordo com Lakatos e Marconi :

É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário (ver mais adiante) elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. (LAKATOS; MARCONI 2003, p. 197).

A escolha da entrevista como instrumento da coleta de dados dessa investigação não foi feita casualmente, pois pelo próprio caráter do estudo com ênfase qualitativa, a pesquisa requer uma técnica de averiguação de fatos, determinação de opiniões e sentimentos. Também aplicamos questionários de múltipla escolha com respostas fechadas, este instrumento produz resultados facilmente quantificados sobre o assunto possibilitando a tabulação. Também para avaliar grau de interesse e satisfação foi utilizado questionário com perguntas e respostas escalonadas.

Para Prodanov (2013, p.111) "questionário com perguntas e respostas escalonadas são perguntas de múltipla escolha, que consiste em emitir um julgamento através de uma escala com vários graus de interesse para um mesmo item". Além dos questionários foi realizado também um levantamento das estatísticas oficiais dos índices de ocorrências atendidos pelo Policiamento Escolar, bem como a coleta documental, objetivando perceber, de forma mais ampla, a problemática da violência nessas imediações da cidade de Macapá, bem como um aprofundamento bibliográfico a cerca das categorias de estudo. Dessa maneira, damos seguimento ao percurso metodológico para realização da pesquisa documental, das entrevistas feitas com os policiais militares, os diretores escolares, coordenadores de ensino e professores, bem como a análise dos questionários feito com os alunos e anotações feitas nas visitas às escolas.

5.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Feito o aprofundamento bibliográfico a cerca das categorias de estudo que deram base teórica para pesquisa, para que seja analisada a casuística a respeito da construção do perfil e levantamento de informações a respeito da relação polícia e escola serão analisados documentos, que seguem os seguintes critérios: dados estatísticos localizados nos “arquivos” dos Batalhões da Polícia Militar e documentações que possibilitem verificar a estruturação do trabalho da polícia.

Foram disponibilizados através de ofícios solicitados ao comandante da Companhia de Policiamento Escolar sob o ofício 001/2019 este com as seguintes informações: Efetivo do Policiamento Escolar, Organização de escalas, número de viaturas, universo que atendem, registros de violência escolar realizados por esta Companhia nas Escolas nos anos de 2017/2018/2019, bem como as escolas de ensino médio com maiores intervenções no ano de 2018, o projeto de atuação do Policiamento, e o documento de Padrão operacional (POP), este que regula a atuação dos batalhões que oferecem esse tipo de modalidade a comunidade. Este critério foi aplicado considerando a tipologia dos diferentes documentos acessados na pesquisa (ordens de serviços, relatórios operacionais, memorando, ofícios, diretrizes, etc) explorando no seu conteúdo os saberes e poderes produzidos na relação polícia e escola.

A pesquisa documental para a tomada das decisões se dá pela fonte das coletas restritas a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. As fontes de documentos podem ser através de arquivos particulares a ser feita entre domicílios e instituições (LAKATOS E MARCONI, 2003).

Após acesso aos dados estatísticos oferecidos pela polícia através de ofícios com o registro das escolas estaduais de ensino médio com maiores interferências do Policiamento escolar, a estas foram feitas visitas e encaminhadas as Cartas de Anuência para Autorização de Pesquisa, dada a autorização institucional foram feitas análises dos registros e as escolas com melhor acesso e organização desses dados com três anos consecutivos de ações da mesma na resolução de conflitos e suas implicações no cotidiano escolar. Das dez escolas,

citadas no relatório estatístico do CPE, uma atendia até o 9º ano, então foi eliminada, três destas não possuíam registro organizado, devido às informações nem sempre serem lançadas, outras três, cada horário possuía um coordenador e os mesmos não tinham informação de como eram feitos os registros referente a cada horário. Assim, foram selecionadas as escolas de ensino médio: E.E Antonio Munhoz Lopes, localizada no conjunto habitacional Macapaba, E.E Antônio Ferreira Lima, localizada no bairro Burity e E.E Maria do Carmo Viana dos Anjos, localizada no bairro Novo Horizonte, onde se teve acesso aos livros ATA para subtrair as informações necessárias para o agrupamento das intervenções da polícia em decorrência as solicitações das escolas.

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

5.2.1 No Policiamento Escolar

Foram realizadas 10 (dez) entrevistas, uma das quais com o comandante do Policiamento escolar e as demais com os policiais que atuam no policiamento escolar do 2º Batalhão. A seleção do comandante do Policiamento foi orientada considerando o número de documentos acessados que remontam a seu comando, devido à análise administrativa e de gestão desse grupo específico, buscou-se explorar, ao longo do procedimento, percepções e interpretações que tinha acerca das ações nas escolas e, também, seu repertório de vivências e conhecimentos.

O grupo dos demais entrevistados foi constituído pelos demais policiais atuantes no policiamento escolar, observados o tempo de serviço na polícia em decorrência ao serviço prestado no policiamento escolar, o critério utilizado fundamentou-se na possibilidade de analisar a perspectiva da atuação dos que agregam maior experiência e o ponto de vista dos participantes a esse grupo recentemente, bem como, a lógica e percepção das ações voltadas para atendimento nas escolas.

As entrevistas foram realizadas mediante questões padronizadas ou estruturadas, a técnica aplicada pelo pesquisador, após agendamento com o policial selecionado, e cientificado através da leitura e posteriormente assinatura do Termo de Consentimento, os trabalhos ocorreram no mês de março e abril de 2019, na

sede do 2º Batalhão Veiga Cabral Zona Norte de Macapá. As entrevistas foram gravadas, degravadas e submetidas à análise. (MODELO DO ROTEIRO NO APÊNCICE)

No campo das metodologias de pesquisa em Ciências Humanas a utilização de entrevistas para coleta de dados se dá pela necessidade de fazer com que os sujeitos expressassem seus sentimentos, suas idéias, seu mundo interior, o que para Fonseca (2012) é uma conversa orientada para um objetivo definido, como receber informações relacionadas a um determinado assunto. A utilização das entrevistas estruturadas ou padronizadas garante obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas (LAKATOS E MARCONI, 2003).

5.2.2 Nas Escolas

A escolha das instituições de ensino se deu devido ao critério de intervenção da ação da polícia no atendimento dentre elas, com maior registro de solicitação de intervenção, de acordo com dados estatísticos oferecidos através de ofícios pela PMAP. Foram selecionadas três instituições de melhor acesso e organização de registros de ocorrências de três anos consecutivos, nestas selecionadas foram feitas entrevistas com três professores, o Diretor e os Coordenadores Pedagógicos das instituições.

As entrevistas foram realizadas com cinco pessoas da escola, a Gestora, o Coordenador Escolar e três Professores. Para tanto, utilizou-se de uma entrevista estruturada com a qual se buscou investigar os seguintes eixos: conceitualização de violência, clima Escolar, conflitos escolares, capacitação, políticas públicas e a relação polícia e escola. Ressaltamos que só foram utilizadas as entrevistas devidamente autorizadas. Optamos por fazer entrevista estruturada por considerarmos importante elaborar o roteiro de entrevista para que se permita analisar os diferentes pontos de vista a uma determinada situação.

As informações colhidas nas entrevistas foram gravadas e transcritas, analisadas e separadas por categoria. Ao analisarmos os resultados, optamos por adaptar o percurso proposto por Bardin (1979): pré-análise, exploração do material e

tratamento do material. Na pré-análise, fizemos a escuta das entrevistas gravadas e, posteriormente, a transcrição delas. Na etapa da exploração do material, fizemos a leitura das entrevistas transcritas, já realizadas às observações feitas no texto, fazendo uma conexão com a investigação e as categorias relacionadas aos nossos objetos de estudo conforme nosso embasamento teórico sobre o tema. Feito essa leitura mais profunda, o tratamento dos resultados, inferências e interpretações, após análise das etapas realizadas se faça com os fragmentos dos discursos, pudesse identificar formas de violência nas escolas e implicações no cotidiano escolar, em relação com as questões levantadas no início da pesquisa.

5.3 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS

Com o objetivo de verificar de que forma a comunidade escolar reconhece a importância da ação do policiamento e sua efetividade nas atuações junto às escolas, foram aplicados questionário aos alunos das escolas selecionadas, visto que o desenho da pesquisa quali x quanti, pretende-se por meio de questionários atingir o maior número de pessoas, o que segundo Lakatos e Marconi (2003) é uma técnica que obtém respostas mais rápidas e mais precisas, além de ocorrer menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador.

Foram selecionados cinco alunos de cada escola participante. Vale ressaltar que participaram alunos do ensino Médio e Educação de jovens e adultos, maiores de idade, onde preliminarmente foram lidos e assinados os termos de Consentimento, também se levou em consideração o tempo e que estuda na escola, visto a importância da vivência naquela instituição para que se alcance uma visão maior do contexto vivido.

A chegada as Instituições se deu pela autorização da Direção da escola, e durante o intervalo foram selecionados os alunos, que se dispuseram a acompanhar a pesquisadora até a sala da biblioteca da escola onde foram esclarecidos os eixos da pesquisa e seus objetivos e assim, os alunos que se sentissem a vontade poderiam participar do preenchimento dos formulários. Devido ao grupo ser mais extenso e o tempo limitado, foram utilizados com respostas fechadas, o que para Fonseca (2012) as respostas fechadas são padronizadas, de fácil aplicação, fáceis de codificar e analisar.

Para compreender em que contexto os alunos vivenciam a violência escolar no cotidiano foram feitos questionários de múltipla escolha, o que para Lakatos e Marconi (2003) é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a de perguntas abertas. Assim, também para que se obtenha uma avaliação do grau de contentamento e se há reconhecimento por parte da comunidade escolar ao trabalho do policiamento foi utilizado o questionário com perguntas e respostas escalonadas, do tipo escala de classificação, que busca classificar a qualidade das informações, no caso da nossa pesquisa, dos serviços que se recebe de uma organização, nesse caso do policiamento escolar (LAKATOS E MARCONI, 2003).

5.4 VISITA DE CAMPO

Depois de ser feita a opção quanto à coleta de dados por entrevistas e questionários, é preciso montar um cronograma para idas de campo, assim, a observação da escola se deu com o consentimento prévio das Diretoras de cada unidade de ensino, as visitas aconteceram individualmente em cada escola em períodos, de modo que fosse possível sentir como o dia-a-dia se constitui dentro da cada instituição. A atenção estava voltada para o controle de entrada e saída de alunos e estranhos na escola. Quais medidas administrativas para segurança dos alunos no espaço escolar, bem como as condições estruturais e físicas das escolas e os recursos que as mesmas disponibilizam para contenção de roubos e furtos no estabelecimento.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

No tratamento dos resultados, inferências e interpretações, nos amparamos no que foi assimilado nas fases anteriores, para que, a partir de dos fragmentos dos discursos, pudéssemos inferir e interpretar as percepções referentes à temática pesquisada e, desse modo, responder às questões levantadas no início da pesquisa e, finalmente, chegarmos a uma resposta concludente. A partir das análises das idéias sobre determinado assunto, os entrevistados mencionaram em seus discursos várias concepções que foram selecionadas conforme o interesse da pesquisa, identificados conforme siglas no quadro a seguir. Assim, pudemos elencar as seguintes categorias nas entrevistas: Violência Escolar, Segurança Pública e Políticas Públicas, essas categorias foram dimensionadas através dos seguintes eixos: Conceitualização de violência escolar, Clima escolar: contextualização, Parceria entre as instituições, estruturação do trabalho da polícia, capacitação bem como políticas públicas atuantes.

Quadro 1- Siglas de identificação dos sujeitos da pesquisa

(continua)

<p>POLÍCIA Comandante e Policiais atuantes no Policiamento Escolar</p>	P-PO01
	P-PO02
	P-PO03
	P-PO04
	P-PO05
	P-PO06
	P-PO07
	P-PO08
	P-PO09
	P-PO10

Quadro 1- Siglas de identificação dos sujeitos da pesquisa

(conclusão)

ESCOLAS	DIRETORES	E-GT01
		E-GT02
		E-GT03
	COORDENADORES	E-CO01
		E-CO02
		E-CO03
	PROFESSORES	E-PR01
		E-PR02
		E-PR03
		E-PR04
		E-PR05
		E-PR06
E-PR07		
E-PR08		
E-PR09		

Fonte:Elaborado pela autora

6.1 CONCEITUALIZAÇÃO

É preciso perceber como se caracteriza o conceito de violência escolar para os agentes envolvidos na superação dessa problemática, e dessa forma compreender como são interpretadas essas expressões no seu cotidiano. Assim, verificamos que a conceitualização dos agentes envolvidos na pesquisa são de diversas vertentes, embora todos associem a violência escolar com a desestruturação social ao qual vivemos a influência de fatores exógenos que favorecem na eclosão da violência nas escolas. Como exemplo, podemos destacar os entendimentos extraídos dos três Gestores das escolas pesquisadas:

São problemas sociais que vem lá de fora, aqui pra dentro, a escola hoje ela absorve tudo isso, essa desestruturação da família, as pessoas que não têm esperança, parece que a esperança desses jovens se acabaram. (**E-GT01**)

Questões familiares, que eles sobrecarregam justamente na escola, as intrigas, as confusões, os conflitos que são interpessoais e

extrapessoais,mas eles são, e vem da comunidade, e eles explodem aqui, no ambiente escolar. **(E-GT02)**

Tipo assim, ela é muito muito presente dia a dia no nosso cotidiano escolar, né. E nós verificamos também, que essa questão da agressão ela está saindo dos muros da escola né. **(E-GT03)**

Vale ressaltar a variedade de definições, tipologia se manifestações da violência em âmbito escolar, porém se torna relevante compreender as representações da violência no espaço escolar o que para Ristum *apud* (ASSIS, 2010), os elementos externos devem ser considerados, mas não devem impedir a reflexão interna das Instituições. Dessa forma, visualizamos que para os professores, em sua maioria, não reconhecem a diferença entre violência DA escola e violência NA escola, percebem a violência NA escola, mas a escola como espaço. Porém, não como campo de dominação e reprodução de desigualdades sociais, essa posição os levam a não se sentir responsáveis, como parte da Instituição, pela violência que nela se processa, conforme se percebe nas narrativas a seguir.

O aluno que chega do seu lar desestruturado, às vezes vai encontrar na escola também profissionais desestruturados. Gera assim, uma violência mutua, não ta tendo uma diferenciação, a escola seria realmente para agregar né, para trazer né, o apoio, o suporte para esse alunos e muita das vezes são profissionais são seres humanos também que estão saturados. **(E-PR01)**

Eu creio que não existe essa violência que a escola promove, não como instituição. **(E-PR02)**

Da escola eu não verifico muito, não to sabendo diferenciar nesse momento essa diferença. **(E-PR04)**

Mas violência para mim, tanto faz se dentro ou fora da escola, eu não vejo essa essa diferença. Mas eu vejo uma pressão né, em cima dos professores, damos todo encaminhamento possível né, mesma a gente não tendo condições, muita das vezes, a escola carece né, de certos elementos, materiais e às vezes até a relação entre professor e outro professor, professor e aluno né, e isso também pode gerar um certo conflito, pode gerar violência também né, nesse sentido que digo. **(E-PR06)**

Há também os que reconhecem essa diferença, o que para Aquino (1998) é fundamental ter a noção de sujeito que envolve a premissa de lugar institucional, portanto, de sujeito institucional. Os relatos que melhor destacaram essas percepções foram provenientes das narrativas de três professores das escolas pesquisadas.

Na minha concepção sim né, como já trabalhei há 15 anos já tive vários contextos escolares, varias realidades né, em determinadas escolas você presencia, aí você sente esses dois tipos de violência institucional né, que gera toda contexto, tanto por parte do aluno, quando em relação á funcionários. E também já me deparei com situações que você vê frequentes, violência na escola. **(E-PR03)**

A violência institucionalizada né é aquela que a instituição promove, com o ambiente escolar, o professor, o aluno. **(E-PR05)**

Eu acredito sim que haja, a forma de como você é tratado num ambiente institucional, muitas vezes, ocorre esse tipo de uso né. Os contextos são diferentes, mas a forma também pode ser, mas a violência ocorre em todos os ambientes todos os âmbitos. Aqui dentro da nossa instituição, é muito recorrente de várias formas também, e diversos setores mas existem sim. **(E-PR07)**

6.2 CLIMA ESCOLAR: CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise das formas e das relações que geram comportamentos violentos no ambiente escolar desperta algumas indagações a pesquisadores e profissionais de ensino, pois demanda tanto o reconhecimento da especificidade das situações como a compreensão de processos mais abrangentes que produzem a violência como um componente da vida social e das instituições, em especial da escola, na sociedade contemporânea (SPOSITO, 2004). Partindo dessa premissa houve a necessidade de identificar as formas de violência nas escolas pesquisadas e suas implicações no cotidiano escolar, para isso foram analisados aspectos como: tempo de serviço, tempo de atuação na unidade de ensino e nível de formação, para que dessa forma se reconheça até que ponto o entrevistado convive na Instituição e a maturidade de sua experiência para com as especificidades de cada contexto.

A primeira análise se dá a partir da perspectiva dos gestores, percebe-se através da análise das informações coletadas no preenchimento do roteiro das que seu tempo de atuação como profissionais no ensino é superior a 15 anos, porém como gestores escolares, nas unidades de ensino atuantes, é sucinta, visto que seja um cargo por indicação, todos possuem formação superior, o que lhes garantem suporte pedagógico para atuarem frente aos desafios do cotidiano. Nota-se que na visão dos gestores, a conceitualização sobre violência escolar, está associada aos reflexos da desestruturação social, para eles, a escola acaba por absorver esses conflitos e passa a ser espaço para esse cenário, tendo-se, nos extratos a seguir, a melhor expressão desse trecho.

O que eu vejo aqui poderia caracterizar questão de drogas, na verdade esses conflitos interpessoais deles, são pessoais, deles mesmos, é hoje, essas mutilações, esses problemas emocionais, isso é uma violência, uma violência que está aqui dentro da escola, mas que vem lá de fora. **(E-GT01)**

Uns dos maiores problemas hoje aqui na nossa escola é a exploração sexual infantil, o que as meninas a gente percebe que quando elas estão tristes, quando elas dão problema, estão acomodadas, elas começam a se automutilar, se cortam. **(E-GT02)**

Também foi mencionada a falta de parceria e a burocracia que dificultam os projetos desenvolvidos pelas escolas, esse contexto representa a forma de violência institucional que as escolas também enfrentam, esse aspecto é melhor evidenciado no relato de um gestor educacional.

Existe também a questão da burocracia, de querer fazer as coisas mas essa questão da burocracia atrapalhar, os parceiros que se dizem parceiros é só no discurso, por que na prática a gente vê observa que não existe isso. Nos vivenciamos isso na prática, ano passado, quando nos fizemos um projeto de feira de empreendedorismo, onde os próprio estudantes produziram o material, você pode observar o material produzido e nós só solicitamos a parceria do SEBRAE que não tivemos, responderam os ofícios dizendo que não poderiam participar. Também solicitamos parceria do município, do próprio Estado também não tivemos, da Secretaria de Cultura também não tivemos, então, nenhum desses órgãos que nós encaminhamos ofícios tivemos a resposta positiva. Inclusive para fechar aqui a rua para a gente fazer a nossa programação aqui na frente na praça, não tivemos. **(E-GT01)**

Na perspectiva de Aquino (1998), se pensarmos em violência escolar apenas como reflexo dos sistemas sociais, então teríamos o mesmo contexto em qualquer instituição. Entretanto, é preciso reconhecer que as influências macroestruturais são determinantes, porém cada contexto escolar possui características próprias e essas abordagens possuem papel fundamental na mediação desses conflitos.

Assim como Gestores, também foi analisado o discernimento da Coordenação Pedagógica referente ao contexto vivido nas escolas trabalhadas, onde também foi verificado o tempo de atuação nas instituições, constatamos que para esse quadro, a experiência frente ao contexto da unidade de ensino pesquisada é mais extensa, o que delimita maior singularidade com a realidade pesquisada. E assim como os Gestores, os Coordenadores também contextualizaram a violência que ocorre nas escolas como reflexo da desordem social e familiar, e relacionam essa conjuntura mediante as manifestações de indisciplina, uso de entorpecentes e conflitos interpessoais, que estão cada vez mais

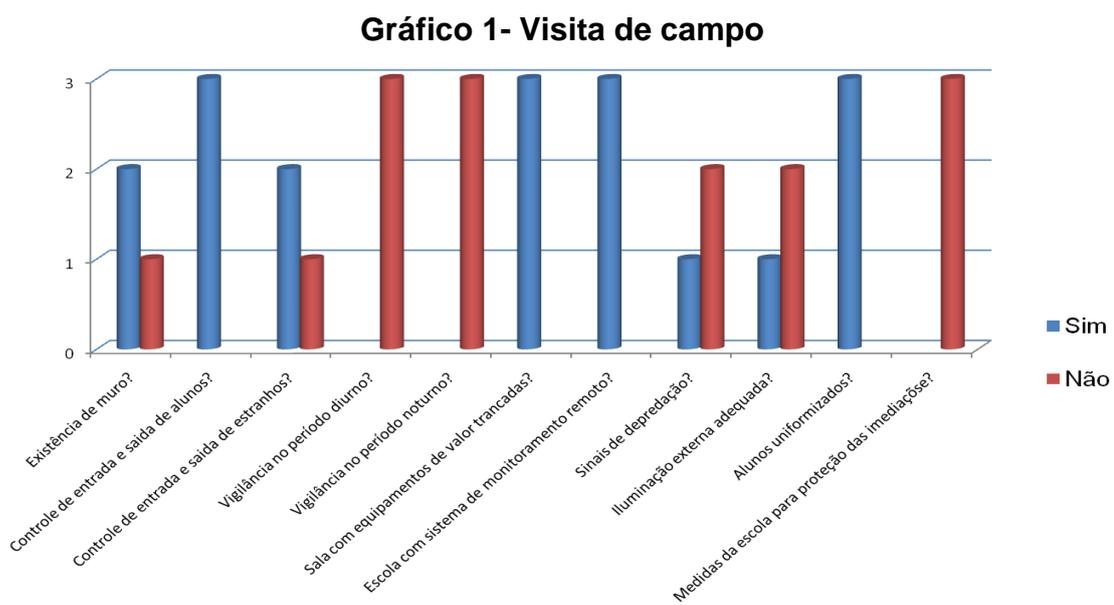
frequentes e violentos, esses aspectos podem ser claramente percebidos nos relatos dos coordenadores educacionais das escolas.

Às vezes a violência, o estudante, ele já traz de casa, por que ele já acha normal às vezes o pai machuca a mãe, o irmão, então ele já vem com isso de casa pra escola e, aqui dentro da escola. **(E-CO01)**

Muito das vezes, com eu falei, aquela questão como eu falei, somente familiar, de a família o pai a mãe normalmente já vem com uma desestrutura familiar né, pai a mãe não tem autoridade. E vem para escola, os problemas familiares vem desembocar aqui, aí não tem respeito pelos colegas não tem respeito pelo professor e aquele problema que a gente recai na coordenação. **(E-CO02)**

A questão de drogas é bem presente, a questão de armas já é mais difícil, até pelo fato que a gente não revista mochila de aluno. Quando a gente tem conhecimento, é com informações de outro colega, que viu a bolsa, ou a arma, arma branca, pedaço de vidro, as vezes eles usam. **(E-CO03)**

Quando perguntado aos professores de que forma as manifestações de violência implicam no cotidiano escolar, grande parte associou a intensificação das medidas de segurança adotadas pela escola, como portões trancados e o clima de insegurança que permeia no dia a dia de cada instituição. Esses aspectos também foram observados na visita de campo, registrado no gráfico 1, que demonstra a existência dos muros que oferecem segurança, não de forma unânime nas escolas, também a necessidade do controle nos portão dos estabelecimentos, demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: Própria autora

Sendo assim, outros aspectos também foram apontados pelos sujeitos da pesquisa, entre eles, o controle nos portões das instituições o que para os agentes entrevistados, é uma medida de segurança que afetou o cotidiano da escola, esse retrato é percebido nos extratos das entrevistas de três professores entrevistados.

Muda o cotidiano, antigamente o portão vivia aberto, hoje em dia já há uma precaução né, teve um caso aí em Suzano né, o massacre. Então, aconteceu que houve uma comoção maior e a gente vê que a preocupação aumentou lá no portão pelo menos encostar ele. **(E-PR02)**

No nosso cotidiano a gente já trabalha com aquele receio né, a gente já fica amedrontado apesar de tentar da melhor forma não nos atinge psicologicamente, isso aí já deixa alguma diferença. **(E-PR04)**

No cotidiano agora temos a sensação de nos sentirmos inseguros e despreparados. Colocam grades nas portas e janelas, suspendem os muros, solicitam policiamento, mas medidas para solucionar o que já está aí, e o que fazer para solucionar isso? Parece que o controle já saiu de nossas mãos. **(E-PR09)**

Destacaram também a violência interpessoal cada vez mais presente no cotidiano das escolas, de forma da vez mais agressiva, que sai da perspectiva do diálogo e necessita da intervenção policial na maioria das vezes, nessa perspectiva Ristum *apud* (ASSIS, 2010) afirma que a cultura, no seu sentido mais amplo está entrelaçada no clima escolar, considerando dessa forma os aspectos de individualismo, o patriarcalismo, o racismo, a homofobia, o sexismo, ou a intolerância com as diferenças, estes aspectos se fazem presentes no dia a dia de nossas instituições, e são evidenciados nas falas desses professores entrevistados.

...hoje em dia a gente percebe alunos se agredindo verbalmente por meio de mensagens, por meio né, de apelidos que eles trazem dessas redes sociais, enfim, tem uma série de possibilidades de uso. E a gente inclusive está fazendo um trabalho com o 9º ano, referente a isso, violência verbal, para ele discutirem até que ponto estamos vivenciando, de que forma? como polo passivo ou ativo, para que eles possam ter discernimento e procurar se policiar, pra evitar. **(E-PR07)**

No caso é a violência verbal, algum estudante as vezes se exalta, são problemáticos e acaba por ofender, esse tipo de violência ocorre. **(E-PR02)**

Sob a perspectiva citada pelo professores do clima de insegurança nos estabelecimentos de ensino, foram mencionadas a falta de pessoal e a retirada dos vigilantes dos prédios, o que para estes agravou mais ainda o contexto de violência escolar, principalmente contra a escola, aspectos estes, também observados, na visita de campo, onde se vê que todas as instituições pesquisadas, as salas com os

equipamentos de maior valor são trancadas e há ausência de vigilantes nas unidades e o recurso utilizado pelas instituições para combater os furtos e vandalismo é o sistema de videomonitoramento. Essa situação é melhor evidenciada nos relatos dos professores demonstrado a seguir.

Aqui a gente corre muito risco, inclusive já houve assaltos aqui, de pessoas de fora mesmo, a fragilidade da nossa segurança aqui, que agora também não tem vigilante. **(E-PR04)**

Aqui na verdade, a gente não tem nenhum tipo de segurança, desde que tiraram o vigilante, ele não era, mas ele já era uma parte principal, fundamental, que já inibia alguma coisa, o bandido, ou os alunos, já ajudava. Aí a retirada, só piora né, porque a gente está lidando com profissionais, com professor, aqui não tem policiamento 24 horas, uma câmera de segurança, não vai dar segurança. Isso muda nosso cotidiano, por que a portaria ela fica aberta, todo mundo entra, todo mundo. **(E-PR05)**

Diante da narrativa de como os docentes estes descrevem seu contexto vivido cotidianamente perante o quadro de violência nas escolas, foi perguntado a estes quais medidas poderiam ser tomadas para amenizar o problema, visto que estes profissionais estão dia a dia inseridos nessa conjuntura e lidam diretamente com essa problemática, também foram analisados o tempo de serviço no magistério em decorrência ao tempo que atua na escola pesquisada, onde se verificou uma maturidade de experiência de grande parte do grupo e a vivência já intrínseca com a comunidade escolar, o que garante maior argumentação para dilucidar o contexto pesquisado, além da formação acadêmica, confirmado por todos que assegura um aparato teórico dos entrevistados. Em resposta, foram citadas as necessidades de acompanhamento, a fiscalização e a parceria mais constante da família na escola, também medidas para tornar a escola mais atrativa para os alunos. Para os professores muitos pais acabam delegando a escola uma responsabilidade que era sua, atribuindo à escola todo papel de educar seus filhos, a negligência e o abandono das crianças por parte dos seus pais ou responsáveis, o descaso de proporcionar condições necessárias para o desenvolvimento do ser humano, faz com que, grande parte das vezes jovens e crianças se sintam rejeitadas e desamparadas, podendo também ser aspectos que desencadeiam um sentimento de revolta, que muitas vezes são exteriorizadas de forma agressiva dentro das escolas, conforme se percebe nas narrativas a seguir.

A primeira delas é a questão familiar, o reforço com relação ao acompanhamento familiar. **(E-PR03)**

Bom, trazer a comunidade pra escola, pra começar. Trazer as famílias mesmo, pra conversar, serem bem colocadas e os demais seguimentos sociais, demais órgãos, apoiar nossa escola e fazer com que essas famílias, realmente tomem as rédeas do seu compromisso. **(E-PR07)**

Para mim, a questão familiar, porque hoje, a família deixou de lado seu papel de família e tudo ela joga para escola, outra situação também, hoje se tem filhos e não se educa. Espera que a sociedade, que a escola, que a polícia, eduque. Então eu vejo muito isso, essa questão aí. Eu acho que muitos fatores que a gente vê aí são essas questões dessas bolsas, Bolsa Família, Bolsa isso, aquilo outro, e na verdade não se cumpre o papel, deveria se fiscalizar mais. A família recebe a bolsa, mas não reproduzem aquilo que deveria ser, faltam, os pais não são presentes. A escola chama para conversar, para tentar reverter, mas nem sempre os pais vem. Um fator que eu acho

muito importante é a presença da família, porque a escola é a segunda família, a escola não educa, ela aperfeiçoa que se vem de casa. **(E-PR08)**

A gente pode fazer projetos sociais, fazer com que a inclusão social desses alunos, fazer sair da mesmice de escrever no quadro e repassar conteúdo. Mudar essa metodologia de ensino, fazer para participar de uma forma envolvente que transmite interesse. **(E-PR04)**

A análise da percepção da polícia sobre o contexto das escolas atendidas, também esta inserida na influência da violência urbana frente aos problemas que as escolas enfrentam. Sabe-se que a intervenção policial nas escolas surge através de uma demanda onde a criminalidade esteja presente no espaço escolar. Daí a indagação sobre quais características desse contexto estão presentes nas escolas atendidas, elementos estes, que também foram citados pelos gestores, realidades estas, presentes nos estabelecimentos de ensino, conforme os extratos a seguir.

As ocorrências são bem variadas, embora seja nas escolas, mas são bem variados O que tá mais comum agora é o tráfico e consumo de entorpecentes nas escolas, ai vem seguida da questão de armamento, desde arma de fogo, como também arma branca. Daí depois vem a questão de crimes sexuais, são as três modalidades que elas são bem evidentes mesmo nas escolas. **(P-PO01)**

A sociedade em geral está bastante violenta né, e a escola esta dentro desse contexto, faz parte disso aí, então dentro da escola já encontramos, são varias ocorrências, tem drogas, tem prostituição, tem crianças armadas, as vezes armadas com faca, muita questão envolvendo drogas né. **(P-PO04)**

Até mesmo brigas de faca, mas é muito, é muito comum, a questão das ameaças dentro da escola, a equipe geralmente é acionada pra atender ocorrência onde um aluno diz para um outro que vai bater, que vai furar. São ocorrências bastante comuns, dentro das escolas. Em relação a a conflitos interpessoais entre os alunos, mas também é muito comum a

gente receber chamados para averiguações de uso de entorpecentes dentro das escolas, é muito comum. Principalmente as escolas de ensino médio, que envolve ali o público adolescente. **(P-PO05)**

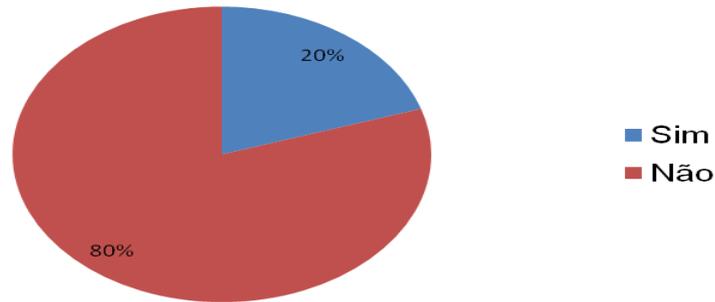
Também foi destacada pelos policiais a diferença no contexto de violência nos estabelecimentos que varia de acordo com a clientela atendida, aspectos percebidos pela narrativa a seguir.

Bom primeiramente existem clientelas diferentes, nos turnos, no horário do dia manhã e tarde é uma clientela, e a noite é outra clientela, que os estabelecimentos de ensino atendem, no turno da manhã é mais a questão de disciplina quando a criança que foge do controle da escola, da coordenação, são mais esses atendimentos ou algum pai, algum conflito da escola com algum pai ai a gente é acionado para fazer a segurança dessas questões, ou para fazer a proteção da área de fora por que tem algum individuo, suspeito, essas situações. Já no período da noite é com os próprios alunos mesmos, pelo fato de muitos alunos serem apenados e irem para a escola apenas para cumprirem as medidas judiciais, então tem muito uso de drogas, questão de violência também. **(P-PO09)**

Deve-se ainda sempre considerar as crianças e jovens, alunos, como os protagonistas desse cenário de violência no âmbito escolar, incluindo-os na percepção do contexto que vivenciamos nas escolas diante esse quadro, já que eles são os maiores interessados e beneficiados em ter uma escola menos violenta e mais focada na aprendizagem. A escola reflete o cotidiano dos alunos e também o contexto social em que está inserida de modo que é ali que os alunos irão manifestar o que vive cotidianamente. Assim, feito análise das entrevistas dos profissionais envolvidos no combate à violência escolar, também através de questionários, dado que através desse instrumento se alcance o maior número de sujeitos, foram aplicados os questionários com cinco alunos de cada instituição, no total de 15 alunos, em turnos diferentes, uma clientela do nível médio e EJA, maiores de 18 anos, onde também foram observados o tempo em que estuda naquela escola, para que assim, possa se ter uma análise mais precisa sobre como se manifesta a violência naquele âmbito escolar.

O gráfico 2, retrata a percepção dos alunos ao sentimento de segurança mediante a escola.

Gráfico 2 - Você se sente seguro na escola?

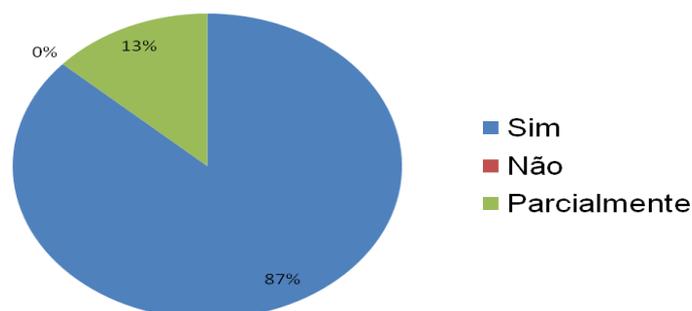


Fonte: Própria autora

O resultado demonstra que, 80% disseram que acreditam que a escola seja um ambiente seguro, enquanto 20% relatam que não têm essa percepção, dessa forma. Diferente da análise feita pelos professores, que pontuaram o sentimento de insegurança na sua rotina, dentre as razões apontadas pela pesquisa sobre esse sentimento de insegurança por parte do professor, salientam-se três argumentos. Primeiro, as escolas adotaram alguns aparatos de segurança, como grades, câmeras e policiamento, algumas dessas medidas de segurança constatamos na visita de campo, demonstrado no gráfico 01.

Porém, esse sentimento positivo, diante das expectativas dos alunos sobre o clima escolar, nos faz acreditar que a escolar ainda reflete uma ambiente propício a aprendizagem e convivência, o que estaria alinhado com o resultado do gráfico 03, onde 87% dos alunos acreditam que a escolas seja um ambiente favorável a convivência e aprendizagem, contra 13% que acharam parcialmente e nenhum dos sujeitos utilizaram a alternativa não, explanado no gráfico a seguir.

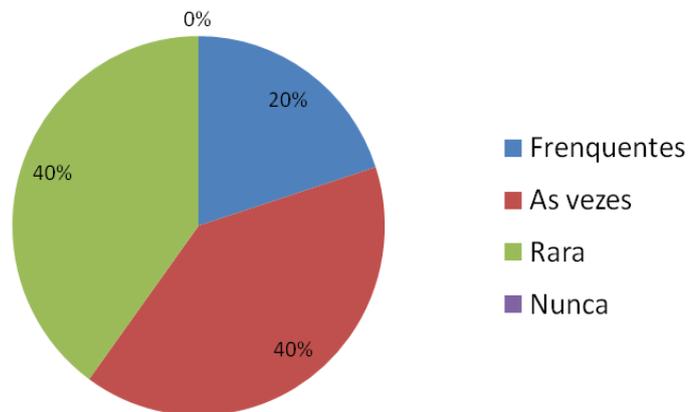
Gráfico 3- Você acredita que a escola é um local favorável a aprendizagem e a convivência?



Fonte: Própria autora

Para que se identifique de que forma ocorre a intensificação das manifestações de violência no cotidiano dos alunos, lhes foi perguntado a frequência em que ocorre atos violentos na escola, o gráfico 04 ilustra que 40% falaram que raramente, também 40% às vezes, 20% falaram que são frequentes essas ocorrências, no entanto nenhum alegou que nunca tivera ocorrido no espaço escolar, conforme demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4- As manifestações de violência na escola são?

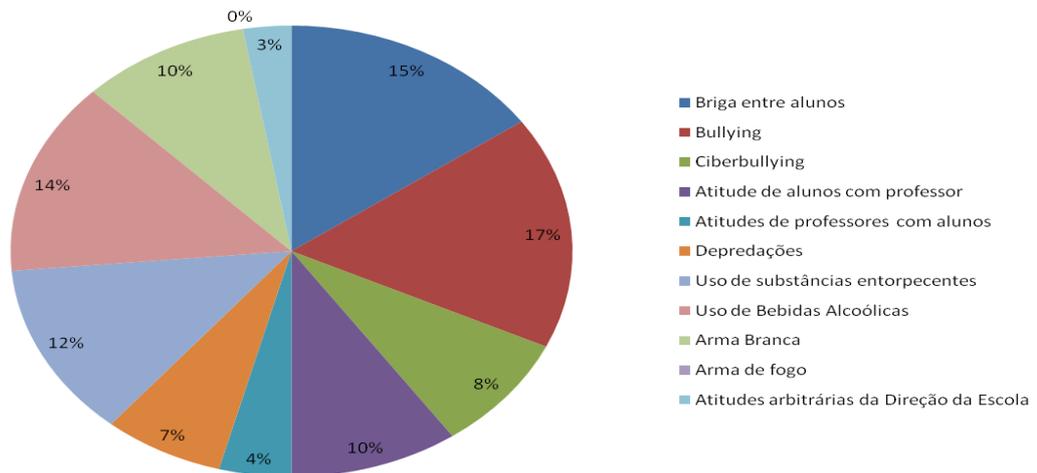


Fonte: Própria autora

Não podemos negar perante as observações que a violência escolar esta presente de forma notória no cotidiano de nossas escolas. Isso foi explanado no gráfico 05, quando se pergunta como se expressa as manifestações de violência nas escolas, 17% pontuaram através do *bullying*, 14% brigas entre alunos, 14% uso de bebidas alcoólicas, 12% uso de entorpecentes, 10% armas brancas, 10% atitudes de aluno com professor, 8% *ciberbullying*, 7% depredações, 4% atitudes de professor com aluno, 3% atitudes arbitrárias da Direção e 0% registraram arma de fogo, essas variáveis dizem respeito ao nível de conhecimento que os alunos têm a respeito da ocorrência de eventos ou de desordem nas escolas. Esse resultado também relaciona o contexto descrito pelos professores, quando falaram sobre a indisciplina e os conflitos interpessoais, o *bullying* se ocasiona quando acontecem situações em que o aluno, ou um grupo de alunos, causa intencionalmente e repetidamente danos a outro(s) com menor poder físico ou psicológico (RISTUM *apud* ASSIS, 2010). Também frente à concepção dos policiais ao citarem as manifestações de briga entre alunos cada vez mais agressivas, o uso de

entorpecentes e o aparecimento de armas brancas no espaço escolar, expressado no gráfico 5.

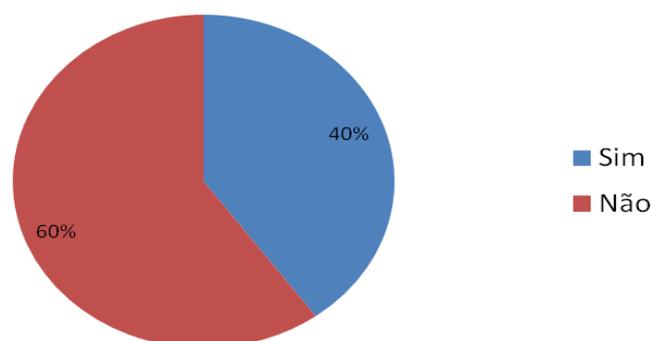
Gráfico 5- De que forma a violência é expressa?



Fonte: Própria autora

Nota-se que o contexto de violência DA escola, foi pouco mencionado, tanto pelos alunos quanto pelos agentes do ensino, isso significa que a escola enquanto provedora de algum tipo de violência, como campo de dominação e atitudes arbitrarias pouco é percebida, ou vivida entre os atores da comunidade escolar. Contudo, quando indagados sobre sua participação nas decisões da escola, 60% se fizeram presentes contra 40% que afirmaram não ser ativos nas deliberações da unidade de ensino, é o que mostra o gráfico 06:

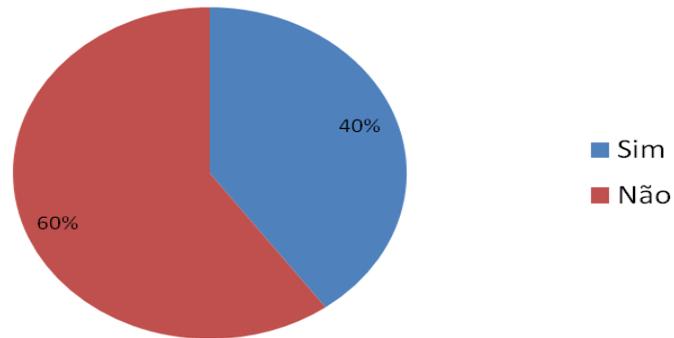
Gráfico 6- Você participa ativamente das decisões da escola?



Fonte: Próprio autora

Para contextualizar até que ponto as expressões de violência no espaço escolar afetam diretamente o público pesquisado, lhes fora perguntado se já foram vítimas de algum tipo de violência dentro da escola, o resultado mostra que 60% não foram vítima, cenário ilustrado no gráfico 7 apresentado a seguir.

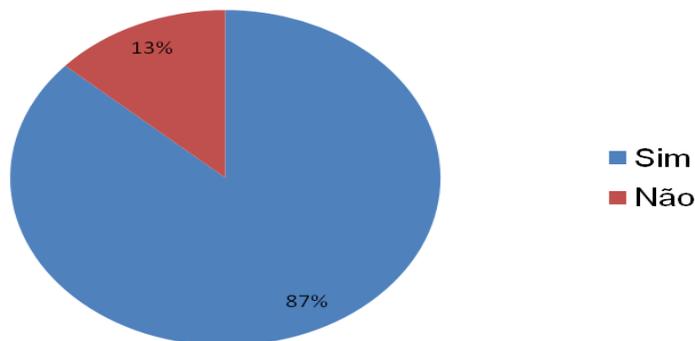
Gráfico 7- Já foram vítimas de alguma violência na escola?



Fonte: Próprio autora

Mesmo não sendo vítimas de alguma violência na escola, o gráfico 8 demonstra que 87% em sua maioria já presenciaram algum tipo de violência no ambiente escolar. Isso resultar em aceitar que a violência é uma experiência de vida muito particular e especialmente difícil, a criança e o adolescente são bastante vulneráveis aos efeitos negativos dela decorrentes, segundo Ferreira *et al.*, 2009; Assis, Pesce & Avanci (2006) pode acarretar danos físicos, emocionais, psicológicos e cognitivos para o desenvolvimento de crianças e adolescentes tanto no presente como no futuro. Apontados no gráfico a seguir.

Gráfico 8- Já presenciou alguma cena de violência na escola?



Fonte: Própria autora

As apropriações observadas perante o contexto escolar mediante ao quadro de violência das escolas se faz necessária a busca de como esse contexto determina a parceria com a instituição policial, o que vamos apresentar a seguir.

6.3 PARCERIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLA E POLICIA

Seja perfeitamente notável a intensificação da relação polícia x escola frente às análises do contexto feito no capítulo anterior, torna-se relevante compreender como a violência nas instituições de ensino ultrapassava o universo exclusivo da escola e de seus atores, dados os limites que a própria instituição tem para lidar com um problema e passa a dividir com os atores da segurança pública a parceria com os estabelecimentos de ensino para orientar, combater e prevenir a comunidade escolar sobre o enfrentamento à violência. Assim, o acionamento se dá quando o caso ultrapassa a capacidade de mediar da escola, ou sobre grave ameaça, conforme narra os gestores das escolas pesquisadas.

Quando a gente, por exemplo, observamos que aqui na frente tem pessoas estranhas e os estudantes as vezes conhecem, pra dá um apoio, ver quem é, o que esta querendo né. E também quando acontece pequenos furtos aqui na escola e identificamos que foi né, como te disse tínhamos como identificar com as câmeras, como não temos mais esse acesso. **(E-GT01)**

Brigas, pequenos furtos, brigas de desafetos, droga, mas não assim, ano passado eu peguei só um caso, menino do sexto ano, não é menino do ensino médio assim, que a gente sabe que tem uns que fumam. **(E-GT02)**

É grave ameaça tipo assim, física, a integridade física do aluno, de algum professor né. Eu tive em dezembro uma situação do ano passado de dois mil e dezoito que os alunos realmente se agrediram, nesse momento eu acionei, tipo assim, drogas entorpecentes sim principalmente à noite. Aí eles sempre estão, Graças a Deus muito presente nos dando esse suporte. **(E-GT03)**

Constatada as circunstâncias ao quais são acionados a intervenção da ação policial pela escola, percebe-se que todos os sujeitos reconhecem a importância a presença parceria, porém não suficiente para sanar as necessidades das escolas frente ao enfrentamento da violência, conforme relata os professores entrevistados.

Olha, ameniza, mas não resolve. Porque se ele aparece, é porque algo já aconteceu. **(E-PR02)**

Eu acho importante, principalmente em se tratando em área de risco. A noite principalmente, nossos horários eles são reduzidos, mais de 10 horas ninguém fica, por que a gente sabe que é perigoso. **(E-PR05)**

É importante, se não tivesse seria pior, quem iria nos socorrer numa situação de sinistro? Eles estão sempre presentes, da melhor maneira possível e tem um trabalho muito importante na prevenção, isso ajuda muito. **(E-PR09)**

Então, perceptíveis as situações de atuação e o assenso da necessidade da presença dessa modalidade de intervenção nas escolas, buscou-se identificar através do profissional que possui um trabalho dinamizado, aquele que trata tanto das questões com o corpo docente, como com os discentes da escola, ou seja, através da ótica dos coordenadores se analisou de que forma se estabelece a relação entre as instituições escolares e policiais, nota-se que se dá de forma profícua, foi destacado o interesse da entidade policial em sempre estar disponível para colaborar com as unidades escolares, de acordo com suas possibilidades, conforme relato dos gestores, extraídos abaixo.

É uma relação ótima, eles vem, quando não estão muito assoberbados de serviço, eles vem, professora não da pra esperar só um pouquinho? Ok , então eles veem, atendem a gente, nos ajuda muito. **(E-GT01)**

...tem tido uma boa parceria com eles a gente conversa que a gente pede para ele fazer a ronda aqui dentro da escola dar uma rodada sempre e isso as vezes inibi, se tem um ou outro querendo você fazer alguma confusão, já inibe então né , então nesse sentido é bom quando eles vêm, a gente até queria que eles viessem mais, de segunda à sexta, só que eles tem que atender outras escolas também né. Mas sempre que a gente solicitar eles vem. **(E-GT03)**

A gente convida através de ofício, lá no batalhão, o Policiamento escolar vêm e conversa com ele, a respeito da violência, de drogas, do que pode ocorrer. E eles são bem enfáticos nas situações, principalmente de drogas. **(E-GT03)**

A análise feita pela percepção da escola sobre como surge a necessidade dessa parceria, despertou a necessidade do diagnóstico da perspicácia diante dos profissionais da outra entidade envolvida, mesmo diante a afirmação positiva dada ao tratamento recebido pelas escolas, foi pontuado também a necessidade de esclarecimento de como lidar com esse problema, considerando que a violência escolar se apresenta de forma multifacetada, os profissionais das escolas, ficam sem direcionamento a que órgão recorrer, devido as medidas de aproximação e o policiamento escolar esta sempre presente, as escolas muitas vezes recorrem a

essa categoria para dá suporte nas resoluções desses conflitos, o que se pode perceber nos relatos dos três policiais abaixo.

Elas são bem deficientes, o que que a gente observa na questão das escolas, muitas escolas não tem bem claro, qual a função da escola no sentido de coibir um ato de indisciplina, ou quando tem algumas não fazem. A gente observa isso na escola, uns dos nossos trabalhos é deixar bem claro, qual a função da escola, qual a função da polícia e qual a função da família, nesse sentido, entendeu? **(P-PO01)**

Acredito que sim, até porque a presença da policia na escola ela traz um a sensação de segurança não só para os alunos mas para o corpo da escola também e geralmente quando a gente tá na escola a gente é bem recebido. **(P-PO03)**

Sim, pela parte da coordenação onde temos mais contato, com o pessoal da Coordenação né, até por que as ocorrências vão desemborcar lá. A escola é receptiva conosco. **(P-PO04)**

A receptividade das escolas é reconhecida pelos agentes de segurança, porém em alguns casos já sentiram o clima de hostilidade, em certos momentos por parte de alguns profissionais do ensino e em outros por parte dos alunos, mas na visão deles, está ligado a presença da polícia que inibe ações de vândalos que queiram de alguma forma ocasionar desordem na escola. Já com o público das crianças a equipe se sente sempre receptiva e percebem que gera um clima de euforia com a presença dos policiais, as narrativas que melhor descrevem esse contexto são dos policiais abaixo transcritos.

(...) tem aqueles alunos não são muito favoráveis à presença da polícia, até por que a polícia ela representa uma vigilância e muitos não querem ter essa sensação de que estão sendo vigiados. Mas no geral tem uma boa aceitação. **(P-PO05)**

(...) ah aconteceu alguma coisa mas como a gente tá tendo essa visita constante eles já ficam já acham mais alegres ou tentam apertar a mão da gente, eu tento geralmente abraçar não, mas eu tento sorrir, eu fico mais feliz porque eles e sentem mais seguros(...) no mais não vejo nenhuma hostilidade e nem muito agradecimento também porque é o nosso trabalho, a gente não espera muita coisa não, já das crianças eu vejo quando a gente vai nas escolas eles ficam ali eufóricos, geralmente alguns tem um sonho de ser policial. **(P-PO07)**

(...) muito desses chamados eles são gerados quando algum incidente já ocorreu dentro da escola, aí então a equipe já é acionada para fazer intervenção naquela ocorrência, já aconteceu algum fato ali que eles entendem que é necessária a intervenção da polícia. Mas a gente também faz o acompanhamento de espontânea, são as chamadas visitas, nós temos um quadro de visita que semanalmente vai indo nas escolas, ainda que não tenha sido feito nenhum acionamento a gente vai de forma espontânea, pra acompanhar, verificar como é que tá o andamento da rotina escolar. **(P-PO04)**

Foram levantados pontos da diferença da clientela atendida e que as ações repressivas geram certo impacto negativo, por isso se faz importante as ações preventivas, os projetos que aproximam a comunidade escolar do trabalho da polícia, conforme transcritos nas narrativas a seguir.

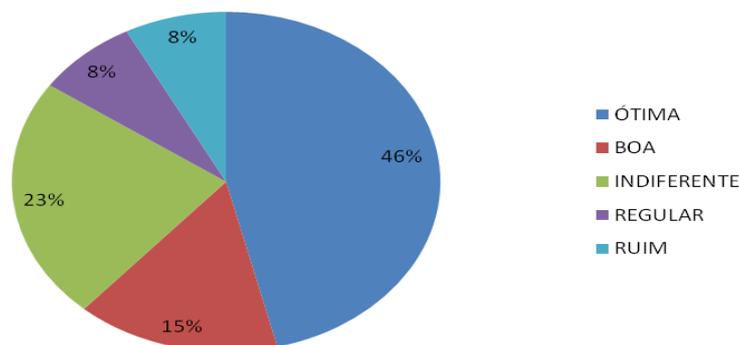
De alunos, a questão de alunos, principalmente do período da noite, as crianças elas são mais tranquilas, de manha de tarde elas gostam, falam com a gente dão tchau a gente conversa com as crianças, no período da noite onde tem pessoas assim que já vão para a escola com má intenção, então eles se sentem incomodados com a nossa presença mas só que a policia militar ela justamente ela se faz presente para incomodar essas pessoas que já vão com má intenção. **(P-PO09)**

Bom como eu tô falando eu já tenho um tempo dentro do policiamento, eu falei ainda a pouco isso que no inicio tudo há uma resistência, não é todo mundo que aceita, sim, logo no inicio a gente sente assim uma resistência de uma pessoas em determinada escola mas nada que passando o tempo e hoje não o pessoal chega lá fica até feliz de ver a gente, todo mundo alegre , tem tanto tempo e já tem assim uma certa amizade com aquelas pessoas porque todo ano você tá ali indo nas escolas, conhecendo o pessoal de apoio a direção, a coordenação, os alunos também eles vão passar basicamente 4, 5 anos naquela escola né e você começa tendo aquela comunicação. **(P-PO08)**

As ações repressivas, elas tem muita repercussão, repercussão no sentido negativo... Quando eu faço uma prisão que é uma ação repressiva, o crime já aconteceu, aquele fato extrapola os muros da escola. Quando eu faço uma ação preventiva, uma palestra, uma ação educativa, embora seja com outros órgãos, aquela ação, ela não tem tanto alcance como uma ação repressiva, é o que acontece. **(P-PO01)**

Na consolidação dessa parceria, buscou-se verificar como a comunidade escolar reconhece a importância da ação do policiamento e sua efetividade nas intervenções, já mencionamos a percepção perante os profissionais de ensino, agora mediante o resultado do gráfico 9, demonstrado abaixo.

Gráfico 9- Como você classifica a atuação do Policiamento Escolar em sua escola?



Foi atribuída classificação aos serviços prestados pela instituição policial, dessa forma se verificou que 46% dos sujeitos classificaram a atuação do Policiamento Escolar como ótima, 15% boa, 23% se mostraram indiferentes ao trabalho, 8% regular e 8% ruim. Através dessa avaliação se deduz que o trabalho desempenhado pela polícia na tentativa de coibir atos infracionais que afetam negativamente a escola é bem visto pelos alunos, o que se confirma quando perguntado aos alunos que participaram dos questionários por unanimidade todos os sujeitos acham necessária a atuação do policiamento. Nota-se que ainda não há um certo consenso no meio da comunidade escolar quanto a esta questão, na visão de professores é importante, mas nem sempre necessária, ao contrário da opinião dos alunos.

6.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DA POLÍCIA

Diante do fato apresentando no capítulo anterior sobre como se consolida a parceria da polícia frente às instituições de ensino com práticas que possibilitem mediar conflitos e minimizar os problemas sobre as formas de violência que ocorre nas escolas, a presente pesquisa pretende levantar questões de como se dá a ação do Policiamento escolar e a estruturação do seu trabalho diante esse processo. Foram verificados aspectos de que forma a polícia se organiza para articular soluções no enfrentamento dessa problemática junto às escolas, conforme relato a seguir.

São diversas frentes, através do policiamento, do policiamento especializado, chamamos policiamento orientado para o problema. Dada determinada de um certo problema, com certa comunidade, a gente vai disponibilizar uma modalidade de policiamento a fim de coibir aquela prática. Em se tratando de escolas, nos atuamos para coibir a violência através do policiamento escolar, que é uma modalidade de policiamento que atua prioritariamente com a comunidade escolar. **(P-PO01)**

Com esses esclarecimentos, a entrada da polícia nas escolas requer uma organização e preparação por parte dos profissionais de segurança pública e sua atuação obedece a premissas para o atendimento. Assim, os eixos de atuação são bem claros, quanto a que ponto deve ocorrer a ação policial ante ao contexto de violência nas escolas, conforme relatado abaixo.

As ações devem ser prioritariamente preventivas, antecipando a ocorrência dos fatos. Exemplo: ah aconteceu um furto, o jovem começou a utilizar

entorpecentes, embora eu vá lá aprender quem vendeu entorpecente, possa prender o autor do furto, mas o dano já ocorreu, a pessoa já foi furtada, já sofreu aquele trauma, um indivíduo algumas vezes já se viciou, e o tratamento é mais difícil, então as ações elas devem ser preventivas, que é o que a gente trabalha, antes que o crime ocorra (...) As ações repressivas, são aquilo que costumeiramente a policia faz, que é coibir, fazer abordagem, fazer a identificação e prisão ou apreensão dos indivíduos que estão cometendo ilícitos. Até mesmo, a gente faz busca dentro do estabelecimento de ensino, e com isso a gente pega a arma, que pega droga, arma de fogo. Essas são as nossas ações repressivas, que são voltadas mas direto a criminalidade. O crime com as ações repressivas, ele está acontecendo, mas com as ações preventivas ele não aconteceu. **(P-PO01)**

Esclarecidos as premissas de atuação para o policiamento no trato às escolas, buscou-se identificar se os policiais atuantes nessa modalidade reconhecem e orientam o que cabe ou não a ação da policia quando acionados, observou-se que todos foram unânimes em reconhecer os eixos dessa atuação é que é comum serem acionados em situações que não cabe a interferência da ação policial, porém, mesmo diante uma situação se busca esclarecer e orientar as medidas cabíveis ao problema tem-se a descrição que melhor expõe essa conjuntura por esses atores citados abaixo.

Sim, ocorre bastante, mas sempre a gente diz até onde a gente pode atuar e até onde a escola pode ir também. **(PO03)**

Sim eles tem uma visão muito errada acham que a gente pode fazer uma coisa ou pode fazer outra mais a gente é limitado a gente pode fazer só mesmo o que a lei nos permite(...)**(P-PO07)**

Sim, sim, sim, quando nós somos acionados por coisas que não tem como a gente resolver porque são problemas internos, a criança não cometeu nenhum ato infracional, não fez nada que seria assim tão fora do normal de uma criança, as vezes a criança respondeu ou fez uma coisa assim uma indisciplina não pode ser tratada como caso de policia, não posso chegar porque a criança cometeu uma indisciplina vou levar ela para o conselho tutelar, então são coisas que a gente ainda percebe muito na escola, essa demanda que é passada para a gente que não é nossa competência a gente não tem como agir como pedagogo que não é nossa formação, não é nossa profissão mas mesmo assim a gente ainda tenta conversar com as crianças de uma forma com que elas evitem né fazer esse tipo de situação, a gente orienta, a gente fala com quem acionou a VTR sobre quando não é da nossa competência...mas normalmente a gente fala assim, das escolas o que não é da nossa competência, tem que fazer esse crivo maior antes de acionar as viaturas. **(P-PO09)**

Com certeza, justamente pra não ser chamado num momento posterior pra resolver a mesma situação que dava pra ser resolvida pedagogicamente ne. Então a gente tenta ao Máximo dizer que a policia deve ser chamada numa medida extrema. **(P-PO10)**

Diante do fato, percebido que todos os policiais reconhecem as circunstâncias e o gerenciamento das ações inerentes ao trabalho direcionado as escolas, também todos foram unânimes em citar o direcionamento de suas ações através do POP 010 como doutrina operacional utilizada para orientar seus trabalhos nas escolas, este que é um documento institucional, gerado pela polícia, com fundamentos jurídicos, para ordenar o trabalho da companhia junto às escolas.

6.5 CAPACITAÇÃO

Alternativas para superar a condição de violência, tem sido motivo de reflexão a partir da busca de saberes e fundamentações que desenvolvam capacidades sólidas na prevenção e no trato desse cenário. Diante disso, se fez necessária a análise sob a ótica de que forma são capacitados os profissionais que lidam nesse contexto. Frente a isso, foram perguntados aos professores se já haviam participado de alguma formação, treinamento, capacitação, para o combate a violência na escola nos últimos dois anos, dos nove professores entrevistados, seis afirmaram não ter participado de nenhuma formação ligada à temática da violência nas escolas, dois relataram participar do projeto Práticas Restaurativas do Ministério público, um professor citou as palestras ministradas pelo Policiamento Escolar como forma de treinamento para lidar com a violência e a uma professora alegou ser professora horista há oito anos e as capacitações não são direcionadas a esse grupo de professores. Percebe-se a lacuna referente à capacitação dos docentes a maioria dos professores não recebeu a formação adequada sobre como lidar os jovens que mostram conduta violenta ou agressiva, ou sobre como intervir de forma preventiva em relação a esses alunos, ou sobre as formas de expressão de violência no âmbito escolar, conforme se identifica nos relatos a seguir:

Não professora, nunca participei. **(E-PR06)**

Não sei se seria, mas eu participei do treinamento das práticas restaurativas, relacionada a essa temática foi essa. **(E-PR03)**

Já tivemos capacitação, treinamento enfim, com a própria polícia, que tem seus projetos que envolvem a gente. **(E-PR04)**

Não, eu sou professor horista, e essas capacitações sempre vem para professor efetivo. Eu não sei se agora ele já abriram, mas a maioria eu tô

oito anos mas sempre foi para efetivo, todo e qualquer capacitação que vem. **(E-PR05)**

Há necessidade de parcerias proativas que se façam presente dentro das Instituições Isso se percebe na fala dos profissionais quando relatam que necessitam de ações que somem junto à escola, mas não que apenas direcione aos professores e demais profissionais a função em resolver os casos de violência, conforme relato dos atores educacionais.

(...)mas eu acho que as pessoas estão passando as responsabilidades e jogando tudo pra dentro da escola, inclusive eu já ouvir falar de um projeto que os professores serão capacitados para fazer atendimento psicológico, o que eu acho um absurdo isso, até comentando o conselho de Psicologia deve se manifestar com relação a isso, como um professor que estudou matemática vai ser psicólogo, por um acaso. **(E- GT03)**

É importante sermos capacitados, mas acho que as instituições só vem aqui nos capacita e vão embora. Eles deveriam estar com os alunos, tomar por responsabilidades deles e nos ajudar a fazer a nossa parte que é de ensinar. Por que a gente tem que se capacitar para ser psicólogo, doutor, de tudo a gente tem que saber, e ninguém vem aqui pra querer nos ajudar, só nos dá mais missão(...) **(E-PR 09)**

(...) o Policiamento Escolar sempre esta presente nas escolas, a Instituição policial se faz presente, busca saber a problemática da escola e dentro do que é sua missão, busca soluções que colabore para a questão apontada, mas eles estão aqui conosco, não só vem aqui e tentam nos ensinar como fazer, como dos outros órgãos (...).**(E- PR04)**

Uns das narrativas feitas pelos sujeitos da pesquisa é que os problemas atuais, requer mais a intervenção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas que enfrentam uma intensificação de violência autoinfligida, atitudes ligadas as auto mutilações, suicídios, e depressão nos discentes da escola. E estão ficando cada vez mais corriqueiras essas manifestações nos espaços escolares.

A presença da policia nas escolas faz com que os policiais, passam a integrar numa lógica híbrida com universo escolar, em que mesclam aspectos da sua atuação militar e aspectos que são determinados pela lógica própria de funcionamento da instituição escolar. Dessa forma, buscou-se verificar como se capacita esse profissional para coadunado às instituições de ensino. Nesse aspecto, nota-se que são oferecidos serviços para capacitação desses profissionais para atuarem na esfera escolar, dados eixos mais definidos nas estratégias do contexto atendido. Sobre esse aspecto, a fala desses policiais apontam os contornos desse quadro.

Hoje os nossos policiais passam pelo curso, fora o curso de formação da polícia mesmo, como por exemplo o Curso de Formação de Soldados, na matriz curricular do curso de soldado a disciplina de Policiamento escolar já foi contemplada. Então esse policial desde quando ele ingressa na polícia, ele já vai sair com certo tipo conhecimento para atuar nessa área. Depois de formado ele pode fazer um curso de formação específico para atuar no policiamento escolar. **(P-PO04)**

(...) a gente vai passar uma semana de curso aprendendo um pouco mais sobre as leis que regem sobre as crianças, sobre o ECA para quando o profissional ele for, ele ter uma noção do que pode e não pode fazer, a gente já teve uma disciplina que diz como agir, onde estar amparado e vamos supor se tiver alunos que estejam vendendo drogas a gente pode fazer uma busca na escola, então o POP ele ampara isso, então isso a gente aprendeu no curso de formação esses procedimentos. **(P-PO08)**

Todos os policiais entrevistados foram unânimes em afirmar a qualidade da capacitação ofertada pela Instituição no trato à violência escolar, a especificidade do curso em detrimento a clientela atendida e o apoio Institucional da Polícia Militar que da melhor forma possível, garante a autonomia e eficiência da companhia, isso pode ser apreendido nos relatos dos membros do policiamento escolar.

Oh especificamente falando desse curso de policiamento escolar sim, ele é um curso que é bastante dinâmico, ele trabalha a parte teórica mas ele trabalha também a parte prática e os policiais que participam eles sempre saem com aquela nova visão né, o policial que nunca trabalhou no policiamento escolar que não conhece a prática, quando ele esse depara e ele vê que o curso ele abre a visão do policial para essa realidade nas escolas. **(P-PO07)**

Tirando os cursos a gente vai ter o apoio do pessoal da DIOP e já tem até a própria base do policiamento escolar que é tipo uma companhia que vai tratar só os policiais militares que trabalham no policiamento escolar porque as ocorrências a gente atende vários níveis então, violência doméstica, tráfico, homicídio, querendo ou não o policial acaba trazendo um pouco de estresse para casa do serviço então acaba não produzindo bem e eles tem nos ajudado bastante com isso, nos dando o curso, a viatura no caso porque é importante porque a gente tem que se locomover e tem que estar em perfeito estado e também uma folga que a gente possa descansar e quando tem essas reuniões nos finais de semana eles dão um prazo para gente se preparar, se programar fazer um, tipo um, levantar os dados para mostrar para o pessoal lá no dia (...) **(P-PO05)**

Diagnosticado que são oferecidos cursos para a capacitação desses profissionais, da habilitação adequada ofertada pela Instituição policial, houve a necessidade de se verificar o enfoque particular de cada entrevistado sobre sua análise pessoal à colaboração da formação para sua atuação, e todos foram congruentes em reconhecer que a formação os capacita para atuar nos atos de violência que afetem as escolas, conforme nas narrativas abaixo.

O curso ele com certeza me capacita, o curso específico em si porque o curso de formação do policial militar é completamente diferente, o curso de policiamento escolar é específico para atuar em escola. Com certeza capacita a gente para trabalhar nesse meio, nesse ambiente. **(P-PO01)**

Colabora sim, eu me sinto capacitado. Eu já trabalhei em diversas áreas, na rádio patrulha, eu tenho curso operacional, e ainda não tinha trabalhado na área escolar, mas eu me identifiquei muito porque é uma área que eu, eu tenho formação e é um serviço que gosto e me identifiquei muito. Os eixos norteadores dão fundamento sim, eu acredito que sim. **(P-PO03)**

6.6 POLÍTICAS PÚBLICAS

Os resultados do estudo demonstram que são insuficientemente oferecidos cursos de capacitação para os profissionais da educação, diante do exposto, foi-se verificado de que forma são ofertadas políticas públicas para auxiliar as escolas, mediante as práticas educativas de prevenção e combate à violência. Foram enumerados dezoito projetos existentes na capital, segundo o Programa EPAZ da SEED-AP e mais o Policiamento Escolar, enumerados segundo quadro abaixo, são projetos de diversos órgãos que trabalham diversas vertentes das manifestações de violência escolar, na sua totalidade. Coordenadores e professores, indicaram a atuação do policiamento escolar, ao alcance de todos.

Quadro 2- Projetos existentes em Macapá no combate à violência escolar segundo o programa EPAZ da Secretaria de Educação do Estado

(continua)

PROGRAMA		ORGÃO EXECUTOR
1	Escola Restaurativa	Ministério Público
2	Programa de Mediação Escolar	Tribunal de Justiça
3	Projeto FETRAN pedagógico	Polícia Rodoviária Federal
4	Projeto de Combate às Drogas nas Escolas	Polícia Federal
5	PROERD	Polícia Militar
6	Policiamento escolar	Polícia Militar
7	Programa forças no Esporte	Exército Brasileiro
8	Programa Alozinho	Secretaria de Segurança Pública do Estado SEJUSP
9	Projetos “Criança Feliz”	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS)

Quadro 2- Projetos existentes em Macapá no combate a violência escolar segundo o programa EPAZ da Secretaria de Educação do Estado

(conclusão)

PROGRAMA		ORGÃO EXECUTOR
10	Namoro sem violência	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS)
11	Programa Saúde na Escola	Secretaria de Saúde do Estado SESA
12	Programa “Capoeira na escola	Secretaria de Desporto e Lazer do Estado SEDEL
13	Projeto “Conhecendo nossa história: da África ao Brasil	Secretaria Extraordinária de Políticas para povos Afrodescentes SEAFRO
14	Programa Nacional de Educação Empreendedora	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
15	Projeto Cozinha Brasil	Serviço Social de Industria SESI
16	OAB vai à Escola	Ordem do Advogados do Brasil OAB
17	Projeto “Namoro Blindado	Igreja Universal
18	Projeto Combate a homofobia	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transvestis, Transexuais ou transgêneros Grupo LGBT

Fonte: Site do Programa EPAZ disponível em: <http://epaz.seed.ap.gov.br/> Acesso: 12/03/2019

Dos doze entrevistados, sendo nove professores e três coordenadores pedagógicos, nove apontam o exercício da Escola Restaurativa do Ministério Público, quatro já teve foram contemplados com o projeto de Mediação Escolar do Tribunal de justiça, três desses entrevistados citaram o PROED da policia Militar e o Projeto Namoro Blindado da Igreja Universal, um citou o Programa Aozinho da SEJUSP, o Projeto de combate às drogas da Policia Federal e o Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE, entre professores e coordenadores. Contudo, dos dezoito projetos apresentados, apenas sete foram mencionados pelos coordenadores e professores, isso mostra que a eficácia e a efetividade dessas ações estão distante do alcance das unidades de ensino.

6.7 ANÁLISE DOCUMENTAL

Quanto ao levantamento dos casos de violência vivenciados nas instituições de ensino pesquisadas, verificou-se que constam nos registros as seguintes ocorrências discriminadas no quadro abaixo:

Quadro 3- Levantamento do registro de violência da E.E Antonio Munhoz Lopes

(continua)

ANO DE 2018		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
INDISCIPLINA	11	Diálogo com os estudantes envolvidos
DEPREDAÇÃO	10	Solicitada a presença dos responsáveis
ALUNO FORA DE SALA	4	Solicita presença dos responsáveis
	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
ALUNO QUE NÃO FREQUENTA AULA	5	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO FÍSICA	4	Dialogo com os estudantes envolvidos
	2	✓ Acionamento do Policiamento escolar
AGRESSÃO FÍSICA C/ ARMA BRANCA	2	✓ Acionamento do Policiamento escolar
	1	Encaminhado para Política de Reconciliação
AGRESSÃO VERBAL ALUNOX ALUNO	1	Encaminhado para coordenação pedagógica
AUTORITARISMO DOCENTE	3	Diálogo com os professores envolvidos
INVASÃO	1	Comunicado a Direção Escolar
AMEAÇA	2	Diálogo com os estudantes envolvidos
USO DE CIGARRO	2	Solicitada a presença dos responsáveis
ARMA DE BRINQUEDO	1	Solicitada a presença dos responsáveis e encaminhado ao órgão jurídico.
DESRESPEITO AO FUNCIONÁRIO	1	Encaminhado para coordenação pedagógica
	1	Solicitada a presença dos responsáveis
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR	4	Conversa com o setor pedagógico e professores
ROUBO NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA	1	Registro em ATA
	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
FURTO	1	Verificado através das câmeras pela direção e acionamento da presença dos responsáveis

Quadro 3- Levantamento do registro de violência da E.E Antonio Munhoz Lopes

(Conclusão)

ANO DE 2018		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
ROUBO C/ ARMA	2	✓ Acionamento do Policiamento escolar
	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar Encaminhado a Delegacia
FURTO NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
	1	Registro em ATA
BRIGAS COM ARMA BRANCA	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
ACIDENTE	1	Acionamento do SAMU
DEPRESSÃO	1	Comunicado aos professores
BULLYING	1	Comunicado aos professores e coordenação pedagógica
ABANDONO DE MENORES	1	Acionamento do Conselho Tutelar e PCE
PRESENÇA DE ESTRANHOS NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
ANO 2019		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
ROUBO	1	✓ Acionamento do Policiamento escolar
	3	Diálogo com os estudantes envolvidos
INDISCIPLINA	3	Solicitada a presença dos responsáveis
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR	2	Conversa com o setor pedagógico e professores
BULLYING	2	Encaminhado para coordenação pedagógica
AGRESSÃO FÍSICA	1	Diálogo com os estudantes envolvidos
AGRESSÃO VERBAL ALUNOX ALUNO	1	Encaminhado para coordenação pedagógica
AMEAÇA C/ ARMA BRANCA	1	Encaminhado para coordenação pedagógica
AUTOMUTILAÇÃO	1	Encaminhado para coordenação pedagógica
AUTORITARISMO DOCENTE	1	Diálogo com os professores envolvidos

Fonte: Própria autora

Quadro 4- Levantamento do registro de violência da E.E Antonio Ferreira Lima Neto

ANO 2017		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
INDISCIPLINA	22	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO VERBAL ALUNO X ALUNO	14	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO FÍSICA	12	✓ Solicitada a presença dos responsáveis e Policiamento Escolar
BULLYING	8	Solicitada a presença dos responsáveis
AMEAÇA	6	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO VERBAL ALUNO X PROFESSOR	5	Solicitada a presença dos responsáveis
ROUBO NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA	3	Comunicado ao responsável
DERESPEITO AO FUNCIONÁRIO	2	Solicitada a presença dos responsáveis
FURTO NA ESCOLA	1	✓ Solicitada a presença dos responsáveis e Policiamento Escolar
ANO 2018		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
INDISCIPLINA	19	Solicitada a presença dos responsáveis
BULLYING	12	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO VERBAL ALUNO X ALUNO	9	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO FÍSICA	5	✓ Solicitada a presença dos responsáveis e Policiamento Escolar
FURTO NA ESCOLA	4	Solicitada a presença dos responsáveis
AMEAÇA	4	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO VERBAL ALUNO X PROFESSOR	2	Solicitada a presença dos responsáveis
ROUBO NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA	1	Comunicado ao responsável
DERESPEITO AO FUNCIONÁRIO	1	Solicitada a presença dos responsáveis
ANO 2019		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
INDISCIPLINA	9	Solicitada a presença dos responsáveis
BULLYING	5	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO VERBAL ALUNO X ALUNO	5	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO FÍSICA	4	Solicitada a presença dos responsáveis
AUTO MUTILAÇÃO	3	Solicitada a presença dos responsáveis
AMEAÇA	2	Solicitada a presença dos responsáveis
DESRESPEITO AO FUNCIONÁRIO	1	Solicitada a presença dos responsáveis
AGRESSÃO VERBAL ALUNO X PROFESSOR	1	Solicitada a presença dos responsáveis

Fonte: Própria autora

Quadro 5- Levantamento do registro de violência da E.E Maria do Carmo Viana dos Anjos

ANO 2017		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
AGRESSÃO FÍSICA	3	Diálogo com os estudantes e família
AGRESSÃO VERBAL	3	Diálogo com os estudantes e família
BULLYING	2	Ciclo de palestras
AMEAÇA	2	Diálogo com os estudantes e família
ANO 2018		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
AGRESSÃO FÍSICA	3	Diálogo com os estudantes e família
AMEAÇA	1	Diálogo com os estudantes e família
ANO 2019		
SITUAÇÃO	Nº	PROVIDÊNCIAS
BULLYING	1	Diálogo com os estudantes e família
DESACATO	1	Diálogo com os estudantes e família
AGRESSÃO FÍSICA	1	✓ Acionamento do Policiamento Escolar

Fonte: Própria autora

Descritas as situações de casos de ocorrências registrados nos livros ATA de cada instituição, se fez necessária a análise em relação ao lançamento das ocorrências feitas pelo serviço do Policiamento Escolar em sua base de dados, está que foi respondida via ofício (ANEXO F). Mediante as informações têm-se paralelo dos registros da polícia os registros específicos de acionamento do policiamento escolar feitos e anotados pela escola, que será apresentado no quadro a seguir:

Quadro 6- Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Antônio Munhoz Lopes nos anos de 2018/2019

	POLICIAMENTO ESCOLAR DO 2º BATALHÃO	E.E ANTÔNIO MUNHOZ LOPES
2017	❖ Os registros enviados pela polícia, não discriminam as escolas, somente as atividades desenvolvidas, o período e o número de ações.	❖ Não têm registro visto que a escola inaugurou em 2018.
2018	A) 3 vias de fato B) 3 ameaças C) 3 roubos D) 1 comercialização de substância supostamente entorpecente E) 1 consumo de substância supostamente entorpecente F) 1 descumprimento de ordem judicial G) 3 furtos H) 1 invasão na escola I) 1 menor em situação de risco J) 1 tentativa de roubo	A) 3 vias de fato B) Ameaça registrada pela escola não informa acionamento do policiamento escolar. C) 3 roubos D) Não averbado em ATA E) 2 uso de cigarro, porém não informada o acionamento do PCE F) 1 descumprimento de ordem judicial G) 3 furtos com acionamento do PCE H) 1 invasão registrado com comunicada a Direção I) 1 menor em situação de risco J) 1 roubo com acionamento do PCE
TOTAL	20 REGISTROS	13 REGISTROS
2019	Os registros enviados pela polícia, não têm lançamentos em intervenções feitas nessa unidade.	A) 3 ameaças B) 1 roubo
TOTAL	***	4 REGISTROS

Fonte: Própria autora

Quadro 7- Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Antônio Ferreira Lima Neto nos anos de 2017/2018/2019

(continua)

	POLICIAMENTO ESCOLAR DO 2º BATALHÃO	E.E ANTÔNIO FERREIRA LIMA
2017	❖ Os registros enviados pela polícia, não discriminam as escolas, somente as atividades desenvolvidas, o período e o número de ações.	A) 12 agressões físicas B) 1 furto na escola
TOTAL	***	13 ocorrências

Quadro 7- Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Antônio Ferreira Lima Neto nos anos de 2017/2018/2019

(conclusão)

	POLICIAMENTO ESCOLAR DO 2º BATALHÃO	E.E ANTÔNIO FERREIRA LIMA
2018	A) 2 Ameaças B) 1 Apoio ao SAMU C) 2 Invasão da escola D) 4 Vias de fato E) 1 Rixa F) 4 Roubo G) 1 Furto H) 2 Tentativas de furto	D) 4 vias de fato E) 1 rixa
TOTAL	17 ocorrências	5 ocorrências
2019	Os registros enviados pela polícia, não têm lançamentos em intervenções feitas nessa unidade.	A escola não possui em seus registros lançamentos de chamadas do Policiamento escolar
TOTAL	***	***

Fonte: Própria autora

Quadro 8- Comparação dos registros do Policiamento Escolar e da E.E Maria do Carmo Viana dos Anjos nos anos de 2017/2018/2019

	POLICIAMENTO ESCOLAR DO 2º BATALHÃO	E.E MARIA DO CARMO VIANA DOS ANJOS
2017	❖ Os registros enviados pela polícia, não discriminam as escolas, somente as atividades desenvolvidas, o período e o número de ações.	❖ A escola não possui em seus registros lançamentos de chamadas do Policiamento escolar
2018	A) 1 ameaça B) 2 Consumo de substâncias entorpecentes C) 5 furtos D) 1 lesão corporal E) 1 roubo F) 1 desacato G) 1 Recuperado objeto de furto	A escola não possui em seus registros lançamentos de chamadas do Policiamento escolar
TOTAL	12 ocorrências	***
2019	Os registros enviados pela polícia, não têm lançamentos em intervenções feitas nessa unidade.	1 agressão física com acionamento do PCE
TOTAL	***	1 ocorrência

Fonte: Própria autora

Com a análise documental podemos dimensionar as lacunas que existem na organização dos registros, dificultando a análise do contexto em que estão inseridas as escolas diante o enfrentamento dos casos de violência na escola. O discurso é desconforme aos documentos que registram o conjunto de problemas que a escola enfrenta. Um exemplo claro disso, é quando expresso na fala de professores e alunos o surgimento das drogas nas dependências das escolas, acarretando uma série de problemas inerentes a esse comportamento, porém o que se observa é que nos registros das escolas pouco se atenta as transcrições desses atos, ficando apenas na argumentação, o contexto falado sobre as manifestações de violência são divergentes aos documentos que comprovam e registram essas ações, para que assim se materialize ações mais contundentes para mudar essa realidade.

Uma das consequências desse despreparo em lidar com as informações documentais é incluir essa temática na formação da agenda de Políticas Públicas, Rua (2012) esclarece que a agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse. Muito se fala da proporção que toma às notícias ligada a violência escolar, de fato é perceptível a intensificação dessas divulgações cada vez mais acometidas de lamentáveis acontecimentos violentos, que chocam toda uma sociedade e dão uma maior dimensão para discussão da superação desse problema, visto a comoção social em tornar o assunto relevante para a discussão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre o diagnóstico desenvolvido neste trabalho percebemos que a análise das causas e das relações que produzem comportamentos violentos no interior da instituição escolar, demanda um reconhecimento da especificidade das formas de manifestação para que assim, se possa atuar diante o problema, percebe-se que este problema não está relacionado a um único fator, esse fenômeno se apresenta de forma heterogênea envolvem questões, sociais, abrangendo aspectos familiares, o contexto onde a escola está inserida e a atuação do poder público. Dessa forma, para solucionar esse problema, é preciso, antes de tudo, reconhecer os diferentes aspectos de suas manifestações, as experiências vividas pelo aluno na escola e relevar as experiências fora dela, como no seio familiar e na convivência social, para que assim, possa se definir um conjunto de ações participativas entre os envolvidos: os familiares, os profissionais da escola, os próprios alunos e o Estado. Contudo, percebe-se que o reconhecimento conceitual desse fenômeno, em geral, se faz de forma limitada, associada aos fatores externos à escola, tendo em conta que não se pode negligenciar essa influência, porém é importante a compreensão da abrangência do processo que constituem esse cenário e reconhecer a violência como um componente da vida social e também das instituições, tal como a escola.

Diante da fragilidade de compreender as distintas formas de violência que ocorrem no meio escolar, observamos que a definição do contexto relatada nas escolas está diretamente ligada aos reflexos da desestruturação social, e isso se verifica no relato dos sujeitos entrevistados quando relacionam o contexto de violência escolar as manifestações de indisciplina, uso de entorpecentes, conflitos interpessoais cada vez mais violentos, estamos certos da influência da violência comunitária e urbana sobre a escola, mas passa despercebido, ou naturalizado, os outros aspectos, tais como: violência simbólica, pouco reconhecida pelos professores, e demais profissionais, também a violência contra o patrimônio, esta que se apresenta tanto pela depredação do prédio, quanto pela violência estrutural, diz respeito às diferentes formas de manutenção das desigualdades que verificamos em relação à estrutura física, dos equipamentos adequados, ao acesso ao material didático, ou seja, as condições ainda precárias ao ensino público brasileiro. Assim, se a escola não se reconhecer com vítima e agente desse contexto, seus desafios

para lidar tanto com a crise da educação quanto a intensificação das manifestações da violência, serão problemáticas, pois ambas as crises se retroalimentam mutuamente e a escola não consegue direcionar possibilidades de lidar com as formas de violência que ali se manifestam, nem identificar setores da área educacional que teria que se articular para enfrentar tamanho desafio.

Quando perguntado aos professores de que forma as expressões de violência implicam no seu cotidiano escolar os mesmos destacaram o aspecto da segurança. As políticas públicas desenvolvidas ao longo de vários anos, no Brasil, acabaram sucateando as escolas e promovendo uma crescente desvalorização social do professor. Isto pode ser pensado aqui, como desrespeito aos direitos humanos, não somente dos professores, mas também dos alunos, de seus pais e de toda a sociedade, perante as circunstâncias.

Tanto a violência que adentra os muros da escola quanto ao que se exerce no seu interior, passa a fazer parte do cotidiano escolar, modificando uma realidade para qual toda a comunidade perpassa, isso se percebe quando através da análise de campo se vê toda uma caracterização para garantir segurança nas escolas, distanciando a comunidade de conviver no espaço escolar. Essas decisões demonstram um fato, na prática, muito comum: dificilmente se presume uma abordagem que envolva mudanças no planejamento, e nas ações pedagógicas ou curriculares da própria escola. Com iniciativas que incluam a participação da família e da comunidade, tanto na situação de sujeito passíveis de proteção quanto na de sujeitos na garantam condições necessárias ao desenvolvimento de seu filho, o que foi muito mencionado pelos professores quando lhes indagados sobre as medidas necessárias no combate a violência escolar.

Constatamos também nessa pesquisa a fragilidade em tabular os dados estatísticos aos registros documentais da escola, diante dessa falha recomenda-se que os registros das escolas, sigam um padrão para que dessa forma, garanta dados mais precisos para colaborar com as ações no enfrentamento da violência escolar, bem como que os órgãos co-responsáveis também garantam o suporte para que a escola se organize enquanto campo de diversas manifestações emocionais, sociais, culturais e possa redimensionar as frentes para esse combate, não se sobrecarregando com as demandas que eclodem nesse espaço e deixando de garantir o ensino, que é sua função principal. O Governo do Estado, através da

Secretaria de Educação, começa a implementar o Programa Estadual de educação para a Paz- EPAZ, é uma estratégia para enfrentar as diversas situações de violência que ocorrendo dentro das escolas da rede estadual de ensino. Criado em 2017, através do programa, as escolas alimentam o sistema de informação com os casos de violência ocorridos nas instituições e assim, através dessas ocorrências o EPAZ direciona seus parceiros como Tribunal de Justiça, Ministério Público, SIMS e outros órgãos que trabalham nessa frente de ação, para que de acordo com os projetos que cada parceiro desenvolve possam contribuir com as escolas.

Considera-se importante estabelecer uma rede de serviços, que atenda as mazelas da escola e ofereça suporte necessário para os profissionais da educação. O trabalho em rede é um mecanismo eficaz para a superação do quadro de violência em nossas instituições de ensino, favorece uma perspectiva ampliada das situações, possibilitam que se planejem ações compartilhadas com cada setor responsável as questões que lhes cabem, porém, há necessidade que essas parcerias estejam dentro das instituições, somando com o trabalho dos profissionais das escolas.

O programa EPAZ traz essa mensagem, um sistema em redes no combate e prevenção da violência nas escolas, porém é pouco atuante nas Instituições, em suas parcerias não contemplou as experiências do trabalho preventivo do Policiamento escolar, visto que é um programa abrangente na atuação perante as escolas, e já está nesse trabalho desde 2004, ou seja, com uma carga de informações relevantes, seja perfeitamente notável a necessidade de parceiros que se mostrem proativos para combater esse cenário, incluir o trabalho de prevenção do Policiamento escolar seria significativo.

Na percepção da policia, a insegurança em meio escolar gerou a necessidade da sua intervenção, diante da influência da violência urbana dentro das escolas, acresce-se uns dos grandes problemas encontrado nas escolas atualmente. Essas ocorrências foram relatadas tanto pelos gestores, coordenadores, e pelos próprios alunos das escolas pesquisadas, quando lhes foi indagado como se manifestam as expressões de violência em meio escolar e houve um número significativo que apontaram o aparecimento das armas brancas, uso de bebida alcoólica e o uso de entorpecentes, nas instalações da escola.

A diferença entre ato infracional e ato de indisciplina é uma importante indagação que surge no âmbito escolar, pois só depois de estabelecida esta relação, pode-se direcionar o atendimento correto pelo órgão competente, é fundamental considerar as medidas preventivas eloqüentes, não que seja inválida as ações repressivas, pois sabemos que em momentos específicos ela é necessária, quando o ato infracional acontece já é tarde demais, ele já aconteceu, no entanto se a violência é construída, então ela pode ser desconstruída. Assim, é fundamental fortalecer práticas que tratam, acima de tudo, a redução das ações da violência através de ações preventivas.

As ações do policiamento escolar são consideradas relevantes na concepção de toda comunidade escolar, entre as escolas pesquisadas o Policiamento escolar é a política mais atuante, fato retratado tanto pela fala dos diretores, coordenadores e professores, assim como pelos alunos quando em unanimidade apontaram necessária a atuação do policiamento escolar. Porém, devemos ampliar a discussão envolvendo outros atores além da polícia e da escola, também responsáveis pela proteção da criança e do adolescente. A falta de acesso a esses serviços faz com que a escola muitas vezes se sintam desamparadas para atuar com o problema, realidade apontada pelos sujeitos que participaram da pesquisa, que relatam a falta de parceria e compromisso das demais entidades envolvidas nesse processo.

Constatamos o desamparo a esses profissionais de ensino quando se verificou a oferta de capacitação ou treinamento para lidar com o quadro de violência escolar, a resposta foi uma formação deficiente, ante ao preparo da polícia que denotou treinamento proficiente e organizado, dado a especificidade de sua atuação ao contrário das escolas, que atendem uma demanda mais complexa e se sentem despreparados e desamparados para atuarem diante da diversidade dos problemas. Um programa de formação corretamente construído deve oferecer aos professores uma compreensão de como a violência se desenvolve, garantindo a estes, conhecimento para a tomada de atitudes estratégicas e para isso, uma política de formação que garanta eixos direcionados para que reconheçam a necessidade da sua intervenção, estabelecendo parceria com a família e os demais órgãos responsáveis. Notamos que a escola é um espaço que decorre inúmeras situações,

de circunstâncias físicas, psicológicas, sociais, pedagógico, enfim a escola vive com problemas múltiplos e não se sentem preparadas para lidar com essas diversidades.

Torna-se fundamental criar as bases de uma escola que tenha convicção da violência como algo estruturado socialmente e, portanto, suscetível de prevenção, uma escola que tenha diálogo e alcance aos vários recursos que possam utilizar. Suporte pedagógico adequado, formação precisa na sua área de atuação, que é sua função principal, que seus profissionais se sintam seguros em utilizar seus instrumentos como o projeto político-pedagógico, a organização curricular, o planejamento de acordo com suas peculiaridades, programa de eventos pedagógicos, entre outros, estes instrumentos devem apoiar as ações inerentes à escola. Por fim, apresenta-se um quadro com recomendações que surge a partir da demanda observada em campo, direcionado aos órgãos que atuam no combate à violência no âmbito escolar.

Quadro 9- Recomendações aos Órgãos Institucionais na prevenção e combate a violência escolar

(continua)

DIMENSÕES		RECOMENDAÇÕES
SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SEED-AP		1- Formação para que as escolas possam identificar as formas distintas de violência que ocorrem no meio escolar, redimensionando quais setores dariam assistência para as instituições. 2- Suporte para que as escolas utilizem prioritariamente seus instrumentos pedagógicos no combate a violência. 3- Incluir o trabalho preventivo do Policiamento escolar na parceria do Programa E-PAZ 4- Elaborar procedimento de registro padrão para as escolas.
ESCOLAS	Instituição	1- Reconhecer as diferentes manifestações e conhecimento para a tomada de atitudes estratégicas. 2- Utilize instrumentos inerentes às práticas pedagógicas como PPP, Regimento Escolar, Planejamento e projetos pedagógicos que os auxiliem na problemática da violência. 3- Promover a participação da comunidade e criando ferramentas para o acompanhamento da condição escolar dos discentes. 4 -Realizar registros padrão que garantam maior veracidade dos fatos
	Comunidade e escolar	1-Seja participativa e se faça responsável pelo processo formativo dos alunos, participando assiduamente das decisões pedagógicas e colaborando para as ações desenvolvidas na escola.

Quadro 9- Recomendações aos Órgãos Institucionais na prevenção e combate a violência escolar

(conclusão)

DIMENSÕES	RECOMENDAÇÕES
SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	1- Regularizar as ações do Policiamento Escolar como Política Pública da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, garantindo a Polícia Militar subsídios para ações dessa modalidade, não sendo apenas projeto discricionário de cada batalhão, assegurando o enquadramento das ações na agenda de Políticas Públicas. 2- Padronizar os registros estatísticos na atuação em meio escolar junto com as escolas e incluir no seu cadastro o responsável pelo acionamento, se funcionário da escola.
ÓRGÃOS COMPLEMENTARES	1- Parcerias que adentrem as Instituições de ensino e garantam ações diretas nas escolas. 2- Proporcionar segurança jurídica as medidas pedagógicas da escola no combate a violência.

Fonte: Própria Autora

Ao concluir esta pesquisa, algumas questões foram levantadas: Violência escolar é caso de polícia? A indagação foi respondida: sim, é caso de polícia quando necessária a intervenção policial em atos infracionais cometidos dentro do âmbito escolar, é caso de escola, quando prejudica o desenvolvimento pedagógico do aluno, é caso jurídico, quando se constata maus tratos, é caso psicológico, quando se notifica problemas emocionais, é caso de família, é caso social, político, cultural. Enfim, violência na escola é caso de TODOS, de cada setor coresponsável por sua atuação, e não apenas ao alcance de duas esferas que estão sobrecarregadas, principalmente a escola, que recebe uma multiplicidade dessa demanda e trabalha com as mínimas condições físicas, orçamentárias, de formação, e assim, a presente pesquisa tem como objetivo maior, despertar a necessidade de se compartilhar responsabilidades, onde todos os que fazem parte desse sistema devem atuar de forma convergente, a fim de que a proteção seja integral.

Esperamos que este trabalho possa incentivar outros estudos, outras pesquisas, diante aos desafios na problemática em torno à violência escolar, fica a indagação para estudos futuros quais elementos podem contribuir ou dificultar ações de redução/prevenção desse contexto? Que desafios têm a sociedade em compreender o processo de desenvolvimento do ser humano como sujeito social,

inserido em determinada cultura, sociedade e meio ambiente, tendo a educação como mecanismo de desenvolvimento do ser social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; RUA, M. G. **Violências nas Escolas**. Brasília: Unesco, 2002.

_____. **Escola e violência**. Brasília: Unesco, 2003.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Brasília: Missão Criança, 2005.

_____. **Drogas nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

AMAPÁ. **Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015 -2025, e dá outras providências**. Macapá, 2015. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=1907,%20de%2024/06/15>. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Lei nº2.024 de 26 de abril de 2016. Dispõe sobre o estabelecimento de regras para o combate a violência física ou moral promovida contra membros da comunidade escolar do Estado do Amapá. **Diário do Estado**, Macapá, 26 abr. 2016. Disponível em: <<https://pm.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/organizacao>>. Acesso em: 29 abr.2019.

_____. PMAP. A Lei Complementar nº 105, de 22 de Setembro de 2017. **Diário do Estado**, Macapá, 22 set. 2017. Disponível em: <<https://pm.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/organizacao>>. Acesso em: 24 abr de 2019.

_____. PMAP. Polícia Militar do Amapá. **Breve Histórico da PMAP**. Macapá, 2019. Disponível em: < <http://www.pm.ap.gov.br/Historico.html>.> Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. **Sistema de Informação de Agressão e Violência (Siave)**. Relatório 2016. Macapá, 2016. Disponível em: <<http://www.siave.seed.ap.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov.2017.

AQUINO, J. G. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. [S.l]: Cadernos Cedes, 1998.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. & AVANCI, J. **Resiliência**: enfatizando a proteção na adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **A violência familiar produzindo reversos**: problemas de comportamento em crianças escolares. Rio de Janeiro: Claves/Fiocruz, 2007.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação: Fiocruz, 2010.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre Educação e Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Sobre Educação e Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EdUSP, 2001.

BORGES, C. M. F. **Os professores da Educação Básica de 5ª a 8ª séries e seus saberes profissionais**. 2003. 256f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

BORGES, E. G. F. **A violência nas escolas, o trabalho da formação ameaçado por uma questão de segurança pública**. 2003. 66f. Monografia (Especialização em Criminalidade e Segurança Pública) – Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/portals/portal/institucional//def_salas_apoio.php>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Lei 6270/75. Cria as Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, disciplina as organizações básicas, fixa os respectivos efetivos, e dá outra providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6270.htm>. Acesso em: 02 mar.2019.

CANDAU, V. M. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001.

CAPPI, R. **Paz nas escolas: o papel da polícia**. Paper produzido para o programa “Paz nas Escolas”, 2001.

CASTRO, M. O estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. **Revista da Faculdade de Educação**, v.6, n.8, p.33-37, 1998.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, p.432-442, 2002.

CHARLOT, B; ÉMIN, J-C. **Violences à l'école- état des saviors**. Paris: Masson & Armand Colin éditeurs, 1997.

CHENAIS, J-C. **Histoire de la violence**. Paris:Robert Laffont, 1981.

COUTO, K.G. **Violência e escola**: o que pensam os diferentes atores sociais sobre a intervenção policial na instituição escolar. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DALFOVO, M. S; LANA, R. A; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2008.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. **Violência nas escolas**: dez abordagens europeias. Brasília: UNESCO, 2002.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DUPÂQUIER, J. La violence em milieu scolaire. In: **Éducation et formation**: enfants et adolescents en difficulté. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FERREIRA, A. L. et al. **Crianças e adolescentes em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba, PR: IESDE, 2012.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

FUKUI, L. Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, v.22, n. 79, p. 68-76, 1991.

GATTI, B. A. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.44, n. 98, p. 85-90, ago. 1996.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, v.12, n.25, p.33-38, dez. 2004.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. São Paulo: DIFEL, 2000.

GUIMARÃES, Á. M. **A dinâmica da violência escolar**: conflito e ambigüidade. São Paulo: Campinas, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) - 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) - 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KRUG, E. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: OMS, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, F. L.S; PEREIRA, L.C. **Territórios, sujeitos e força policial**: pontos sobre a história da Polícia Militar do Amapá (1973 - 1977). Belém: IESP, 2014.

MARX, K. **O capital**. L I, v. I. t II. São Paulo: Abril, 1984.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

MORAES, P. R. B. **Juventude, medo e violência**. Curitiba: Digit. Ciclo de Palestras Direito e Psicanálise, 2005.

OLIVEIRA, W. J. M. **A policialização da violência em meio escolar**. 2008. 244f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ORTEGA, R. O projeto de Sevilha contra a violência nas escolas: um modelo de intervenção educacional de natureza ecológica. In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. **Violência nas escolas**: dez abordagens européias. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. Programas educacionais de prevenção da violência escolar na Espanha: o Modelo Sevilha Anti-Violência escolar. In: **Desafios e Alternativas: violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003.

PRIOTTO, E. P. Violência escolar: Políticas públicas e práticas educativas. **Anais do III Congresso Ibero-americano sobre violência nas escolas**. Curitiba: Campagnat, 2008.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRONASCI. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 2. ed. Brasília: SENASP, 2008.

ROLIM, M. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. Oxford, UK: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, Rio de Janeiro, 2006.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 30. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SOUSA, G. D. **Violência ao docente na escola: narrativa de professora agredida pelo aluno**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. In: CARVALHO, J. S. **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, p.22-27, jul./dez., 2003.

WEBER, M. Os tipos de dominação legítima. In: COHN, G. **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro das Entrevistas com Policiamento Escolar



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ- REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA- PROPGPQ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS- CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS – MPPPP

ROTEIRO DE ENTREVISTA

➤ **POLICIA**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
<p>1 Nome:</p> <p>2 Idade:</p> <p>3 Sexo:</p> <p>4 Formação:</p> <p>5 Natureza da ocupação:</p> <p>6 Qual seu tempo de serviço na Polícia Militar?</p> <p>7 Qual seu tempo no policiamento escolar?</p>
PARA O COMANDANTE DO POLICIAMENTO ESCOLAR
<p>-De que forma a polícia articula soluções para o problema da violência escolar envolvendo a escola?</p> <p>-Qual é a característica da criminalidade nas escolas atendidas? Quais os elementos causadores do problema?</p> <p>- A que ponto deve ocorrer a ação da polícia ante ao contexto de violência das/nas escola?</p> <p>-Qual deve ser o perfil do policial?</p> <p>-É necessário possuir formação específica?</p> <p>-Para você, os eixos norteadores que preceituam a atuação policial dessa formação colaboram para sua atuação?</p> <p>-De que forma a capacitação policial dá suporte para que os agentes de segurança pública atuem nas escolas? Os eixos norteadores que preceituam essa intervenção são claros na percepção da polícia?</p> <p>-Para você, as ações de prevenção policial como palestras, surtem mais efeito que as ações repressivas?</p> <p>-As medidas administrativas da escola dão suporte ao trabalho do policiamento escolar?</p>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
<p>1 Nome:</p> <p>2 Idade:</p> <p>3 Sexo:</p> <p>4 Formação:</p> <p>5 Natureza da ocupação:</p> <p>6 Qual seu tempo de serviço na Polícia Militar?</p> <p>7 Qual seu tempo no policiamento escolar?</p>
POLICIAIS ATUANTES NO POLÍCIAMENTO ESCOLAR
<p>-Para você como se dá o contexto de violência nas Instituições de Ensino?</p> <p>-A sua chegada na escola foi uma demanda dos estabelecimentos de ensino ou iniciativa da polícia?</p> <p>-Que doutrina operacional tem orientado o seu trabalho nas escolas?</p> <p>-Que tipos de serviços são oferecidos para atuar diante da violência escolar?</p> <p>-A sua formação policial capacita-o atuar nas escolas? Para você, os eixos norteadores dessa formação colaboram para sua atuação?</p> <p>-Para você de que forma a escola e comunidade podem contribuir para amenizar essa problemática?</p> <p>-Quando acionados você identifica e orienta o que cabe ou não a ação da polícia?</p> <p>- Você já sentiu um clima de hostilidade com sua presença nas escolas?</p> <p>-As escolas ofertam tratamento e atendimento adequado ao trabalho da polícia?</p>

APÊNDICE B- Roteiro de Entrevistas nas Escolas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ- REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA- PROPGPQ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS- CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

ROTEIRO DE ENTREVISTA

➤ ESCOLA: _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
1 Nome: 2 Idade: 3 Sexo: 4 Natureza da ocupação: 5 Formação: 6 Qual seu tempo de serviço? 7 Quanto tempo atua nesta escola?
ENTREVISTA
GESTORES
-Na sua concepção, o que é violência escolar? -No seu entendimento, por que existe violência na escola? Quais tipos que mais se manifestam nesta unidade? -Quais medidas tomadas pela Gestão para inibir os casos de violência na escola? -Quais medidas a escola utiliza para aproximar a comunidade escolar, os pais nas decisões da escola no combate a violência? -A escola já foi contemplada com políticas publicas no combate a violência escolar? Quais? - Já foi oferecido algum tipo de serviço, capacitação, formação continuada, alguma atividade no combate e atuação em situações de grave ameaça contra funcionários e alunos? -Quais situações são acionados o Policiamento Escolar? -De que forma a escola contribui para ação da policia? -Você acha que a ação da policia interfere na autonomia da escola?

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome:
2 Idade:
3 Sexo:
4 Natureza da ocupação:
5 Formação:
6 Série/Disciplina que leciona:
7 Qual seu tempo de serviço?
8 Quanto tempo atua nesta escola?

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

- No seu entendimento, por que existe violência na escola? Como ocorre esse contexto nesta unidade de ensino?
- Quais as medidas utilizadas para contenção da violência na escola?
- Qual a relação entre as instituições: policial e escolar?
- Quais instrumentos a escola utiliza para subsidiar suas ações pedagógicas no combate a violência, tais como livro ATA, Projeto político Pedagógico, Regimento Escolar?
- Houve discussões com os aluno(a)s sobre a presença da polícia na escola?
- Quais desses programas e/ou projetos a escola já foi contemplada:
- Escola Restaurativa do Ministério Público
 - Programa de Mediação Escolar, do Tribunal de Justiça
 - O projeto FETRAN pedagógico, da Polícia Rodoviária Federal
 - Projeto de Combate às Drogas nas Escolas da Polícia Federal
 - PROERD, Polícia Militar
 - Policiamento escolar, Polícia Militar
 - Programa forças no Esporte do Exército Brasileiro
 - Programa Aozinho, da SEJUSP
 - Os projetos "Criança Feliz" e "Namoro sem violência, da Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS)
 - O programa Saúde na Escola da SESA
 - O programa "Capoeira na escola da SEDEL
 - Projeto "Conhecendo nossa história: da África ao Brasil, da SEAFRO
 - Programa Nacional de Educação Empreendedora, do SEBRAE
 - Projeto Cozinha Brasil, do Sesi
 - OAB vai à Escola, da Ordem dos Advogados do Brasil
 - Projeto "Namoro Blindado" da Igreja Universal
 - Projeto Combate a homofobia, que visa combater a prática do preconceito e homofobia nas escolas.
 - Outros: _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome:
- 2 Idade:
- 3 Sexo:
- 4 Natureza da ocupação:
- 5 Formação:
- 6 Série/Disciplina que leciona:
- 7 Qual seu tempo de serviço?
- 8 Quanto tempo atua nesta escola?

PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

- Na sua opinião, existe alguma diferença entre violência DA escola, e violência NA escola?
- Já foram vítimas de alguma violência na escola e de que tipo de violência?
- Quais são os principais problemas decorrentes as práticas de violência no cotidiano escolar? Em sua opinião, quais medidas poderiam ser tomadas para amenizar o problema?
- Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc) para o combate a violência na escola nos últimos dois anos?
- O que você acha da presença dos policiais na escola?
- Os alunos estão seguros com a presença do policiamento Escolar?
- Para você, qual a política Pública mais atuante nessa Unidade de Ensino no combate a violência, enumeradas abaixo:
 - () Escola Restaurativa do Ministério Público
 - () Programa de Mediação Escolar, do Tribunal de Justiça
 - () O projeto FETRAN pedagógico, da Polícia Rodoviária Federal
 - () Projeto de Combate às Drogas nas Escolas da Polícia Federal
 - () PROERD, Polícia Militar
 - () Policiamento escolar, Polícia Militar
 - () Programa forças no Esporte do Exército Brasileiro
 - () Programa Alozinho, da SEJUSP
 - () Os projetos "Criança Feliz" e "Namoro sem violência, da Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS)
 - () O programa Saúde na Escola da SESA
 - () O programa "Capoeira na escola da SEDEL
 - () Projeto "Conhecendo nossa história: da África ao Brasil, da SEAFRO
 - () Programa Nacional de Educação Empreendedora, do SEBRAE
 - () Projeto Cozinha Brasil, do SESI
 - () OAB vai à Escola, da Ordem do Advogados do Brasil
 - () Projeto "Namoro Blindado" da Igreja Universal
 - () Projeto Combate a homofobia, que visa combater a prática do preconceito e homofobia nas escolas.

APÊNDICE C- Roteiro dos Questionários aos Alunos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ- REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA- PROPGPQ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS- CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

QUESTIONÁRIOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
Nome: Idade: Sexo: Escolaridade: Há quanto tempo estuda na escola:

QUADRO I

	SIM	NÃO
Você se sente seguro na escola?		
Você acha necessária a ação do Policiamento Escolar?		
Você participa ativamente das decisões da escola?		
Já foram vítimas de alguma violência na escola?		
Você já presenciou alguma cena de violência na escola?		

QUADRO II

As manifestações de violência na escola são: <input type="checkbox"/> frequentes <input type="checkbox"/> as vezes <input type="checkbox"/> rara <input type="checkbox"/> nunca
De que forma a violência é expressa: <input type="checkbox"/> Briga entre alunos <input type="checkbox"/> Bullying <input type="checkbox"/> Cyberbullying (atuais e avançadas tecnologias da informação e comunicação para constranger, humilhar e maltratar pessoas) <input type="checkbox"/> atitude de alunos com professores e demais funcionários <input type="checkbox"/> atitudes de professores e demais funcionários com alunos <input type="checkbox"/> depredações das instalações <input type="checkbox"/> uso de entopercentes nas dependências da escola <input type="checkbox"/> uso de bebidas alcoólicas <input type="checkbox"/> armas brancas <input type="checkbox"/> armas de fogo <input type="checkbox"/> atitudes arbitrarias da Direção e Coordenação Pedagógica
Você acredita que a escola é um local favorável a aprendizagem e a convivência: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
Como você classifica a atuação do Policiamento Escolar em sua escola? <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim

APÊNDICE D- Roteiro das Observações de Campo



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ- REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA- PROPGPQ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS- CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS – MPPPP**

VISITA DE CAMPO

ESCOLA: _____

DATA: _____

HORÁRIO: _____

• **OBSERVAÇÕES NA ESCOLA**

	SIM	NÃO
Existência de muros que ofereçam segurança		
Controle de entrada e saída de alunos		
Controle de entrada e saída de estranhos		
Portões externos trancados durante as aulas		
Vigilância no período diurno		
Vigilância no período noturno		
Salas com equipamentos de maior valor trancadas		
A escola tem sistema de segurança (câmeras)		
Sinais de depredação		
Iluminação externa adequada		
Alunos uniformizados para identificação		
Medidas da escola para proteção dos alunos nas imediações		

ANEXOS

ANEXO A- Certificado do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIFICADO

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá

Pesquisador Responsável: NATALIA ROSS NAZARE MARQUES

CAAE: 07361818.1.0000.0003

Submetido em: 24/01/2019

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Situação da Versão do Projeto: Parecer Consubstanciado Emitido (Aprovado)

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Certificamos que o Projeto cadastrado está de acordo com os Princípios Éticos na Experimentação Humana, adotados pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em reunião realizada em 22/03/2019.

Macapá, 22 de março de 2019


Prof.^a Dra. Raphaelle Souza Borges

Raphaelle Souza Borges
Comitê de Ética em Pesquisa
Portaria 051/2015

Coordenadora - CEP-UNIFAP

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa/PROPESPG
Portaria nº 051/2015

ANEXO B- Modelo da Carta de Anuência



Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ao Sr (a)
 Nome
 Função
 Senhor (a),

Cumprimentando-o cordialmente, solicitamos autorização institucional do seu Gabinete para realização da pesquisa Intitulada: **“VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá”**. Vinculada a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas do **Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE)**, em convênio com a SEED/AP pela mestranda **NATALIA ROSS NAZARÉ MARQUES**, residente e domiciliada na Av. Armando Tupan A. de Abreu, 15 Bairro São Lázaro. Funcionária Pública, que está devidamente matriculada e cursando no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas/ UECE, com observações e entrevistas a serem realizadas com integrantes da Companhia de Policiamento Escolar do 2º Batalhão, bem como análise de documentos oficiais a fim de perceber as dinâmicas funcionais utilizadas e a relação com a sociedade a ser pesquisada. A pesquisa ocorrerá no período do 1º semestre 2019 sob a orientação do **Professor-Doutor Alexandre Gomes Galindo**.

O objetivo geral é investigar como se constrói a parceria Polícia e escola na busca de elucidar soluções sobre atos de violência que afetem negativamente a escola e os meios a ela relacionados. Como também, verificar a estruturação do trabalho da polícia no combate à violência nas escolas. Além disso, verificar de que forma a comunidade escolar reconhece a importância da ação do policiamento escolar e sua efetividade, visando identificar ações educativas/ que norteie as escolas em parceria com a polícia, na busca de elucidar soluções sobre atos de violência que afetem negativamente a escola e os meios a ela relacionados.

Certos de vosso apoio e colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá, ____ de _____ de _____.

Natalia Ross Nazaré Marques
 Aluna-mestranda UECE

() Autorizamos a solicitação

() Não autorizamos a solicitação

ANEXO C- Termo de Autorização para Realização da Pesquisa



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
E.E. ANTÔNIO MUNHOZ LOPES

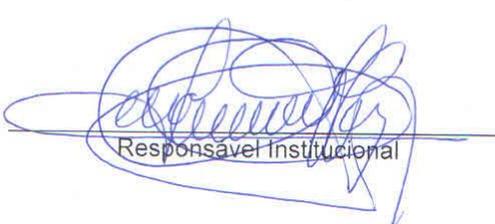
AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, ANGELA MARIA BRITO COELHO, abaixo assinado, Diretora da E.E. Antônio Munhoz Lopes, autorizo a realização do estudo "**VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá**", a ser conduzido pela pesquisadora NATALIA ROSS NAZARÉ MARQUES, no período de janeiro a julho de 2019.

Fui informada, pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa bem como das informações necessárias para a realização desta.

Macapá, 23 de Janeiro de 2019.


Responsável Institucional



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
E.E. ANTÔNIO FERREIRA LIMA NETO

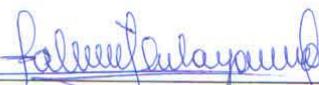
AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, SALIME YUME BORGES SHIBAYAMA, abaixo assinado, Diretora da E.E. Antônio Ferreira Lima Neto, autorizo a realização do estudo **“VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá”**, a ser conduzido pela pesquisadora NATALIA ROSS NAZARÉ MARQUES, no período de janeiro a julho de 2019.

Fui informada, pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa bem como das informações necessárias para a realização desta.

Macapá, 24 de janeiro de 2019.



Responsável Institucional

Salime Yume Borges Shibayama
Diretora

E.E. Prof. Antonio Pereira Lima Neto
Decreto nº 4372/20018-GEA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
E.E. MARIA DO CARMO VIANA DOS ANJOS

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, IRLANDO CASTRO DOS REIS, abaixo assinado, Diretor da E.E. Maria Do Carmo Viana Dos Anjos, autorizo a realização do estudo **“VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá”**, a ser conduzido pela pesquisadora NATALIA ROSS NAZARÉ MARQUES, no período de janeiro a julho de 2019.

Fui informado, pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa bem como das informações necessárias para a realização desta.

Macapá, 24 de Junho de 2019.

Irlando Castro dos Reis

Responsável Institucional

Irlando Castro dos Reis

ETI M^A do Carmo Viana dos Anjos

Diretor - DEC. 0165/2018 - GEA



ESTADO DO AMAPÁ
POLICIA MILITAR
2º BATALHÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Márcio de Souza **Quaresma**, TEN CEL QOPMC, abaixo assinado, Comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, autorizo a realização do estudo **“VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: É CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá”**, a ser conduzido pela pesquisadora NATÁLIA ROSS NAZARÉ MARQUES, no período de janeiro à julho de 2019.

Fui informado pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto da pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa bem como das informações necessárias para a realização desta.

Macapá-AP, 23 de novembro de 2018.

Márcio S. Quaresma-TEN CEL QOPMC
Comte. do 2º BPM
R-052273/FMAP


Márcio de Souza **Quaresma** – TEN CEL QOPMC

ANEXO D- Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
 (Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA?** A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá”. O objetivo deste trabalho é Investigar como se constrói a parceria Polícia e escola na busca de elucidar soluções sobre atos de violência que afetem negativamente a escola e os meios a ela relacionados. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas e questionários, previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar no âmbito de Políticas Públicas no combate a violência escolar, como se manifesta a insegurança no meio escolar identificando a relação da temática com a segurança pública. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são a total veracidade das informações para que mais se alcance a realidade do universo a ser pesquisado, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são de promover a troca de experiências e de propor formulações de ações governamentais mais contundentes para a superação da violência em nossas escolas.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (celular), 096991779010. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805, que sob o Parecer Consubstanciado nº3.216.593 aprova a execução da referida pesquisa. Assim, desde já agradecemos!

Eu _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “**VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA?** A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá”.

Macapá, _____ de _____ de 20____.

 Natália Ross Nazaré Marques
 Universidade Estadual do Ceará

 Assinatura do participante

ANEXO E- Ofício Encaminhado ao Policiamento Escolar



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGPQ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS - MPPPP**

Ofício nº 001

Macapá-AP, 25 de abril de 2019.

Da Natália Ross Nazaré Marques.**Ao** Sr. 2º Ten. QOC Silvio dos Santos Ferreira - Comandante da Companhia de Policiamento Escolar - CPE do 2º Batalhão Veiga Cabral.**Ass.:** Solicitação.

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, tendo em vista a necessidade da elaboração do capítulo que retrata sobre o Policiamento escolar da Zona Norte para elaboração da tese de dissertação da pesquisa científica do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE em parceria com Governo do Estado do Amapá, venho através deste solicitar informações referente:

- Efetivo do Policiamento Escolar
- Organização de escalas, número de viaturas.
- Números de escolas que atendem.
- Registros de violência escolar realizados por esta Companhia nas Escolas nos anos de 2017/2018/2019.
- 5 (cinco) Escolas do Ensino Médio com maiores acionamentos/intervenções do Policiamento Escolar no ano de 2018.
- Projeto de atuação do Policiamento.
- Padrão operacional (POP).

Outrossim, a pesquisa tem por objetivo verificar a estruturação do trabalho da polícia no combate à violência nas escolas, pesquisa desenvolvida por esta mestranda, com o tema: **"VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: é CASO DE POLÍCIA? A parceria entre escola e polícia no combate a violência nas escolas da Zona Norte de Macapá"**.

Atenciosamente,

Natália Ross Nazaré Marques

Natália Ross Nazaré Marques
Mestranda

Recebido em 07.05.19
Silvio dos Santos Ferreira
1º TEN QOPML

ANEXO F- Resposta do Ofício 001/2019 do Policiamento Escolar



ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA MILITAR
2º BPM-VEIGA CABRAL
BR-210, KM0, Infraero I, Macapá-AP

Ofício nº 001/2019- PCE/2ºBPM

Macapá, 09 de Maio de 2019.

A Senhora
NATÁLIA ROSS NAZARÉ MARQUES
Mestranda Profissional em Planejamento e Políticas Públicas - MPPPP.
Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Anexo: Relatório do PCE com 16 (dezesesseis) laudas e Procedimento Operacional Padrão POP 010 com 07 (sete) laudas.

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o relatório em anexo, a respeito da Organização e Funcionamento do Policiamento Escolar da Zona Norte, do 2º Batalhão Veiga Cabral, bem como o documento do Procedimento Operacional Padrão POP 010 – Policiamento Comunitário Escolar, em referência ao Ofício. nº 001/2019 Universidade Federal do Ceará – MPPPP/UECE.

Respeitosamente,

Andrei Oliveira Vieira – 1º TEN. QOPMA
Comandante da CPE/2º BPM



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA MILITAR
2º BATALHÃO VEIGA CABRAL
COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESCOLAR**

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR DO 2ºBPM

I - AÇÕES E PROJETOS

MISSÕES:

- Estreitar vínculos com a comunidade escolar;
- Intensificar as ações preventivas;
- Reduzir o índice de ilícitos nas escolas;

EFETIVO:

- Efetivo atual: 3 equipes
- Turno ativado atualmente:
- 1º turno: 7h até 15h
- 2º turno: 15h até 23h
- Quantidade atual de viaturas disponíveis: 01 viaturas.

QUANTIDADE DE ESCOLAS NA ZONA NORTE

- São 47 escolas, incluindo particulares e federais
- 17 escolas municipais + 03 anexos
- 21 escolas estaduais, IFAP e 08 escolas particulares

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR DO 2º BATALHÃO DA PMAP.

- Visita técnica de segurança as escolas; ✓
- Mediação de conflitos em ambiente escolar; ✓
- Rondas nas intermediações da escola
- Apoio a eventos da escola
- Palestras preventivas (professores, pais e alunos) ✓
- Operação escola segura

Por intermédio o 2º Batalhão Veiga Cabral, a Polícia Militar desenvolve o Policiamento Comunitário Escolar, o qual visa prevenir a violência e a prática de atos infracionais que possam ser cometidos por crianças e/ou adolescentes, objetivando, assim, a aproximação e a construção de uma cultura de paz junto à comunidade escolar.

Há diversas ações de cunho preventivo e repressivo desenvolvidas pela Companhia de Policiamento Escolar do 2º BPM.

- **OPERAÇÃO PRAÇA SEGURA:** ✓
Desenvolvida no período de recesso escolar, pois nesse período a comunidade escolar frequenta de maneira mais intensa as praças. O policiamento atua ostensivamente garantindo a segurança de todos;

- **OPERAÇÃO ÔNIBUS SEGURO:** ✓
Realizada durante todo o ano e intensificada, em período de grande circulação de bens e pessoas como férias e períodos festivos;

- **PROJETO AMIGOS DO POLICIAMENTO ESCOLAR** ✓

É um reconhecimento àqueles membros da comunidade escolar que desenvolvem projetos junto às escolas e colaboram com o Policiamento Comunitário Escolar. Visando, sobretudo, estimular a criação de novos projetos que envolvam a comunidade escolar, principalmente, as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

- **PROJETO ALUNO PADRÃO ESCRIVENDO O FUTURO** "Qual a importância da Polícia Militar e da Escola na minha vida".

Concurso de redação que envolve a Polícia, a Escola e Comunidade, em que se prestigiam, sobretudo, aqueles alunos que se destacam positivamente nas escolas. Objetiva estimular todos os alunos a seguirem o bom exemplo, isto, as atitudes do aluno padrão.

- **PROJETO AMIGOS DO ESPORTE:**

As escolas serão convidadas a participar de uma modalidade desportiva junto com a equipe do policiamento. O objetivo é incentivar a prática de atividades físicas e estreitar a relação com a comunidade escolar ganhando sua confiança para obter informações que possam auxiliar no policiamento.

Faz-se o hasteamento do pavilhão nacional;
Entoa-se o Hino Nacional;
Faz-se a atividade prevista.

- **PROJETO REDE DE APOIO À SEGURANÇA NAS ESCOLAS (Reuniões Comunitárias)**

O qual tem sido desenvolvido com as Reuniões Comunitárias (que *podem* ocorrem quinzenalmente ou mensalmente), através da parceria dos gestores e professores das escolas da nossa capital, os pais, alunos, Polícia Civil (DEIA), Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar e Lideranças Comunitárias - para buscar, conjuntamente, alternativas para a promoção de uma Segurança com Cidadania.

Além dessas reuniões temos realizado palestras nas escolas da zona norte e o que chama a atenção é o interesse de integração dos jovens, os quais pedem para resolver os problemas de violência da escola, e para construir uma política de segurança que leve em conta a cidadania de cada um. Afirmam ser necessário que

exista um esforço conjunto, principalmente em se tratando de polícia e escola. Aumentar a participação, parceria, envolvimento da comunidade nas escolas na prevenção é uma das principais cobranças dos alunos.

- **SATURAÇÃO E REFORÇO DO POLICIAMENTO:**

Policiamento voltado para a repressão de crimes e atos infracionais, por meio de abordagens, apreensões e rondas.

- **OPERAÇÃO GUARDIÇÃO ESCOLAR:**

Policiamento voltado para a repressão de crimes e atos infracionais, por meio da intensificação de abordagens, averiguações de suspeitos, apreensões e rondas no perímetro escolar.

AÇÕES E PROJETOS

- **CARTILHA POLICIAMENTO ESCOLAR;**
- **PROJETO GINGA (CAPOEIRA)**
- **PROJETO AMIGOS DO POLICIAMENTO ESCOLAR**
- **PROJETO ALUNO PADRÃO ESCRIVENDO O FUTURO** “Qual a importância da Polícia Militar e da Escola na minha vida”.
- **PROJETO AMIGOS DO ESPORTE:**
- **PROJETO REDE DE APOIO À SEGURANÇA NAS ESCOLAS (Reuniões Comunitárias)**
- **PROJETO MATOS DE COMER (Reuniões com Pais e Mestres)**
- **PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO PM**



Andrei Oliveira Vieira – 1º TEN. QOPMA
Comandante da CPE/2º BPM

2º BPM - BR 156 Km 0 – Bairro Infraero I – Macapá/AP - CEP 68.900-000 – 3212-1503
POLICIAMENTO ESCOLAR - 2101-2557 – 99173-9675
email: policiamentoescolar2bpm@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA MILITAR
2º BATALHÃO VEIGA CABRAL
COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESCOLAR - CPE

RELATÓRIO DO
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR
DOS ANOS DE 2017 A MARÇO DE 2019

MACAPÁ – AP
2019

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
POLÍCIA MILITAR
2º BATALHÃO VEIGA CABRAL
COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESCOLAR - CPE

RELATÓRIO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR 2017

1. GENERALIDADES

1.1 Efetivo atual: 03 equipes

1.2 Turno ativado:

- 1º turno: 7h até 15h
- 2º turno: 15h até 23h
- 3º turno: 21h até 03h

1.3 Quantidade atual de viaturas disponíveis: 02 viaturas.

OBS.: Começou-se a trabalhar em 03 turnos no dia 19 de agosto de 2016.

2. ATIVIDADES PREVENTIVAS:

ATIVIDADES PREVENTIVAS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
REUNIÃO COM PAIS E MESTRES	0	5	2	4	2	4	0	3	1
PALESTRAS NAS ESCOLAS	15	7	5	1	9	11	7	9	3
MEDIAÇÃO DE CONFLITO	0	0	7	3	2	1	4	3	3

3. ATIVIDADES REPRESSIVAS:

ATIVIDADES REPRESSIVAS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Rondas	71	144	162	93	93	98	95	98	385	1239
Visitas diárias	74	68	73	30	66	122	95	81	92	701
Pessoas abordadas	19	100	122	120	105	67	120	70	18	741
Pessoas conduzidas a DP	2	13	9	10	8	13	2	8	2	67
Averiguação de suspeito	3	11	32	22	28	29	15	14	8	162
B.O.	2	5	7	7	8	4	2	5	3	43
Ocorrências sem B.O.	14	16	22	11	64	152	98	106	34	517

OCORRENCIAS	TOTAL
2015	232
2016	188
2017	373

RELATÓRIO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR 2018

1. GENERALIDADES

1.4 Efetivo atual: 03 equipes

1.5 Turno ativado atualmente:

- 1º turno: 7h até 15h
- 2º turno: 15h até 23h

1.6 Quantidade atual de viaturas disponíveis: 01 viatura

OBS.: Começou-se a trabalhar em 03 turnos no dia 19 de agosto de 2016.

1.7 Quantidade de escolas federal: 01; estadual: 21; municipal: 17 e particular: 08

2. ATIVIDADES PREVENTIVAS:

ATIVIDADES PREVENTIVAS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REUNIÃO COM PAIS E MESTRES	11	3	-	2	1	2	-	1	-	20
PALESTRAS NAS ESCOLAS	11	8	15	3	6	4	7	2	1	57
MEDIAÇÃO DE CONFLITO	2	1	-	2	6	4	4	1	-	20
VISITA TÉCNICA	17	25	15	11	8	3	62	-	3	144
	41	37	30	18						

3. ATIVIDADES REPRESSIVAS:

ATIVIDADES REPRESSIVAS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Rondas	219	315	215	196	124	4	215	171	38	1497
Visitas diárias	158	60	93	61	84	7	83	50	20	596
Pessoas abordadas	5	36	35	36	20	4	38	25	7	214
Pessoas conduzidas a DP	4	3	5	4	6	-	6	3	-	31
Averiguação de suspeito	26	14	9	9	7	7	13	4	2	96
B.O.	3	4	7	3	4	-	6	3	-	30
Ocorrências sem B.O.	38	32	34	19	40	21	98	29	09	320

MATERIAL APREENDIDO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Arma branca	2		2	2	03	01	04	02	-	16
Simulacro de arma de fogo			1		-	-	-	-	-	1
Entorpecente			1		-	-	-	-	-	1
Arma de fogo					-	-	-	-	-	0

4. OCORRÊNCIAS:

OCORRÊNCIAS - ANO DE 2018		
1	Roubo	58

2	Furto	27
3	Ameaça	22
4	Ato Infracional - Vias de Fato	21
5	Vias de fato	13
6	Menor em situação de Risco	12
7	Desacato	11
8	Consumo de substância supostamente entorpecentes	9
9	Perturbação do sossego	9
10	Ato Infracional – Ameaça	8
11	Violência doméstica	8
12	Ato Infracional - Consumo de substancia supostamente entorpecentes	6
13	Rixa	6
14	Tentativa de Roubo	6
15	Abandono de incapaz	5
16	Ato Infracional - Lesão corporal	5
17	Ato Infracional - Porte de arma branca	5
18	Ato Infracional - Roubo a transeunte	5
19	Maus Tratos a Menor Incapaz	5
20	Ato Infracional - Furto	4
21	Aliciamento de menores	3
22	Ato infracional - Desacato	3
23	Comercialização de substancia supostamente entorpecentes	3
24	Invasão	3
25	Assédio sexual	2
26	Ato Infracional - Invasão de escola	2
27	Ato Infracional - Posse de simulacro de arma de fogo	2
28	Consumo de bebida alcoólica por menores de idade	2
29	Depredação do Patrimônio Público	2
30	Desaparecimento de menor	2
31	Lesão Corporal	2
32	Socorro de urgência	2
33	Ato infracional - Porte de substância entorpecente	1
34	Ato infracional - Tentativa de Lesão Corporal	1
35	Danos ao Patrimônio	1
36	Denúncia de arrastão na escola	1
37	Denúncia de assédio	1
38	Denúncia de manifestação	1
39	Disparo de arma de fogo	1
40	Porte de arma branca	1
41	Poluição Sonora	1
42	Propaganda politica irregular	1
43	Recuperado objeto de furto	1
44	Suspeita de porte de arma de fogo	1
45	Tentativa de estupro	1
46	Vandalismo	1
	Total	287

5. OCORRÊNCIAS POR ESCOLA :

Centro de Ensino Escolinha do Futuro	
Comercialização de substância supostamente entorpecentes	1
Centro Educacional Infantil Maria Imaculada	
Menor em situação de risco	1
CIODES	
Ameaça	4
Ato Infracional - Roubo	2
Furto	1
Lesão Corporal	1
Maus Tratos a Menor Incapaz	1
Roubo	11
Socorro de urgência	1
Vias de Fato	2
Tentativa de estupro	1
Violência doméstica	9
Desentendimento	1
Apoio ao Oficial de Area	1
Invasão de domicílio e ameaça	1
E. AEIOU	
Abandono de incapaz	1
E. E. Brasil Novo	
Ato Infracional - Porte de arma branca	1
Furto	1
E. E. de Tempo Integral Darcy Ribeiro	
Abandono de incapaz	1
Aliciamento sexual de menores	1
Ato infracional - Ameaça	1
Ato Infracional- Vias de fato	1
Furto	2
Rixa (praça em frente a escola)	1
E. E. Dom José Maritano	
Ameaça	1
Ato Infracional - Ameaça	1
Ato Infracional - Vias de Fato	1
Perturbação do sossego	1
Vandalismo	
Vias de fato (03 abordados)	1
E. E. Esther da Silva Virgolino	
Ato Infracional - Ameaça	2
Desacato	1
Roubo	6
Furto	1
Tentativa de Roubo	2
Vias de fato	1
E. E. José Bonifácio	
Ato Infracional - Lesão corporal	1
Ato Infracional - Vias de Fato	2
Ato Infracional-Furto	1
Consumo de substância supostamente entorpecentes	1

Denúncia de arrastão na escola	1
Furto	1
Menor em situação de Risco	1
E. E. Maria Cavalcante de Azevedo	
Ameaça	2
Ato Infracional - consumo de cigarro	1
Ato infracional - Vias de fato	2
Ato Infracional- Consumo de bebida alcoólica	1
Consumo de cigarro dentro da escola	1
Roubo	1
Vias de fato	3
E. E. Maria do Carmo Viana dos Anjos	
Ato Infracional - Ameaça	1
Ato Infracional - Consumo de substância entorpecente	2
Ato Infracional - Furto	1
Ato Infracional - Lesão corporal	1
Ato Infracional - Roubo	1
Desacato	1
Furto	1
Furto de bicicleta	1
Furto de corneta de bicicleta	1
Furto	1
Recuperado objeto de furto	1
E. E. Maria Mãe de Deus	
Ameaça	2
Ato Infracional - Lesão corporal	1
Furto	2
Lesão Corporal	1
Rixa	1
Roubo a transeunte (em frente)	1
E. E. Maria Marly e Sousa da Silva	
Denúncia de manifestação	1
Menor em situação de risco	1
Perturbação do sossego	1
E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	
Ato Infracional - Consumo de substância entorpecente	1
Ato Infracional - Furto	2
Ato Infracional - Roubo	1
Ato Infracional - Vias de Fato	1
Consumo de bebida alcólica por menores de idade	1
Consumo de substância supostamente entorpecentes	1
Desacato	1
Invasão	1
Menor em situação de risco	1
Poluição Sonora	1
Perturbação do Sossego	1
Roubo	7
Assédio sexual	1
E. E. Nossa Senhora de Nazaré	

Aliciamento de menores	1
Roubo	2
E. E. Prof Antonio Ferreira de Lima Neto	
Ameaça	2
Apoio ao Samu	1
Ato Infracional - Invasão de escola	2
Ato Infracional - Vias de Fato	4
Rixa	
Rixa	1
Roubo	4
Roubo	1
Furto	2
Tentativa de Roubo	
E. E. Prof. Antônio Munhoz Lopes	
Ameaça	2
Ato Infracional - Ameaça	1
Ato Infracional - Vias de Fato	2
Ato Infracional -Roubo	1
Comercialização de substancia supostamente entorpecentes	1
Consumo de substância supostamente entorpecente	1
Descumprimento de ordem Judicial	1
Furto	3
Roubo	1
Roubo	1
Invasão de escola	1
Menor em situação de risco	1
Roubo	2
Tentativa de Roubo	1
Vias de Fato	1
E. E. Raimunda dos Passos	
Ameaça	1
Ato Infracional - Posse de simulacro de arma de fogo	1
Ato Infracional - Vias de Fato	2
Comercialização de substancia supostamente entorpecentes	1
Consumo de substância supostamente entorpecentes	1
Depredação do Patrimônio Público	1
Furto	2
Perturbação do sossego	1
Roubo	4
Suspeita de arma de fogo	1
Vias de Fato	1
E. E. Risalva Freitas do Amaral	
Ameaça	1
Ato Infracional - Vias de Fato	1
Desacato	1
Furto	3
Roubo	3
Roubo	1
Propaganda política irregular em frente a escola	1
Ato Infracional - Consumo de substância supostamente entorpecentes	1
Vias de fato	1
E. E. Rivanda Nazaré da Silva Guimarães	

Ameaça	1
Ato Infracional - Ameaça	1
Ato Infracional - Apreensão de arma branca e cigarro	1
Ato Infracional - Consumo de substancia supostamente entorpecentes	1
Ato infracional - Desacato	1
Ato Infracional - Vias de Fato	2
Danos ao Patrimônio	1
Denúncia de assédio	1
Furto	1
Porte de arma branca (do lado fora da escola)	1
Rixa	1
Roubo	3
Ato Infracional - Porte de arma branca	1
Ato Infracional - Vandalismo	1
Objeto encontrado em via Pública	1
Vias de Fato	1
E. E. Ruth de Almeida Bezerra	
Aliciamento de menores	1
Ato Infracional - Ameaça	1
Ato infracional - Desacato	1
Ato Infracional - Posse de simulacro de arma de fogo	1
Ato Infracional - Vias de Fato	1
Desacato	1
Desacato a funcionário público	1
Furto	1
Pertubação do sossego	1
Roubo	1
Vias de fato	1
Roubo a transeunte (Proximidades da escola)	1
Vias de fato	1
E. E. Serafini Costaperaria	
Ameaça	1
Ato Infracional - Vias de Fato	1
Pertubação do trabalho e do sossego	1
Menor em situação de risco	1
E. E. Vera Lúcia Pinón	
Consumo de substância supostamente entorpecentes	1
Desacato	2
Maus Tratos a Menor Incapaz	1
Menor em situação de risco	1
Roubo a transeunte	1
Roubo de relógio e brinco de uma professora	1
E.M.E.F. Eliana Flexa	
Maus Tratos a Menor Incapaz	1
Ato Infracional- Posse de arma branca	1
E.M.E.F. Jardim Felicidade	
Ameaça	1
Ato Infracional - Lesão corporal	1
Ato Infracional - Vias de Fato	1

Consumo de substância supostamente entorpecentes	3
Roubo	3
E.M.E.F. Josafá Aires da Silva	
Furto	1
Roubo	1
E.M.E.F. José Carlos Lima e Silva	
Pertubação do Sossego	1
E.M.E.F. José Leoves Teixeira	
Ameaça	1
Ato Infracional - Lesão corporal	1
Ato Infracional - Posse de arma branca	1
Consumo de substância supostamente entorpecente	1
Desaparecimento de menor	1
Furto	1
Menor em situação de risco	1
Pedofilia	1
Tentativa de roubo	1
Venda cigarro a menor -Abordagem a pessoas (02 individuos abordados)	1
E.M.E.F. Lúcia Neves Deniur	
Abandono de Incapaz	1
Ato infracional - Porte de substância entorpecente	1
Ato Infracional - Roubo	1
Ato infracional - Tentativa de Lesão Corporal	1
Desacato	1
Desaparecimento	1
Menor em situação de risco	2
Pertubação do Sossego	1
E.M.E.F. Maria Izabel Fernandes Ribeiro	
Ameaça	1
Ato Infracional-Vandalismo	1
Furto	1
Maus Tratos a Menor Incapaz	1
Menor em situação de risco	1
E.M.E.F. Maria José de Souza e Silva	
Roubo	1
E.M.E.F. Maria Neusa do Carmo de Souza	
Roubo	1
Vias de fato	1
E.M.E.F. Maria Sandra Lobato Ferreira	
Furto	1
Maus tratos	1
E.M.E.F. Odete Almeida Lopes	
Ato infracional - Desacato	1
Perturbação do sossego	1
Rixa	1
E.M.E.F. Raimunda da Silva Virgulino	
Abandono de Incapaz	2
Ameaça	1
Depredação do Patrimônio Público	1

Depredação do Patrimônio Público	1
Roubo	1
E.M.E.F. Vera Lúcia Pinón	
Menor desaparecido	1
Disparo de arma de fogo	1
Roubo	2
E.M.E.I. AEIOU	
Abandono de Incapaz	1
Desacato	1
IFAP	
Roubo	1

6. FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIAS POR ESCOLA:

OCORRÊNCIAS - ANO DE 2018		
1	CIODES	34
2	E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	20
3	E. E. Prof. Antônio Munhoz Lopes	19
4	E.E. Rivanda Nazaré	19
5	E. E. Prof Antonio Ferreira de Lima Neto	18
6	E. E. Raimunda dos Passos	16
7	E. E. Ruth de Almeida Bezerra	13
8	E. E. Esther da Silva Virgolino	12
9	E. E. Maria do Carmo Viana dos Anjos	12
10	E. E. Maria Cavalcante de Azevedo	11
11	E. E. Risalva Freitas do Amaral	11
12	E. E. Vera Lúcia Pinón	11
13	E.M.E.F. José Leoves Teixeira	10
14	E.M.E.F. Jardim Felicidade	9
15	E.M.E.F. Lúcia Neves Deniur	9
16	E. E. José Bonifácio	8
17	E. E. Maria Mãe de Deus	8
18	E. E. de Tempo Integral Darcy Ribeiro	7
19	E. E. Dom José Maritano	6
20	E. E. Maria Neusa do Carmo de Souza	5
21	E.M.E.F. Maria Izabel Fernandes Ribeiro (Anexo)	5
22	E.E. Serafini Costaperaria	4
23	E. E. Maria Marly e Sousa da Silva	3
24	E. E. Nossa Senhora de Nazaré	3
25	E.M.E.F. Odete Almeida Lopes	3
26	E. E. Brasil Novo	2
27	E.M.E.F. Eliana Flexa	2
28	E.M.E.F. Josafá Aires da Silva	2
29	E.M.E.F. Raimunda da Silva Virgolino	2
30	Centro de Ensino Escolinha do Futuro	1
31	Centro Educacional Infantil Maria Imaculada	1
32	IFAP	1
	Total	287

RELATÓRIO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR 2019

1. GENERALIDADES

1.1 Efetivo atual: 03 equipes

1.2 Turno ativado atualmente:

- 1º turno: 7h até 15h
- 2º turno: 15h até 23h

1.3 Quantidade atual de viaturas disponíveis: 01 viatura.

OBS.: Começou-se a trabalhar em 03 turnos no dia 19 de agosto de 2016.

1.4 Quantidade de escolas: Estaduais (21), Federais (01), Municipais (17 + 3 anexos) e Particulares (08).

1.5 Início policiamento: 18/02/2019.

1.6 Relatório: de 18/02/2019 a 31/03/2019.

4. ATIVIDADES PREVENTIVAS:

ORD	ATIVIDADE	ESCOLA	BAIRRO
07	Palestras	Esc. Est. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
		E.M.E.F. Maria Neusa do Carmo de Souza	Jardim Felicidade I
		E. E. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
		E. E. Maria Mãe de Deus	Brasil Novo
		E. E. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
		E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II
		E.M.E.F. Jardim Felicidade	Jardim Felicidade I
01	Reunião com Coordenação e pais	E. E. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
40	Visita Técnica	E. E. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
		E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II
		E. E. Esther da Silva Virgulino	São Lázaro
		E. E. Ruth de Almeida Bezerra	São Lázaro
		E. E. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
		E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II
		E.M.E.F. Maria Neusa do Carmo de Souza	Jardim Felicidade I
		E.M.E.F. Maria José de Souza e Silva	Jardim Felicidade I
		E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II
		E. E. Maria Mãe de Deus	Brasil Novo
		E. E. Esther da Silva Virgulino	São Lázaro

E. E. Prof Antonio Ferreira de Lima Neto	Parque dos Buritis
E.M.E.I. AEIOU	Jardim Felicidade I
E. E. Maria Mãe de Deus	Brasil Novo
E. E. Nossa Senhora de Nazaré	Amazonas
E. E. Prof Antonio Ferreira de Lima Neto	Parque dos Buritis
E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II
E.M.E.F. Jardim Felicidade	Jardim Felicidade I
E.M.E.F. José Leoves Teixeira	Renascer
E. E. Prof Antonio Ferreira de Lima Neto	Parque dos Buritis
E.M.E.F. Vera Lúcia Pinón	Infraero II
E. E. Maria Mãe de Deus	Brasil Novo
E.M.E.F. Odete Almeida Lopes	São Lázaro
E. E. Esther da Silva Virgulino	São Lázaro
E.M.E.F. Lúcia Neves Deniur	Liberdade
E. E. Maria Mãe de Deus	Brasil Novo
E. E. Maria Cavalcante de Azevedo	Brasil Novo
E. E. Esther da Silva Virgulino	São Lázaro
E.M.E.F. Josafá Aires da Silva	Infraero I
E. E. Prof Antonio Ferreira de Lima Neto	Parque dos Buritis
E. E. Esther da Silva Virgulino	São Lázaro
Esc. Est. Risalva Freitas do Amaral	Pantanal
E. E. de Tempo Integral Darcy Ribeiro	Novo Horizonte
E.M.E.F. Maria Neusa do Carmo de Souza	Jardim Felicidade I
E. E. São Lázaro	São Lázaro
E. E. Ruth de Almeida Bezerra	São Lázaro
E. E. Raimunda dos Passos	Novo Horizonte
E. E. Rivanda Nazaré da Silva Guimarães	Novo Horizonte
E.M.E.F. Raimunda da Silva Virgulino	Novo Horizonte
E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II

5. ATIVIDADES REPRESSIVAS

AÇÕES	QUANTIDADE
Rondas	74
Visitas diárias	105
Pessoas abordadas	18
Pessoas conduzidas a DP	00
Averiguação de suspeito	02
B.O.	00

Ocorrências sem B.O.	06
----------------------	----

APREENSÕES	
MATERIAL	QUANTIDADE
Arma branca	01
Simulacro de Arma de fogo	00
Entorpecente	00
Arma de fogo	00

6. OCORRÊNCIAS: 04

QUANT	SUBTIPO	ESCOLA	BAIRRO
01	Abandono de incapaz	E. M. E. F Jardim Felicidade	Jardim Felicidade
01	Ato Infracional - Ameaça	E. E. Maria Mãe de Deus	Brasil Novo
01	Suicídio	E. M. E. F. Josafá Aires	Infraero I
01	Ato Infracional - Rixa	E. E. Maria Meriam dos Santos Cordeiro Fernandes	Jardim Felicidade II

7. OUTRAS OCORRÊNCIAS: 04

ORD	SUBTIPO	BAIRRO	OBSERVAÇÃO
02	Roubo a transeunte	Infraero I	Rodovia Norte Sul.
		Novo Horizonte	Restaurante 6 irmãos.
01	Apoio ao conselho tutelar	Jardim Felicidade I	Condução de pessoas.
01	Lesão corporal – Arma de fogo	Jardim Felicidade II	Praça do bairro Jardim.


Andrei Oliveira Vieira – 1º TEN. QOPMA
 Comandante da CPE/2º BPM

	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ POLÍCIA MILITAR DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO	POP Nº: 010
	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR	CRIADO EM: 31/03/2017 REVISADO: 13/04/2018

1. UTILIZAÇÃO:

1.1. Unidades Operacionais que Possuem Policiamento Comunitário Escolar.

2. APLICAÇÃO:

2.1. Policiamento Ostensivo no Perímetro Escolar.

3. OBJETIVO:

3.1. Padronizar os procedimentos quanto ao Policiamento Comunitário Escolar e suas operações no Ambiente Escolar.

4. AMPARO LEGAL:

- 4.1. Constituição Federal de 1988 - Art. 144, § 5º.
- 4.2. Código Tributário Nacional - Art. 78, Poder de Polícia.
- 4.3. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 4.4. Curso de Policiamento Comunitário Escolar/SENASP.
- 4.5. Curso de Policiamento Comunitário Escolar/ PMAP.
- 4.6. Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal – Uso de Algemas.

5. AÇÕES ADOTADAS ANTES DO INÍCIO DAS AULAS:

- 5.1. Reunir com o Corpo Administrativo e Docente da escola para explicar o Objetivo e os Procedimentos Operacionais do Policiamento Escolar dentro e fora do estabelecimento de ensino.
- 5.2. Reunir com os representantes dos demais órgãos que compõe o sistema de segurança escolar, Ministério Público, Conselho tutelar, Tribunal de Justiça, Delegacia Especializada em Investigação de Atos Infracionais, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Guarda Civil, e demais órgãos.
- 5.3. Fazer um diagnóstico dos pontos sensíveis à segurança que a escola apresenta, registrando-o em documento, o qual será encaminhado a Direção da Escola, contendo orientações para possíveis soluções para os problemas de segurança interna e externa que por ventura forem encontrados.

5.4. Elaborar um Plano de Ações Preventivas e Repressivas para aplicação junto à comunidade escolar.

5.5. Buscar parcerias no âmbito Federal, Municipal e Estadual no sentido de auxiliar a segurança no ambiente escolar.

6. AÇÕES ADOTADAS DURANTE O POLICIAMENTO ESCOLAR:

6.1. Manter um relacionamento cordial com a comunidade escolar.

6.2. Sempre que possível, participar de reuniões com professores, pais e alunos.

6.3. Sempre que possível, participar e contribuir nos eventos que a escola promove, realizando palestras à comunidade escolar, referente a temas relacionados à segurança. Além disso, quando na primeira reunião do ano com os pais ou responsáveis legais, dever-se-á registrar em ATA a ciência daqueles quanto à realização da Operação Escola Segura.

6.4. Buscar conhecer as pessoas que fazem parte do ambiente escolar, com o devido auxílio do corpo administrativo escolar, a fim de identificar pessoas estranhas, prevenir delitos e, se necessário, efetuar prisões/apreensões nos casos previstos em lei.

6.5. Solucionar problemas relacionados à segurança pública, evitando intervir nas questões de cunho pedagógico.

6.6. Manter contato estreito com a direção das escolas da rede pública estadual, municipal e particular, no sentido de estabelecer vínculos de cooperação e proteção nos referidos locais.

6.7. Cadastrar as escolas que fazem parte do policiamento escolar.

6.8. Fiscalizar, em parceria com os órgãos municipais, estabelecimentos e ambulantes no perímetro escolar, com o objetivo de coibir o consumo de álcool, drogas, comércio de produtos ilegais, venda proibida a menores e a evasão escolar.

6.9. Promover reuniões periódicas com a direção das escolas, professores, pais de alunos e alunos, para encontrar soluções para os diversos problemas ligados à segurança da comunidade escolar.

6.10. Realizar palestras sobre valores de cidadania, respeito às normas, drogas, segurança, dentre outros assuntos, estimulando a cultura de paz.

6.11. Realizar operações e abordagens com o intuito de fazer apreensões de objetos ilícitos no perímetro escolar, além de inibir a criminalidade.

7. ABORDAGENS NO AMBIENTE ESCOLAR:

7.1. Situações que será procedida a abordagem e busca pessoal em crianças e adolescentes:

7.1.1. Flagrante de ato infracional;

7.1.2. Fundada suspeita de posse de armas e/ou de produtos de crime;

7.1.3. Para assistir reconhecimento de pessoa procurada;

7.1.4. Para cumprir mandados expedidos por autoridade competente;

7.1.5. Em escoltas diversas;

7.2. A busca pessoal minuciosa, em criança ou adolescente do sexo feminino, será realizada, preferencialmente, por policial militar do sexo feminino. Na impossibilidade de assim proceder, buscará o apoio de pessoas idôneas, do sexo feminino.

7.3. Atenção especial será dispensada à criança e adolescente portadores de necessidades especiais, doenças infectocontagiosas e doentes mentais.

7.4. Durante a abordagem e busca pessoal:

7.4.1. Manter-se calmo e atento.

7.4.2. Tratar a todos com cordialidade.

7.4.3. Não alterar a voz indiscriminadamente.

7.4.4. Agir com segurança, rapidez, energia e objetividade.

7.4.5. Para maior segurança, sempre que possível, estar em superioridade numérica.

7.4.6. Durante as abordagens, sempre observar o previsto nos Procedimentos Operacionais Padrão nº 002 e 004, respectivamente, Abordagem Policial a Pessoa a Pé e Busca Pessoal.

7.5. Em casos que as circunstâncias requererem, solicitar que um funcionário da escola presencie a abordagem e busca pessoal.

7.6. Em casos excepcionais, em que a situação exija, o policial fará o uso proporcional da força de maneira legal.

7.7. Evitar fazer buscas em pessoas e seus pertences sem a presença de testemunhas.

8. QUANTO À REALIZAÇÃO DA CONDUÇÃO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE:

8.1. Analisar se o caso é crime, ato infracional ou pode ser resolvido administrativamente, de acordo com o regimento escolar.

8.2. Não usar algemas em crianças e adolescentes, salvo quando necessário, nos casos de eminente risco a si próprio, ao policial ou à comunidade.

9.11. Manter os educandos dentro da sala de aula, não permitindo que circule nos corredores. A saída da sala poderá ser consentida depois do término da operação ou nos casos de absoluta necessidade, desde que os alunos estejam devidamente acompanhados.

9.12. Caberá aos integrantes da direção, que acompanharão as revistas, o primeiro contato com os alunos informando-os da operação a ser realizada, e que contará com a presença da Polícia Militar na sala de aula.

9.13. Utilizar o princípio da celeridade, para que se interfira o mínimo possível na rotina das aulas. Porém, isso não quer dizer, por ser uma operação rápida, se deixará de atentar para alguns princípios da abordagem: Unidade de Comando, Segurança e Ação Enérgica;

9.14. Sempre que possível cada equipe policial destinada a realizar a revista em sala de aula deverá ter uma Policial Militar Feminina.

9.15. Caso o aluno se recuse a ter seus pertences revistados, o mesmo será convidado pelo representante da escola presente, para acompanhá-lo até a direção da escola, onde lá será realizada a averiguação em seus pertences.

9.16. Requerer o Termo de Aquiescência da Direção da Escola, devidamente assinado pela mesma.

10. DESCRIÇÃO DAS ATITUDES NA "OPERAÇÃO ESCOLA SEGURA":

10.1. Orador: é responsável pela sensibilização dos alunos, apresentação da operação e orientação aos estudantes sobre os procedimentos a serem realizados. O Orador permanecerá de frente para os alunos, representando a figura de referência para todos, e sendo responsável pela verbalização quando necessária. Ele exercerá também o papel de observador e de segurança, de acordo com a conveniência do momento e durante toda a operação.

10.2. Verificadores: são responsáveis pela revista visual aos pertences dos alunos, fazendo o uso de detectores de metal, quando disponível. Os Verificadores trabalharão por colunas, iniciando a revista sempre com educação e simpatia, lançando mão de expressões como: "Bom dia", "Boa tarde" ou "Boa noite" e perguntando o nome do aluno. Não esquecendo de, após a revista de cada aluno, agradecer a cooperação do mesmo.

10.3. Observadores Internos: atuam como elemento de segurança dentro da sala de aula e buscam identificar possíveis ocultações ou dispensas de objetos, detectando também comportamentos suspeitos, considerados atentatórios à segurança de todos.

Os Observadores se encaminharão para o fundo da sala adotando postura serena, mas atentos ao decorrer da revista. Deve atuar como elemento de segurança.

10.4. Observadores Externos: se posicionam do lado de fora da sala de aula e são responsáveis em identificar eventuais dispensas de objetos pela janela.

11. PRESCRIÇÕES DIVERSAS PARA A "OPERAÇÃO ESCOLA SEGURA":

11.1. Comunicar a Direção da escola para informar previamente aos professores os objetivos da operação e a conduta esperada deles antes, durante e após cada revista, além de tentar identificar e sanar possíveis resistências por partes desses profissionais à realização da operação.

11.2. Convidar outros órgãos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Delegacia Especializada em Investigação de Atos Infracionais) para participar da Operação, e assim, dar maior credibilidade a mesma.

11.3. Caso seja conveniente, o Comandante da Operação poderá designar um policial com trajes civis para que se infiltre na escola antes da ação policial, a fim de que ele possa fornecer informações de práticas ilícitas.

10.4. De acordo com as circunstâncias e se o Comandante da Operação achar conveniente poderá abolir os observadores externos.

10.5. Todos os policiais deverão chegar juntos no local, devendo a entrada em sala de aula ser rápida para que não dê tempo de espalhar a informação de que a polícia está na escola.

10.6. Cada representante da direção já deve estar esperando os policiais no portão de entrada da escola já sabendo a sala que levará cada equipe policial.

10.7. O representante da Direção, acompanhado pelo Orador, realizará o primeiro contato com os alunos, abordando o assunto de maneira serena e natural e demonstrando a necessidade da operação para a segurança da comunidade escolar e a importância da cooperação voluntária de todos durante a revista.

10.8. Caso o Comandante da Operação achar necessário, será realizada fiscalização nos banheiros e na quadra da escola, assim como, em todo o ambiente interno e externo da escola, à procura de objetos e produtos ilícitos.

12. COMPETÊNCIA DA ESCOLA:

12.1. Baseia-se no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, o qual serve para adequar condutas, e devem ser entregues a cada aluno no início de cada ano letivo. Incluem até as medidas punitivas, que vão desde a advertência até a transferência do aluno para outra escola.

13. COMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR:

13.1. A competência da polícia começa quando os eventos extrapolam o regimento da escola. Nesses casos, a direção da escola ou seu representante solicitará a intervenção da Polícia Militar. Esta, analisando o caso concreto, agirá, podendo realizar prisões ou apreensões em flagrante, buscas pessoais, etc.

13.2. Caso não se insira no âmbito de sua competência, encaminhará o caso para a direção da escola para ser resolvido administrativamente de acordo com o regimento escolar.

13.3. O oficial que estiver comandando o policiamento escolar em sua respectiva unidade operacional deverá, preferencialmente, atuar exclusivamente nessa modalidade de policiamento.

14. PRESCRIÇÕES DIVERSAS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR:

14.1. Mediar os conflitos que surgirem dentro de sua área de atuação com inteligência e competência.

14.2. Identificar, através de informações do corpo docente, alunos que apresentem desvio de conduta.

14.3. Ter atenção especial no portão das escolas nos horários de entrada, saída e intervalos.

14.4. Promover a proteção da vítima, do autor e da testemunha.

14.5. Priorizar suas ações e rondas tanto fora como dentro da escola.

14.6. Não fazer suspeições generalizadas e usar medidas repressivas desproporcionais, sendo que a atuação policial no ambiente escolar é, prioritariamente, preventiva e dentro dos parâmetros do respeito aos Direitos Humanos e dignidade da pessoa humana.


RODOLFO PEREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR - CEL QOPMC
Comandante Geral da PMAP